

**MIGUEL NDUNDE**

**A DIPLOMACIA DA SANTA SÉ À LUZ DOS  
DIREITOS HUMANOS: DE JOÃO PAULO II AOS  
NOSSOS DIAS**

Orientador: Prof. Doutor Fernando Rui de Sousa Campos

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias  
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Lisboa

2017

MIGUEL NDUNDE

A DIPLOMACIA DA SANTA SÉ À LUZ DOS  
DIREITOS HUMANOS: DE JOÃO PAULO II AOS  
NOSSOS DIAS

Dissertação defendida em provas públicas para a obtenção do  
Grau de Mestre em Diplomacia e Relações Internacionais no  
Curso de Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais,  
conferido pela Universidade Lusófona de Humanidade e  
Tecnologias no dia 20 de fevereiro de 2017, com o Despacho  
Reitoral nº 32/2017 com a seguinte composição de Júri:

Presidente do Júri: Professor Doutor Sérgio Vieira da Silva

Arguente: Professor Doutor D. Nuno Brás Martins

Orientador: Professor Doutor Fernando Rui de Sousa Campos

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Lisboa

2017

## Índice

Epigrafe .....	3
Dedicatória.....	4
Agradecimentos .....	5
Resumo .....	6
Abstract.....	7
Siglas e Abreviaturas .....	8
Introdução .....	9
Capítulo I – A Santa Sé e o Vaticano: abordagem de conceitos .....	14
1.1. A Cidade do Vaticano .....	14
1.1.1 A Santa Sé .....	16
1.1.2. A Diplomacia da Santa Sé e a sua génese .....	18
1.2. Os Atores da diplomacia da Santa Sé.....	23
1.2.1 A Secretaria de Estado.....	23
1.2.2 O Corpo Diplomático da Santa Sé.....	25
1.2.3. A diplomacia bilateral e multilateral .....	26
1.3. A Santa Sé e a sua presença na ONU .....	29
1.4. Instrumentos diplomáticos da Santa Sé .....	33
1.4.1. Arbitragem e mediação.....	33
1.4.2. Concordatas .....	34
Capítulo. II: A Diplomacia da Santa Sé: Uma análise dos três pontificados .....	36
2.1. João Paulo II - o Papa da Europa de Leste .....	36
2.1.1. João Paulo II e o Tratado de Paz .....	37
2.1.2. Karol Wojtyla e o seu contributo para o fim do comunismo.....	40
2.1.3. As relações com a China .....	42
2.2. Bento XVI - o Papa Alemão.....	45
2.2.1. A diplomacia de Bento XVI .....	46
2.2.2. Bento XVI, China e Rússia .....	47

2.2.3. As aulas de Ratisbona.....	49
2.3. Francisco - o Papa dos pobres .....	53
2.3.1 Papa Francisco, o diplomata da mediação. O caso de Cuba e EUA.....	54
2.3.2 Papa Francisco e o drama dos refugiados.....	58
2.3.3 A guerra no Médio Oriente.....	61
2.3.4. A diplomacia do Papa Francisco para Ásia .....	64
Capítulo III: A Diplomacia da Santa Sé e a luta pelos Direitos Humanos.....	67
3.1. João Paulo II em defesa do direito ao trabalho na Encíclica “Laborem Exercens”	67
3.1.1 Discriminação na atividade laboral .....	69
3.1.2 Os imigrantes e a atividade laboral.....	71
3.1.3 Liberdade Religiosa.....	72
3.2. Bento XVI e o direito à igualdade, segundo os artº. 1º. e 7º. da Declaração Universal dos Direitos do Homem. ....	75
3.3. Papa Francisco e o direito à vida em “Laudato Si” .....	79
3.3.1. Direito de Asilo a luz do artº. 14º. da DUDH.....	81
3.3.2. A preocupação pela dignidade da pessoa .....	83
3.3.3 Liberdade e solidariedade.....	85
3.3.4. A defesa do consumidor por Monsenhor Tomasi.....	86
Conclusão .....	89
Bibliografia.....	92
Webgrafia .....	94

## **Epigrafe**

“O diálogo não prejudica os direitos e amplia o campo das possibilidades razoáveis, para honra de todos quantos têm a força e o bom senso de continuar incansavelmente contra todos os obstáculos”.

Papa João Paulo II

## **Dedicatória**

Aos meus parentes Aristeu e Raimundo, que continuem com a confiança em Deus.

## **Agradecimentos.**

Se cheguei até aqui e sou o que sou, não é por mérito pessoal, mas porque Alguém permitiu e cuidou de mim. É Deus, Pai Eterno. Primeiro, agradeço a Ele, pela sua presença na minha vida, sobretudo a sua intervenção naqueles momentos em que me senti no limite, mas Ele fez disso, espaço de providência.

A minha permanência em Portugal só foi possível, graças ao acolhimento que recebi desta Diocese de Lisboa. Seria muito estranho se não deixasse aqui o meu agradecimento, primeiro a Dom Manuel Clemente, Cardeal Patriarca, que sempre me transmitiu o amor verdadeiro de um Pastor. A Ele o meu muito obrigado.

Aos meus pais, que souberam acolher este dom de Deus e me transmitiram a vida, tenho plena consciência de que nunca conseguirei retribuir o que fizeram por mim, por isso, agradeço e rogo saúde para eles e que possam viver sempre sobre o manto do Pai.

Esta caminhada do Mestrado só se tornou possível graças ao empenho de muitos que não quiseram poupar o esforço, mas com dedicação me emprestaram o seu saber. Agradeço ao meu orientador Professor Doutor Fernando Rui de Sousa Campos pelo empenho, sobretudo pela paciência de me ter guiado na feitura desta dissertação. Aos outros professores do curso de Diplomacia e Relações Internacionais desta Universidade, um agradecimento eterno.

Na minha vida cruzaram pessoas que nunca posso esquecer, seja onde estiverem, mas que o seu empenho se faz sempre presente. Agradeço ao meu irmão Professor Doutor Paulino Lukamba, pela atenção e simpatia que sempre nutriu por mim e rogo para ele a proteção da Virgem Santíssima

Tenho muito receio de esquecer alguém neste gesto simples de agradecimento, por isso, deixo aqui um reconhecimento da minha gratidão a todos aqueles que direta ou indiretamente me ajudaram ao mesmo tempo que peço a Deus o justo remunerador que os recompense.

## **Resumo**

A presente exposição toma como objeto de estudo, a Diplomacia da Santa Sé à Luz dos Direitos Humanos: desde João Paulo II até aos nossos Dias. Com o presente trabalho, pretende-se dar a conhecer o contributo desta diplomacia na luta pelos direitos humanos, com destaque para os três últimos pontificados, mostrando as intervenções que tiveram mais impacto ao nível das relações internacionais, bem como aprofundar os meios que ele usa quando intervém nos conflitos entre estados.

Toda a intervenção da diplomacia da Santa Sé, privilegia a dignidade da pessoa humana, que é o fundamento dos direitos humanos. Assim, quer seja João Paulo II, na Encíclica “*Laborem Exercens*”, como Bento XVI no seu discurso em Angola e agora o Papa Francisco no drama dos refugiados, estão sempre a colocar a preocupação do respeito pela vida, que a cada dia essas regras são violadas, devido à globalização da indiferença como bem chamou Papa Francisco.

A diplomacia da Santa Sé, se orienta para a promoção da paz e do bem-estar do ser humano.

**Palavras-chave:** Diplomacia, Santa Sé, Vaticano e Direitos Humano.



## **Abstract**

The purpose of this presentation is to study the diplomacy of the Holy See on human rights, from John Paul II to our days. With the present work, we intend to make known the contribution of this diplomacy in the fight for human rights, with a focus on the last three pontificates, showing the interventions that have had the most impact at the level of international relations, as well as to deepen the means that it uses when it intervenes in conflicts between states. All the intervention of the diplomacy of the Holy See privileges the dignity of the human person, which is the foundation of human rights. Thus, whether John Paul II, Encyclical "Laborem Exercens", as Benedict XIV in his speech in Angola and now Pope Francis in the refugee drama, are always placing the concern for respect for life, that every day these rules are violated, due to the globalization of indifference as Pope Francis has said.

The diplomacy of the Holy see is directed towards the promotion of peace and the wellbeing of the human being.

**Keywords:** Diplomacy, Holy See, Vatican and Human Rights

## **Siglas e Abreviaturas**

Art- Artigo

DUDH- Declaração Universal dos Direitos Humanos

EUA- Estados Unidos de América

EG- Evengelii Gaudium

GS- Gaudium et Spes

Jo- Evangelho Segundo S. João

LE- Laborem Exercens

Mt- Evangelho Segundo S. Mateus

OIT- Organização Internacional do Trabalho

OMS- Organização Mundial da Saúde

OMT- Organização Mundial do Turismo

OMC- Organização Mundial do Comércio

ONU- Organização das Nações Unidas

Op. Cit- Obra Citada

PAM- Programa Alimentar Mundial

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

R.H- Redemptor Hominis

SAD- Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

SDN- Sociedade das Nações

URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## **Introdução**

A presente Dissertação tem como objeto de estudo, A Diplomacia da Santa Sé à luz dos direitos humanos, desde o pontificado de João Paulo II aos nossos dias, a sua incidência na resolução dos conflitos, bem como, a luta pelos direitos humanos, usando sempre meios pacíficos, fruto da longa experiência acumulada. Desta feita, o que se pretende demonstrar é a atuação da diplomacia da Santa Sé, nos três últimos pontificados, sobretudo com o Papa Francisco.

Esta abordagem tem por objeto a diplomacia da Santa Sé na sua luta pelos direitos humanos, analisando os três pontificados, isto é, João Paulo II, Bento XVI e Francisco, fazendo uma retrospectiva histórica. Por isso, será importante ater-nos a experiência de outros pontificados, com realce para João XXIII e Paulo VI para percebermos a atuação da diplomacia da Santa Sé, no que diz respeito às questões de resoluções de conflitos.

A diplomacia da Santa Sé é a mais antiga no mundo e, por esta razão, acumula a experiência de representação. Para o Sumo Pontífice era impensável fazer-se presente em todos concílios e encontros e para manter a unidade da igreja e ter todas informações relevantes. Neste sentido, era necessário o envio de legados com a missão de representar, negociar e informar os resultados destes concílios. Esta experiência que nasce de uma prática religiosa, com o evoluir do tempo veio influenciar outros Estados.

O tema desta dissertação, reveste-se de tamanha relevância, a julgar pela intervenção e pelo impato da diplomacia da Santa Sé no mundo, sobretudo tendo em conta o esforço e a insistência em aproximar os povos divididos por razões políticas, económicas e ideológicas, como é o caso do conflito entre os Estados Unidos da América e Cuba mediado pela Santa Sé, sob os auspícios do Papa Francisco. Foi este acontecimento referenciado que motivou a escolha desta abordagem, com a preocupação de aprofundar questões do aparelho diplomático da Santa Sé.

Os pontos fundamentais colocados nesta dissertação vão no intuito de procurar saber:

- Quais os meios que a diplomacia da Santa Sé usa para a resolução de conflitos e, o que a distingue das outras diplomacias?

- O que a diplomacia da Santa Sé pretende neste processo de relançar relações com outros Estados sendo uma instituição religiosa?

Diante destas questões levantadas, construíram-se três hipóteses que se pretendem confirmar ao longo da investigação. Assim, a primeira hipótese: a diplomacia da Santa Sé é diferente dos outros Estados. A segunda hipótese: no diálogo com outros Estados, a Santa Sé privilegia o estreitamento de relações não para o bem material, mas para defender a dignidade da pessoa humana em todas suas intervenções. A terceira hipótese: a diplomacia da Santa Sé está vocacionada pela defesa dos direitos humanos.

No cenário internacional, continua o desinteresse pelo conhecimento da diplomacia da Santa Sé da parte de muitos. Daí a razão de ser, em procurar neste trabalho estudar o impacto internacional dos atores da diplomacia da Santa Sé, bem como as suas raízes históricas. Ao referir-mo-nos ao objetivo específico, pretende-se divulgar a importância da diplomacia Vaticana, sobretudo pela sua tarefa interventiva nos conflitos entre os Estados, com a predominância na defesa dos direitos humanos, que foi sempre notória em todas intervenções dos Papas nas Nações Unidas.

Para ser possível a concretização dos objetivos enunciados, julgou-se por bem adotar como metodologia, a pesquisa bibliográfica, que vai consistir na recolha de material bibliográfico, isto é, partindo daquilo que foi tratado quer no âmbito da diplomacia em geral, quer da diplomacia da Santa Sé, bem como em questões de direitos humanos, para depois combinar este último com a doutrina Social da Igreja, que é uma das partes mais claras da atuação da diplomacia da Santa Sé no âmbito social, senão mesmo a sua intervenção nos acontecimentos do mundo, iluminando-os a luz da palavra de Deus.

Neste sentido, correspondendo aos objetivos enunciados, estruturou-se a dissertação em três capítulos.

No primeiro capítulo, começou-se por apresentar a questão do Vaticano e Santa Sé, isto é, clarificando os conceitos, evitando os equívocos que muitos ainda alimentam e pensando que tanto um como outro se trata da mesma realidade. Afinal, Vaticano corresponde ao espaço geográfico e a Santa Sé ao órgão administrativo da cidade do Vaticano e por onde a Santa Sé desenvolve a sua política externa, ou seja, onde projeta toda a sua política governativa da igreja universal como os projetos de relançar diálogo com outros Estados.

Ainda, neste primeiro capítulo, pretende-se fazer menção à origem da diplomacia da Santa Sé, remontando a mesma, ao surgimento da própria Igreja, sobretudo no envio missionário de Jesus, (Mt.28,19), onde a tarefa de representar está bem patente. Esta atividade veio a continuar nos diferentes concílios, já que o Sumo Pontífice não podia estar presente em todos lugares e para garantir a unidade da Igreja nascente assolada pelas heresias, era necessário a representação do Papa, que evoluindo para a criação das nunciaturas que vieram ser equiparadas a embaixadas.

Neste primeiro capítulo, ao se abordarem os instrumentos da diplomacia da Santa Sé, pretender-se-á confirmar a primeira hipótese, segundo a qual, o sucesso desta diplomacia, reside na experiência acumulada ao longo dos anos e se diferencia das outras, pelo fato de que não usa meios violentos como é o caso da guerra, tão pouco instrumentos ilícitos para poder obter informações, como acontece com muitos Estados que por vezes recorrem à espionagem e propaganda, para assim atingirem os objetivos preconizados. Constitui preocupação da diplomacia da Santa Sé promover a paz tendo como exemplo Cristo, seu fundador. O primeiro Papa, Paulo VI, ao pisar a sede das Nações Unidas, tornou isso claro ao dizer: “jamais a guerra, é a paz, a que deve guiar o destino dos povos e de toda a humanidade”<sup>1</sup>. Para além deste dado, é sabido que o Estado do Vaticano não tem exército, apenas a Guarda Suíça, mas esta, tem como missão garantir simplesmente a segurança do Papa, porque qualquer ameaça externa que aconteça sobre este Estado, automaticamente reage o governo italiano, pelo fato do Vaticano se encontrar dentro do outro Estado.

No segundo capítulo, será abordada a diplomacia da Santa Sé e a sua experiência na negociação de conflitos. Aqui, ter-se-á em conta os três últimos pontificados, isto é, João Paulo II, Bento XVI e Francisco. É certo que se encontrará ao longo desta abordagem pontificados marcados com um sucesso altamente diplomático. Porém, um ou outro que não escapam a crítica, mas o certo, é que todos contribuíram para a pacificação do mundo, lutando pela dignidade da pessoa humana.

No pontificado de João Paulo II, o ponto de partida é o tratado de Paz no conflito da definição das fronteiras, que envolveu uma região que divide a Argentina e o Chile. Este conflito foi submetido à mediação do Papa João Paulo II em 1978. Ainda durante o seu pontificado como chefe do Estado do Vaticano, trabalhou arduamente sobre a queda do comunismo pelo fato desta ideologia não só ser uma ameaça ao cristianismo, mas

---

<sup>1</sup> Se encontra no link: < [http:// www. w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1965/documents/hf\\_p-vi\\_sp19651004\\_unitd-nations.html](http://www.w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1965/documents/hf_p-vi_sp19651004_unitd-nations.html)

também pela sua política de opressão ao ser humano e violar grosseiramente os direitos humanos. Outra intervenção diplomática nos esforços para acabar com o embargo Americano a Cuba, bem como, a intenção para estabelecer relações diplomáticas da Santa Sé com a República Chinesa, foram tentativas falhadas, porque nesta altura, João Paulo II era visto como uma ameaça em virtude da influência que exercera na sua terra natal. Assim, o governo chinês sempre encarou a visita Papal como ingerência nos assuntos internos.

O pontificado de Bento XVI, sofreu algumas contestações, porque nesta altura a Igreja foi assolada pelos escândalos de pedofilia e do Banco do Vaticano. A isso, juntou-se o seu perfil, o fato de ser um homem ligado mais à academia e pouco dado ao trato popular, isto é, pouco simpático em círculos públicos. Uma outra questão que levantou muita polémica, são as aulas de Ratisbona que causaram um certo desconforto entre a diplomacia da Santa Sé e o Islamismo. Olhando para todas estas situações, alguém pode ser tentado a pensar que a diplomacia da Santa Sé neste pontificado é caracterizada simplesmente por sombras, o que não é verdade, porque foi neste pontificado em que se assinou um acordo entre a Santa Sé e o Brasil, foi neste pontificado que pela primeira vez o governo chinês felicita a nomeação de um Papa, também foi com Bento XVI, que se conseguiu o acordo, de que, a nomeação dos bispos na China devia ser sobre indicação da Santa Sé, embora nunca se respeitou o princípio da “*pacta sunt servanda*”, quer dizer nunca este acordo foi respeitado na sua íntegra.

O último pontificado que se mantém aos dias de hoje que é o de Francisco, onde se irá abordar a sua intervenção ao reaproximar as relações entre Estados Unidos de América e Cuba. Aqui se pode ver como a diplomacia da Santa Sé é tão discreta, quer dizer diante de uma negociação, sobretudo os passos preparativos nem sempre andam na presença da imprensa. A outra questão de tamanha importância é a intervenção do Papa Francisco no drama dos refugiados, onde ele apela o mundo inteiro para um engajamento comum. Ainda nesta visita a Lesbos, o chefe do Estado do Vaticano, aproveitou trabalhar para questões ecuménica e que pode significar também diálogo inter-religioso ao visitar este lugar com Bartolomeu I, Patriarca de Constantinopla e líder espiritual das Igrejas Ortodoxas e por Patriarca Jerónimo, que preside à Igreja de Atenas e de toda a Grécia.

Neste capítulo, abordar-se-á a intervenção da diplomacia da Santa Sé reaproximando povos e nações, pretendendo-se confirmar a segunda hipótese, segundo a qual, a dignidade da pessoa humana, está em primeiro lugar na sua atuação, por isso,

tudo faz para que as relações entre Estados sejam de paz e se coloque no centro das políticas sociais, o bem-estar das populações, como bem evidenciou o Papa Francisco em Lesbos ao apelar ao mundo, para se empenhar e se unir pela mesma causa. Pode-se arriscar dizendo que: Papa Francisco introduz grande novidade na diplomacia da Santa Sé, que se pode apelidar de diplomacia de proximidade, visto que não fica simplesmente em palavras, mas é Ele o primeiro a dar exemplo, como fez ao levar algumas famílias refugiadas para o Vaticano.

No terceiro capítulo abordar-se-á a diplomacia da Santa Sé e a sua atuação em prol dos direitos humanos, já que a temática desta dissertação se prende com o contributo da diplomacia da Santa Sé na defesa da vida, enquanto parte constituinte dos direitos humanos. Assim, seguindo a mesma lógica do segundo capítulo, ter-se-á em conta os Papas João Paulo II, Bento XVI e Francisco.

Para ser possível esta abordagem, ter-se-á de revisitar as encíclicas que abordam as questões sociais, bem como, alguns discursos pronunciados neste âmbito. Ainda se fará referência à preocupação de Francisco em preservar a vida, que passa pela proteção da “casa comum”, tendo em conta a “Encíclica Laudato Si”.

Neste último capítulo procurar-se-á também confirmar a terceira hipótese segundo a qual a luta pelos direitos humanos e a luta pela vida é uma preocupação da igreja que está bem visível nos mandamentos, onde a atenção recai exatamente pelo respeito da vida e a sua preservação como condição, sem a qual, os exercícios dos outros direitos não seriam possíveis.

Neste sentido, estas são as temáticas a desenvolver, no primeiro capítulo, partindo da clarificação dos conceitos de Vaticano e Santa Sé, para depois indagar a génese da diplomacia vaticana, bem como, os instrumentos usados no processo de reaproximação das nações. No, segundo e terceiro capítulos, constituirão destaque as intervenções dos três últimos Papas nos conflitos entre os povos, bem como, a defesa dos direitos humanos - que desde a primeira intervenção do primeiro pontífice e com o surgimento das Nações Unidas -, sempre constituiu preocupação da Igreja.

## **Capítulo I – A Santa Sé e o Vaticano: abordagem de conceitos.**

### **1.1. A Cidade do Vaticano.**

O povo simples e até alguns académicos, são tentados a pensarem que quando se fala da Santa Sé e do Vaticano se está a falar da mesma realidade, o que não corresponde a verdade, visto que, são realidades diferentes, apesar de que falar da Santa Sé é a abordagem, de um órgão administrativo que funciona dentro da cidade do Vaticano. Mas agora urge a necessidade de esclarecer a origem deste Estado, sobretudo o processo que percorreu até chegar ao estatuto de autonomia com uma soberania inquestionável. É necessário referir que a Cidade do Vaticano se encontra dentro do Estado italiano sem que este interfira na sua administração.

A origem deste Estado só pode ser percebida, olhando para a história, concretamente na chamada questão romana, iniciando-se um conflito que veio a ser resolvido com o Tratado de Latrão, assinado entre Benito Mussolini, primeiro-ministro italiano na altura e pelo Cardeal Pietro Gasparri, da parte da igreja.

Importa dizer, que em 1870 Roma é anexada ao Estado Italiano, mas a soberania do Papa e o seu reconhecimento como chefe da igreja com direito de poder exercer a política externa não foi posta em questão como se pode ler: “a Itália procurou não constranger o exercício do poder espiritual do Papa, na sua condição de chefe da Igreja Católica, promulgando em 13 de maio de 1871. O Sumo Pontífice conserva dignidade, a inviolabilidade, e todas as prerrogativas pessoais de soberano” (Mazzuoli, 2008, p. 368). Certamente, o Sumo Pontífice não ficou satisfeito com esta resolução pelo fato de não ter uma autonomia sobre o Vaticano, o que levou a Santa Sé a rejeitar tal resolução pela Encíclica de Pio IX “Ubi Nos”<sup>2</sup>, onde espelha o sentimento da perseguição da parte do governo italiano. Esses conflitos desencadearam-se entre a Santa Sé e a Itália por um período longo, ficando resolvidos com o Tratado de Latrão, de 11 de fevereiro de 1929, no qual se cria um instrumento jurídico que veio pôr fim a este conflito que ficou conhecido na história como a “questão romana”<sup>3</sup>. Neste Tratado, a Itália reconhece toda atividade da Santa Sé, sobretudo a sua soberania e assim é o Papa que governa aquela

---

<sup>2</sup> <https://w2.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/epistola-encyclica-ubi-nos-15-maii-1871.html>

<sup>3</sup> Questão Romana se refere à disputa territorial ocorrida entre o governo Italiano e o Papa durante os anos de 1861 a 1929, que culminou na criação do Vaticano pelo Tratado de Latrão durante o governo de Benito Mussolini. Este tratado previa o Vaticano como um Estado independente e o recebimento de uma indemnização pela perda do seu território durante a unificação alemã e em contrapartida a Igreja Católica teve que abrir mãos das terras conquistadas na Idade Média e teve que reconhecer Roma como a capital da Itália.



Cidade com direito a não ingerência. A grande novidade deste tratado, não é o surgimento da Santa Sé como sujeito de direito internacional, porque já o é desde os Estados absolutistas, mas sim o surgimento de um novo Estado o menor de todos que fica situado dentro do Estado italiano. Por isso, “o Vaticano tem como finalidade fundamental oferecer ao chefe da Igreja uma base independente de governo e só secundariamente visa velar pelo bem-estar comum dos seus membros” (Brito, 2008, p.387). Por outro lado, o Estado do Vaticano não tem súbditos permanentes, como é o caso de outros Estados com um povo e população. Esta Cidade tem apenas os cardeais e outras pessoas que lá residem e é por isso que dizem mesmo que tem uma característica especial e as suas leis são aplicadas extraterritorialidade, como é o caso do direito canónico. Assim, o Vaticano representa de certa forma, o pano de fundo da Santa Sé, ou dito de outra maneira é o lugar onde a Santa Sé desenvolve a sua atividade de governo da própria Igreja e da cooperação diplomática com outros Estados. Faz todo sentido, porque o Vaticano é a porção de terra, a Santa Sé é o órgão responsável pelo governo da igreja e da condução da política externa, composto por vários dicastérios que auxiliam o Papa no governo da igreja não só de Roma, mas da Igreja que se encontra “extra muros”.

É importante referir que a Igreja Católica é a única instituição religiosa no mundo que dispõe de um Estado Soberano, mas com interesses diferentes dos outros Estados, pelo fato de que não está orientada para os bens temporais e quando intervém em questões temporais, o faz como mãe e mestra, assumindo o papel de iluminar as sociedades com a preocupação de se respeitar a dignidade da pessoa humana.

A questão que é muitas das vezes levantada prende-se com a realidade de ser Estado ou não. Olhando para os elementos constitutivos de um Estado, isto é, o povo, o território e o governo. Assim, no Vaticano encontramos os cardeais e alguns clérigos que aí trabalham e que constituem a população da Cidade do Vaticano, mas que de uma maneira rigorosa, esta Cidade não tem um povo permanente, já que os que enchem as celebrações, na sua Maioria são peregrinos, quer dizer estão de passagem por aí, tendo simplesmente população. Por isso, este elemento não encontra o seu preenchimento. Quanto ao território, sabemos que possui simplesmente 44 hectares e está dentro do estado italiano, mas goza da soberania e tem um governo próprio sem sofrer ingerências. Já por sua vez, o último elemento, o governo, tem como chefe o Papa, que

é sempre eleito em colégio de cardeais por meio de um conclave<sup>4</sup> para um cargo vitalício e detém os seguintes poderes: legislativo, executivo e judicial. Apesar de não estarem preenchidos todos os elementos constitutivos de um Estado, não deixa de ser, um Estado com uma característica especial e é o único no mundo. Por outro lado, o poder do Papa estende-se para fora do Vaticano por meio das normas que ele emana, para além daquelas contidas no código de direito canónico.

Portanto, quando falamos da Cidade do Vaticano, nos referimos a um organismo estatal que apresenta as mesmas características próprias de um Estado, isto é: território, população e autonomia de governo.

### **1.1.1 A Santa Sé.**

Segundo o Código de Direito Canónico, no seu Cânone 361, encontramos duas perspetivas ou sentidos da Santa Sé. O primeiro sentido é genérico, que compreende o “Romano Pontífice, Secretaria de Estado, o Conselho para as negociações públicas da igreja e os demais organismos da Cúria Romana”<sup>5</sup>. Já no seu sentido estrito compreende o Romano Pontífice, mas no que tange ao seu governo como se depreende do Cânone 362:

“O Romano Pontífice tem o direito originário e independente de nomear legados seus, e de os enviar quer às igrejas particulares das diversas nações ou regiões, quer aos estados e às autoridades públicas, e ainda de os transferir e retirar, salvaguardadas as normas do direito internacional no atinente à missão e remoção dos legados acreditados junto dos estados”<sup>6</sup>.

Num olhar atento, conseguimos notar que este duplo regime jurídico da Santa Sé permite assim exercer o governo quer na esfera interna como na internacional. Vejamos na esfera interna, onde se faz a produção das normas para o governo da igreja central ou melhor da Santa Sé, isto é, por meio das normas e regulamentos bem como de outros instrumentos legislativos. Ainda no âmbito internacional encontramos um carácter de extraterritorialidade, tudo porque as normas quer seja do direito canónico como outros instrumentos legislativos são aplicados em territórios que estão fora do Vaticano por causa da universalidade da igreja. Em nível de rigor, para com a igreja vigora a comunhão e a universalidade que fora do Vaticano é garantida pelos bispos, que são responsáveis das igrejas particulares, mas sempre em obediência ao Sumo Pontífice.

---

<sup>4</sup> Acontece após uma renúncia, ou a morte de um Papa, na Igreja católica. Todos os cardeais se reúnem no Vaticano para votação secreta.

<sup>5</sup> Cânone 361, CIC, 1984.

<sup>6</sup> Cânone 362.

Assim, a Cúria Romana vem a ser o órgão administrativo da Santa Sé, constituído pelas autoridades que coordenam e organizam o funcionamento da Igreja. Trata-se de um conjunto de instituições denominadas dicastérios<sup>7</sup>, sob a direção do Papa que exerce as funções legislativas, executivas e judiciais. É por esta razão que se defende a ideia de que “é por ela que o Sumo pontífice dá execução aos assuntos da igreja universal” (Gouveia, 2008, p.584).

A Santa Sé e a Igreja Católica, pela realidade do Cânone 113, são “pessoas morais”, quer dizer com isso, que a sua atuação no mundo não faz depender de um poder temporal, mas sim do seu fundador Jesus Cristo que os envia a anunciar a Boa Nova, isto é, anunciar a mensagem libertadora e de paz. Por isso, a Santa Sé tem uma longa experiência da sua intervenção em assuntos internacionais. Para tal, basta olhar que o seu “reconhecimento como sujeito internacional data de 380 d.c., quando o imperador Teodósio promulgou o Édito de Tessalónica”<sup>8</sup>, conhecido como “Cunctos Populos”, através do qual, se reconheceu o catolicismo como religião oficial do Estado e consequentemente a liberdade da parte dos fiéis. Desde então, vê-se a participação da Santa Sé na vida da comunidade internacional. Por isso, diz-se mesmo que a Santa Sé acumula uma experiência que não pode ser confundida com aquela do surgimento dos Estado que parte de 1648, com o tratado de Vestefália.

Assim, a Santa Sé, é um sujeito singular do direito internacional. As relações de acordos diplomáticos e concordatas com os Estados Soberanos, são sempre estabelecidos com a Santa Sé por ser o órgão de administração e não com o Vaticano, que é simplesmente o território onde a Santa Sé tem soberania e exerce a sua política. Desta forma, não é o Vaticano que conduz a diplomacia, mas sim a Santa Sé por meio de seus Núncios, enviados pelo Papa com as funções de representar o Estado, proteger os interesses do Estado, negociar, inteirar-se por meios lícitos da evolução e dos acontecimentos do Estado e informar, bem como promover relações amistosas. Este envio não retira o poder do Romano Pontífice tratar com outros chefe de Estados e de governo, alias, é Ele que detém este poder como nos relembra a Lei Fundamental do Estado do Vaticano, no seu artº. 2º., que diz “A representação do Estado nas relações com os Estados estrangeiros e com os outros sujeitos de direito internacional, para as relações diplomáticas e conclusão de tratados, é reservada ao Sumo Pontífice, que a

---

<sup>7</sup> Dicastérios é o nome que se dá aos departamentos do governo da igreja Católica que compõem a Cúria Romana. Entre os Dicastérios estão: a Secretaria de Estado, as congregações, os tribunais eclesiásticos, os conselhos, ofícios, comissões e comités. O Papa delega a cada dicastério uma função.

<sup>8</sup> Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/édito\\_de\\_tessalónica/](https://pt.wikipedia.org/wiki/édito_de_tessalónica/) aceso em 28.04.2016, pelas 22.11.

exerce por meio da Secretaria de Estado”<sup>9</sup>. O Romano Pontífice tem a tarefa de conduzir a política externa do Estado do Vaticano por meio do Secretário de Estado como chefe da diplomacia da Santa Sé, mas sempre em coordenação com o Papa, já que não se pode fazer nenhum pronunciamento sem dar conhecimento ao Chefe da igreja. Ora, essa qualidade vem reconhecida no Tratado de Latrão no seu artº. 2º., onde se pode ler a esse respeito: “A Itália reconhece a soberania da Santa Sé no domínio internacional, como atributo inerente à sua natureza, em conformidade com a sua tradição e com as exigências da sua missão no mundo”. A Santa Sé sempre exerceu a missão de enviar legados bem como o seu direito de celebrar acordos, mesmo com Países que não têm um número elevado de católicos. Isto acontece no âmbito das relações diplomáticas com os Estados por meio de nunciaturas que por sua vez trabalham no processo de tratados ou “*ius tractum*” que dão lugar a concordatas em que normalmente a Igreja coopera em assuntos ligados à saúde, educação e casamentos como é o caso da concordata de 1940<sup>10</sup> entre a Santa Sé e a República Portuguesa.

### **1.1.2. A Diplomacia da Santa Sé e a sua génese.**

Para uma melhor compreensão da questão da diplomacia da Santa Sé, aprez antes apresentar o conceito de diplomacia, partindo da perspectiva de alguns autores. Segundo Magalhães, a diplomacia “é um instrumento da política externa, para estabelecimento e desenvolvimento dos contatos pacíficos entre governos de diferentes Estados, pelo emprego de intermediários, mutuamente reconhecidos pelas respetivas partes” (Magalhães, 2005, p.95). O autor alude à ideia de uma reciprocidade de aceitação de um diplomata para se tornar possível este diálogo internacional. Adriano Moreira, por sua vez, define a diplomacia como “a arte da negociação ou o conjunto das técnicas e processos de conduzir as relações entre os Estados” (Moreira, 2002, pp. 74-75). Desses conceitos, queremos olhar também para o conceito de José D. Jesus, para se perceber melhor, a ideia fundamental da diplomacia, sobretudo o objetivo de que se reveste. Por isso, a diplomacia segundo este autor:

“É o nome que se dá hoje ao conjunto de atividades profissionais exercidas no âmbito das relações entre Estados e outros atores internacionais, tanto no quadro bilateral como

---

<sup>9</sup>Nova Lei Fundamental do Estado da Cidade do Vaticano. Disponível em: <[http://www.vatican\\_city\\_state/legislation-fondamentale-scv\\_po.html](http://www.vatican_city_state/legislation-fondamentale-scv_po.html)>. Acesso em: 22 abril 2016, as 22 horas.

<sup>10</sup> [www.vatican.va/rc\\_seg-st\\_19400507\\_santa-sede-portogallo\\_po.html](http://www.vatican.va/rc_seg-st_19400507_santa-sede-portogallo_po.html) acesso a 12.09.2016, pelas 15,23.

no multilateral. Seu objetivo principal é a preservação da paz e a prevenção de conflitos numa perspectiva de defesa dos interesses do Estado que promove a Ação diplomática”. (Jesus, 2014, p.152)

No seguimento da relação diplomática que se estabelece com outros Estados, o autor citado anteriormente, refere que é importante ter em conta os três pilares que se interligam. Neste caso a diplomacia pelo seu carácter público, deverá ser acompanhada de três elementos: informação, negociação e imagem. Esta última, é de grande importância pelo fato de que “gera credibilidade e a boa informação vai permitir uma melhor negociação e daí se vai assegurar compromissos e a defesa dos interesses em jogo” (Jesus, 2014, p.152).

Os três elementos referidos, são tão fundamentais, que qualquer negociador ou diplomata deve ter bem presente no sentido de informar a verdade e adquiri-la por meios lícitos, já que o bom diplomata não deve informar simplesmente aquilo que o seu chefe gosta de ouvir para não cair na subtileza. Ainda temos de acrescentar que este instrumento da política externa tem como objetivo, permitir que os Estados atinjam os fins das suas políticas externas sem recurso à força, propaganda ou espionagem, embora ao longo dos tempos já se assistiu que houve diplomatas que fizeram recursos (ou a guerra ou a propaganda) e o professor Tomé, defende que “a diplomacia não pode ser exercida desligada do poder da força” (Tomé, 2012, p.22). Ora, olhando para essas ideias, parece ser difícil compreender a ideia da diplomacia da Santa Sé e a sua importância no direito internacional, primeiro, pelo fato de que os seus objetivos são muito diferentes em relação aos outros Estados e a sua diplomacia esta encachada nos três primeiros conceitos já que este Estado do Vaticano estabelece um diálogo pacífico com outros Estados e por meio dele negocia e conduz as relações externas. Para se evitar esta confusão e não criar dúvidas sobre a diplomacia da Santa Sé é necessário olhar pelo espírito fundacional da Igreja, sobretudo na pessoa do seu Mestre, Jesus Cristo, que não veio como um Messias “guerreiro” como muitos pensavam. Assim, se pode dizer mesmo que não busca bens materiais, mas procura colocar em primeiro lugar a ação pacificadora, porque não é a força que vai ser a garantia de um Estado como defendeu Soares Martinez ao dizer:

“É inegável que nem a ação diplomática nem a militar criam nações; nem as conservam; nem as dilatam. Uma e outra, mesmo conjugadas de uma comunidade moral e cultural. Na base da formação e da extinção de um Estado nacional há-de forçosamente achar-se essa mesma comunidade moral e cultural” (Martinez, 1986, pp.545-546)

O nascimento da diplomacia da Santa Sé deve ser visto na perspetiva do projeto fundacional de Cristo e que com o seu crescimento se tornou clara a preocupação de enviar representantes do Sumo Pontífice, para desta forma se tornar possível a unidade e a comunhão eclesial, como bem vem referenciado “ide e ensinai todas as nações, batizando-as em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo” (Mt.28.19)<sup>11</sup>. Está aqui bem presente o carácter de representação, já que os enviados fazem trabalho de anúncio em nome d'Aquele que os enviou e devem estar em permanente comunhão para se informar tudo o que acontece, sem nunca fazer uso da força, já que não precisam de legitimar nenhum poder, mas que pelo testemunho de vida será possível influenciar e ganharem simpatia nas suas atuações.

Assim, encontramos os primeiros ressaibos da diplomacia vaticana no primeiro Concílio de Arles em 314, ao qual, o Papa mandou seus representantes para condenarem a heresia do donatismo<sup>12</sup> que representava uma ameaça para a unidade da Igreja, abordando com profundidade as questões de heresias, bem como ver os clérigos que comprovadamente tivessem entregado livros sagrados na perseguição de Diocleciano deveriam ser depostos, mas seus atos oficiais deveriam ser considerados como válidos. A razão que justifica a luta pela unidade é o facto de que o cristianismo estava em fase da expansão e a Igreja encontrava-se espalhada por zonas longínquas e era impensável ao Bispo de Roma chegar em todas áreas. Assim, sempre que houvesse um sínodo ou concílio, o Bispo de Roma nomeava um representante seu para se inteirar dos assuntos que aí fossem discutidos. Hoje, ainda se pode observar esta prática em situações em que uma igreja particular, por exemplo de Angola ou de Portugal, celebra um centenário ou um sínodo, convida sempre o Santo Padre e este por sua vez, caso não possa ir, envia sempre um seu legado ou representante que garanta, como se referiu, a unidade e comunhão dentro da Igreja universal.

---

<sup>11</sup> Passagem da Sagrada Escritura que faz referência à efusão do Espírito Santo que desceu sobre os Apóstolos - Pentecostes.

<sup>12</sup> O donatismo foi o movimento doutrinado criado por Donato, o grande, que era presbítero-supervisor de Cartago por volta de 332. O donatismo é um sistema dogmático eclesiológico, o que causou a chamada controvérsia donatista do quarto século. O donatismo é considerado um dos primeiros grandes movimentos cismáticos da igreja, esse movimento iniciou-se no período de perseguição do imperador romano Diocleciano. As primeiras discussões surgiram quando um supervisor de congregação foi ordenado por um presbítero-supervisor que anteriormente havia entregado cópias das Escrituras as autoridades do governo para serem destruídas em um tempo de perseguição. Os donatistas achavam isso uma traição, mas a igreja em geral não achava. Daí que o desentendimento provocou um cisma, pois em Cartago os presbíteros se reuniram e elegeram um presbítero-supervisor dividindo assim as igrejas do Norte da África que a certa altura já eram, mas da metade donatista. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Donatismo>, acesso dia 4 de janeiro de 2017, às 20.30h.

A segunda referência é a do Concílio de Calcedónia<sup>13</sup>, “onde os legados do Papa para realizar a sua missão, foram dotados de duas cartas credenciais, uma para a hierarquia local e outra para o imperador de Constantinopla, Marciano”, (Verdete, 2009, p.251). Os enviados do Sumo Pontífice, não tinham simplesmente de representá-lo, mas também, reclamar a posição de preeminência do papado no campo político, especialmente diante dos bispos de Constantinopla<sup>14</sup>.

Essas representações continuaram sempre com esta missão de manter a unidade da igreja e manter informado o Papa daquilo que se passava fora de Roma. Já no séc. V, surgiram os apocrisiários<sup>15</sup> na diplomacia vaticana, que representavam o Sumo Pontífice perante as autoridades civis. Referir ainda, nesta sequência, os “legatus<sup>16</sup> missus”, isto é, no século IX que por sua vez substituiu os apocrisiários, tudo em virtude da preocupação do Papa em querer estreitar relações com outros estados, visando salvaguardar os interesses da Igreja. Esses “legatus missus” não foram os únicos, encontram-se ainda outros, ao longo da história, com diferentes encargos. Assim, menciona-se:

- Os Delegados Apostólicos, são aqueles representantes do Papa que são enviados em países onde a Santa Sé não tem relações diplomáticas. No passado, tinham a tarefa de se ocuparem não só da igreja local, mas também trabalhar no processo de melhorar as relações de tal sorte que fosse possível estabelecer relações diplomáticas para se facilitar o diálogo entre os dois estados. Hoje ainda existe esta figura, “mas é o nível mais baixo dos chefes de missão” (Lebec, 1999, p.12). Diz-se nível baixo, em virtude de não existir nenhum protocolo para ser recebido, isto é, não se faz acompanhar das cartas credenciais.

---

<sup>13</sup> Foi um Concílio Ecuménico que se realizou de 8 de outubro a 01 de novembro de 451 em Calcedónia, uma cidade da Bitínia, na Ásia Menor, frente a Constantinopla, foi o quarto dos primeiros sete Concílios Ecuménicos da história do Cristianismo.

<sup>14</sup> Sabe-se que nesta altura, por causa das lutas, o poder papal estava ameaçado e por isso os legatus são também enviados para reclamarem a primazia do Papa.

<sup>15</sup> Os apocrisiários mais célebres foram os enviados entre 452 e 743 pelos Papas, como Patriarcas de Roma, a Constantinopla, a capital do Império Bizantino, o Império Romano do Oriente. Este posto foi desempenhado por clérigos notáveis, como os futuros papas Gregório I, Sabiniano, Bonifácio III e Martinho I. Também havia um apocrisiário do Papa na corte do exarca de Ravena. Em contrapartida, pelo menos durante o papado de Gregório I, o arcebispo de Ravena teve um “responsalis” especial na corte papal.

Desde os tempos de Carlos Magno que na corte dos reis francos houve apocrisiários, mas eram apenas arquitepelas reais, embora ostentassem o título dos antigos enviados papais. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Apocrisiário>, acesso dia 4.01.2017, pelas 13.20.

<sup>16</sup> Legatus do latim, título do império Romano e pontifício, é um representante pessoal do Papa em nações estrangeiras, ou em alguns locais da igreja católica. Tem o poder sobre assuntos de fé católica. É nomeado diretamente pelo Papa, pelo que é geralmente enviado para junto de um governo ou Estado soberano.

- “Legatus Latere”, este, por sua vez tinham um estatuto, se assim se pode dizer, de muito prestígio, já que o próprio termo significa em si ao lado do Papa, e eram enviados em zonas distantes como representantes, mas que tinham também a tarefa de confirmar a nomeação de um bispo e absolver os padres em caso de excomunhão, e ainda tinham a prerrogativa de usarem as insígnias pontifícias.

- “Legatus Natus”, quer dizer não nomeado individualmente, mas sim, “ex officio”. Este tipo de nomeação está voltado simplesmente para uma missão, isto é, um bispo pode ser nomeado e enviado para executar uma missão específica, onde o Romano Pontífice indicar. Significa com isso, que depois desta missão, termina a tarefa pela qual tinha sido nomeado e, conseqüentemente regressa ao seu estado anterior. Pode dizer-se, que é um ato instantâneo, que cessa logo a seguir à execução feita.

- “Legatus Governamentais”, que para o sucesso governamental de algumas províncias pertencentes ao Estado Pontifício, era necessário a designação dos “Legatus Governamentais”. Por sua vez a nomeação destes, estava voltada simplesmente em matéria administrativa, quer dizer governar os bens da igreja naqueles lugares onde fossem enviados. Essa governação destinava-se não só aos bens temporais, como também aos bens espirituais. Ainda nesta linha de pensamento, a igreja romana fez esta experiência com o “Papa Libério (352-366) e enviou ao imperador Constâncio dois legados no ano 353 e no ano seguinte enviou outros legados” (Magalhães, 2005, p.49).

Neste processo evolutivo da história diplomática “a Santa Sé começou a receber embaixadores residentes antes de os enviar junto das diversas cortes italianas. Durante praticamente todo o século XV, os Papas receberam embaixadores, mas não enviaram nenhum” (Magalhães, 2005, p.59). A primeira Nunciatura estável foi estabelecida em 1488 junto à corte do doge de Veneza Logo depois, outras Nunciaturas surgiram em toda Europa começando por Paris (1500), Viena (1513), no Reino de Nápoles (1500), Polónia (1555), Portugal (1513), Bélgica (1577). (Magalhães, pp. 58-59). Atualmente, existem mais de 172 Países com representação diplomática acreditada junto à Santa Sé. Em 1701, o Papa Clemente XI encorajou a fundação da Academia dos Nobres Eclesiásticos, com objetivo de formar os Clérigos que se dedicariam à missão diplomática.

A diplomacia vaticana manteve sempre este brilho numa altura em que o Papa era o único árbitro universal, mas que, com o tratado de Westfália em 1648, considerado um grande marco na Europa, que pôs fim a guerra dos trinta anos e acabou com este prestígio papal. Essa perda, não foi definitiva visto que, com a Convenção de Viena em



1961, foi devolvida novamente a hegemonia, colocando os diplomatas do da Santa Sé no mesmo patamar dos embaixadores dos outros estados e gozando de precedência.

## **1.2. Os Atores da diplomacia da Santa Sé.**

### **1.2.1 A Secretaria de Estado.**

A origem histórica da secretaria de Estado remonta ao Séc. XV, onde se designava por Secretaria Apostólica. Em 31 de Dezembro de 1487, foi instituída a Secretaria Apostólica, composta por 24 secretários Apostólicos. A Secretaria de Estado, ao longo dos tempos foi sofrendo várias reformas, tudo para o melhoramento dos trabalhos e se poder responder as exigências de cada época. Faz todo o sentido olhar pela reforma empreendida pelo Papa João Paulo II, sem ignorar aquela feita no período do Concílio de Trento (1545-1563)<sup>17</sup>, que permitiu à Secretaria de Estado aumentar os seus poderes na tarefa de representação Papal.

Uma das reformas não menos importante ocorreu no pontificado de João Paulo II, em 28 de junho de 1988, que promulgou a Constituição Apostólica “Pastor Bónus”, pela qual conseguiu reformar a Cúria Romana, dividiu a Secretaria de Estado em duas secções: a secção dos assuntos gerais e a secção das relações com os Estados, na qual, confluíu o Conselho dos Assuntos Públicos da Igreja<sup>18</sup>. Deste modo, ficaram asseguradas tanto a unidade como a diversidade específica do serviço da Secretaria de Estado.

No art.º. 41º. da Constituição Apostólica “Pastor Bónus”, de 1988, encontramos as competências da primeira secção, que se referem aos representantes dos Estados junto da Santa Sé como se pode ler:

“ A primeira Secção compete de modo particular ocupar-se dos assuntos concernentes ao serviço quotidiano do Sumo Pontífice; examinar as questões que devem ser tratadas fora da competência ordinária dos Dicastérios da Cúria Romana e dos outros Organismos da Sé Apostólica; favorecer as relações com os mesmos Dicastérios, sem prejuízo da sua autonomia, e coordenar os trabalhos; regular a função dos Representantes da Santa Sé e a sua atividade, especialmente naquilo que concerne às

---

<sup>17</sup> Foi o 19 Concílio Ecuménico da Igreja. Foi convocado pelo Papa Paulo III para assegurar a unidade da fé e a disciplina eclesial no contexto da reforma da Igreja católica e da reação à divisão então vivida na Europa devido à reforma protestante, razão pela qual é denominado também de Concílio da Contrarreforma. Até esta altura a Secretaria de Estado era conhecida como Secretaria Apostólica, passando por várias reformas até chegar ao que é hoje.

<sup>18</sup> Ver o em <[http://pt.wikipedia.org/wiki/secretaria\\_de\\_estado\\_da\\_santa\\_sé](http://pt.wikipedia.org/wiki/secretaria_de_estado_da_santa_sé). acesso em 19.05.2016, 23.12.

Igrejas particulares. Compete-lhe levar a cabo tudo o que se refere aos Representantes dos Estados junto da Santa Sé”.

Por sua vez, encontramos no art.º 46º. da mesma Constituição, as relações que a Secretaria de Estado deve favorecer, relações estas, que são diplomáticas com outros Estados e tratar assuntos comuns para o bem da igreja por meio de concordatas que é um dos instrumentos da diplomacia da Santa Sé, promovendo o diálogo internacional. Numa palavra simples pode se dizer mesmo que é aí, onde se opera a política externa da Santa Sé na sua relação com outros Estados, como se pode ler no nº. 2, deste mesmo artigo: “representar a Santa Sé junto dos Organismos Internacionais e dos Congressos sobre questões de carácter público, depois de ter consultado os competentes Dicastérios da Cúria Romana”.

Essas são as tarefas da Secretaria de Estado que é presidida por um cardeal, atualmente Pietro Parolin, que está em frente do governo da Santa Sé nas suas relações com os Estados. Por isso, é comparável ao ministro das relações exteriores. Isso não significa que o Papa desconheça a forma como o Secretário de Estado da Santa Sé vai conduzir a política externa, já que, o seu ofício é exercido em comunhão com o Papa, isto é, o secretário de Estado da Santa Sé, por ser clérigo, deve obediência e assim vive em permanente comunhão e toda a sua atuação é informada ao Papa, o chefe da Igreja católica. Assim, não é errado afirmar que é ele que deve coordenar a diplomacia, embora delegando este poder ao Secretario de Estado, mas que o Papa é sempre conhecedor de todos os acontecimentos proporcionando caminhos de sucesso, na defesa dos interesses da humanidade, “não comerciais ou industriais, mas sabem ler os interesses materiais com a lucidez de quem não está envolvido” (Lebec, 1999, p.23). Vale o mesmo dizer que estes diplomatas estão empenhados em assuntos de paz para a humanidade, sem estarem muito ligados a outros assuntos como por exemplo questões comerciais, assuntos de guerra ou do reforço militar, quando se pronunciam é sempre naquelas situações em que está em causa a vida humana e que tal decisão que está sendo tomada pelos outros diplomatas dos outros Estados ou chefes de governo põe em risco a vida da humanidade, como aconteceu com Monsenhor Tomasi ao criticar a política comercial internacional, como iremos aprofundar no último capítulo.

Portanto, a Secretaria de Estado é presidida atualmente pelo Pietro Parolin que assume assim, o nome de Cardeal Secretário de Estado. Ele é efetivamente, o primeiro colaborador do Papa no governo da Igreja Universal e é o máximo expoente da diplomacia e política da Santa Sé.

### **1.2.2 O Corpo Diplomático da Santa Sé.**

O corpo diplomático da Santa Sé teve um caminho longo na sua evolução em ordem à resolução das questões entre a igreja e o Estado. Dizer mesmo que esta preocupação fez crescer rapidamente a diplomacia e adaptá-lo às preocupações do tempo. As primeiras representações eclesíásticas por legados, “eram missões temporais que, progressivamente evoluíram para missões mais prolongadas, desempenhadas pelos “nuntii”, ou núncios, e cujas tarefas se aproximam já das que, futuramente, serão atribuídas aos embaixadores permanentes nos estados seculares” (Santos, 2012, p. 209).

O corpo diplomático pontifício é formado pelos Núncios Apostólicos, os delegados Apostólicos e os Observadores. O Núncio Apostólico é um representante diplomático permanente da Santa Sé, enviado para Países onde a Santa Sé mantém relações diplomáticas, com a missão de anunciar a mensagem evangélica e representar o Papa junto à Igreja local e ao governo do Estado onde é acreditado. Podemos ver que o Núncio tem duas tarefas importantes. A primeira é representar o Estado do Vaticano diante do governo que o acredita, segundo é representar o Papa diante da Igreja local, estabelecendo assim a comunhão eclesial que sempre é requerida. Reside na Nunciatura Apostólica, que goza dos mesmos privilégios e imunidades que uma embaixada. O delegado Apostólico é representante da Santa Sé, mas diferente do núncio na medida em que ele exerce a representação num país onde não existe relações diplomáticas estabelecidas. Já o observador representa a Santa Sé junto às organizações internacionais, onde participa com o estatuto de observador permanente. Os três têm a mesma atividade de representar a Santa Sé, mas, o que os distingue, é que os dois primeiros, contatam com os Estados e, este último, com uma organização internacional. Dito de outra maneira, os dois estão mais voltados para uma diplomacia bilateral em virtude de contatarem com os governos dos países em que se encontrarem, enquanto o observador na organização internacional exerce a diplomacia multilateral, na medida em que, os assuntos são discutidos em mesas redondas em conferências, cimeiras que decorrem em discussões públicas. Isso, não retira a possibilidade de exercer nalgumas vezes a diplomacia bilateral quando tiver que concertar um assunto de interesse da Santa Sé com um diplomata para que esta ação seja viabilizada.

A exigência das relações internacionais, fez com que a atividade diplomática da Santa Sé, conhecesse momentos muito conturbados nos Séc. XVII e XVIII, sobretudo com a perda de poder do Sumo Pontífice, em resultado da implantação dos princípios de

soberania nacional e igualdade dos Estados, onde o Papa, deixa de ser árbitro universal e, com isso, enfraquecia a sua influência no quadro internacional.

O assunto não permaneceu para sempre, porque com a Convenção de Viena de 18 de abril de 1961, a situação dos nuncios apostólicos fica salvaguardada, no sentido de que o nuncio assume a categoria que é conferida aos outros embaixadores e deve ser acreditado pelo Estado de acolhimento. Por esta convenção, o nuncio é elevado à categoria de decano do corpo diplomático, resolvendo assim uma longa disputa entre os Estados sobre a precedência diplomática. Compete ao nuncio na sua qualidade de decano tomar a palavra em ocasiões solenes e também resolver conflitos que possam surgir entre alguma representação diplomática e o estado de acolhimento. Para elucidar esta precedência do nuncio diante dos outros diplomatas ou embaixadores temos como exemplo o discurso de João Paulo II ao corpo diplomático acreditado junto da Santa Sé em 10 de janeiro de 2000.

Desejo antes de tudo exprimir a minha profunda gratidão ao vosso Decano, Senhor Embaixador Giovanni Galassi que, em vosso nome, apresentou de maneira cortês os bons votos e não deixou de recordar alguns acontecimentos significativos da vida dos nossos contemporâneos, as suas esperanças, provações e temores. Além disso, ele quis ressaltar o contributo específico da Igreja católica a favor da concórdia entre os povos e da sua elevação espiritual. Muito obrigado<sup>19</sup>

O pronunciamento do Papa vem na linha da Convenção de Viena de 1961 que resolveu as questões da precedência entre os diplomatas. No seu artigo 16 no seu nº3 está bem claro que entre os diplomatas, o Nuncio goza de precedência diante dos outros, pondo fim, desta maneira a uma disputa já antiga.

Portanto, não admira ver a nunciatura com uma estrutura similar a de uma embaixada, sobretudo em tempos atuais, encontramos um secretário e outros membros em função de serviços notariais que são realizados, bem como as correspondências.

### **1.2.3. A diplomacia bilateral e multilateral**

A diplomacia bilateral é aquela que se estabelece num encontro entre dois diplomatas e que alguns autores como Magalhães o entendem como diplomacia clássica. Hoje desenvolveu-se muito o aspeto multilateral, mas apesar disso não se pode

---

<sup>19</sup> Discurso de João Paulo II a 10 de janeiro de 2000 ao corpo diplomático acreditado junto da Santa Sé. Disponível: <[http://www.w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/2000/jan-mar/documents/hf\\_jp-ii\\_spe\\_20000110\\_diplomatic-corps.html](http://www.w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/2000/jan-mar/documents/hf_jp-ii_spe_20000110_diplomatic-corps.html)>. Acesso a 12 de junho de 2016, as 20.30.

pensar que nestes encontros não haja o caráter bilateral, como afirma o autor citado ao dizer:

“Numa conferência ou numa organização internacional tudo se discute, se combina ou se resolve à volta de uma mesa, com todos os participantes presentes. Existem sempre contactos bilaterais importantes em curso e os representantes em conferências e organizações internacionais têm de frequentemente recorrer a diligências da diplomacia bilateral dos seus respetivos países para coadjuvarem o seu trabalho nessas conferências e organizações internacionais” (Magalhães, 2005, p. 109).

A diplomacia bilateral da Santa Sé é exercida por meio dos representantes pontifícios que são os Núncios ou Delegados Apostólicos, credenciados junto dos governos com os quais a Santa Sé mantém relações diplomáticas e dos embaixadores acreditados pela Santa Sé. Os momentos em que se observam o estreitamento de tais relações, são os encontros pessoais do Sumo Pontífice com os Chefes de Estado e de Governo em visitas de Estado ou ainda quando acolhe um chefe de Estado no Vaticano.

A Santa Sé nestas relações bilaterais interessa-se em cuidar das relações entre a Igreja e o Estado, mas também trabalhar com os Estados nas questões ligadas à paz regional ou mesmo mundial. Daí se percebe que nem todos os temas constituem prioridade para a diplomacia da Santa Sé, mas ocupa-se simplesmente de assuntos como a defesa dos direitos humanos: direito à vida, ao trabalho, a cultura, a liberdade religiosa. A preocupação máxima é o ser humano e a sua dignidade. Por isso, os seus diplomatas empenham-se em aumentar o número de Estados que fazem parte da sua rede diplomática.

A diplomacia bilateral da Santa Sé cresceu significativamente nos pontificados de Paulo VI (1963-1978) e de João Paulo II (1978-2005). Só de ver que os Estados que mantêm relações diplomáticas com a Santa Sé cresceram até 174. Paulo VI, trabalhou para a expansão das nunciaturas sobretudo em África, aliás, foi o primeiro Romano Pontífice a viajar para aquele continente. João Paulo II, fez questão de expandir esta rede diplomática para todos continentes, fruto das suas viagens e da preocupação de ir ao encontro de todos os povos.

Já por sua vez a diplomacia multilateral da Santa Sé é considerada como o instrumento de tamanha importância pelo qual este sujeito de direito internacional toma uma vida ativa nos assuntos discutidos internacionalmente em conferências ou reuniões, quer por Chefes de Governo quer por Organizações Internacionais. Percebe-se esta atuação da Santa Sé, visto que a diplomacia multilateral “assenta no reconhecimento da

existência de uma comunidade de interesses de vários países ou grupos de países e que exige um tratamento de conjunto”. (Magalhães, 2005, p. 108). Existe uma diferença entre a diplomacia bilateral e multilateral, pelo facto de que, nesta última os problemas são tratados à volta de uma mesa com diversos representantes e exigem, formas particulares de atuação.

A Santa Sé está representada nas Organizações Internacionais, exercendo assim a sua diplomacia multilateral. Atualmente, a Santa Sé participa como Observador Permanente junto à Organização das Nações Unidas em Nova Iorque, Genebra e Viena; na Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em Roma; na Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra; na Organização Mundial da Saúde (OMS), na Organização Mundial do Turismo (OMT), em Madrid; na Organização Meteorológica Mundial (OMM), em Genebra; na Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra; no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); no Programa Alimentar Mundial (PAM), em Roma;<sup>20</sup>. Para além destas organizações, a Santa Sé tem observadores em outras que podem ser consultadas nesta nota.

A diplomacia multilateral não é senão a existência de uma comunidade de interesses de vários países, o que não quer dizer que desta feita fique dissociada da diplomacia bilateral, mas existe uma complementaridade, visto que em conferências ou cimeiras, os diplomatas muitas vezes recorrem a diálogos bilaterais com os Chefes de Estados e outros diplomatas, para se encontrar aliados o que representa um verdadeiro diálogo bilateral. A diplomacia da Santa Sé não foge à regra, visto que, o diplomata deve estar sempre em união com o Romano Pontífice e não pode tomar nenhuma posição que seja contrária aos objetivos da Santa Sé, ou que, comprometa a diplomacia do Estado em que ele representa sob pena de ser desqualificado do seu cargo de representante.

Outra nota que importa referir tem a ver com a diplomacia direta, pouco conhecida e quase não se fala dela, mas a Santa Sé muitas vezes usou este tipo de diplomacia como nos relata Lebec e até o próprio João Paulo II em muitas ocasiões se serviu dela, que consiste no “diálogo direto de homem a homem sem precisar de seu embaixador como enviado que negociava em nome do Papa” (Lebec, 1999, p.70). É já que é ela que precede os encontros dos diplomatas para uma determinada conferência

---

<sup>20</sup> lista disponível em: <[http://www.vatican.va/roman\\_curia/secretariat\\_state/documents/rc\\_seg-st\\_20010123\\_holy-seerelations\\_it.html](http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/documents/rc_seg-st_20010123_holy-seerelations_it.html)>. acesso em: 23. maio de 2016, 17.52.

ou encontro de caráter bilateral. Mas, nada proíbe que outras vias sejam tomadas, sobretudo para a diplomacia da Santa Sé pelo prestígio que ganhou ao longo dos anos. Assim, se nota várias vezes o pontífice a usar esta diplomacia direta sobretudo naquelas questões de uma situação em que esta em causa a vida humana.

Portanto, na atualidade as formas de diplomacia que prevalecem são essas duas, a diplomacia bilateral e multilateral, sem deixar de permitir que, em encontros ou cimeiras, os Chefes de Estado aproveitam com outros atores abordar um assunto com quem queira, mas normalmente são diálogos de curta duração e pode passar despercebido aos olhos da imprensa, só em caso daqueles atores que vivem um conflito internacionalmente conhecido ou ainda quando sobre eles pesa uma decisão de interesse supranacional, aí sim qualquer gesto de diálogo ou de reaproximação suscita interesse da parte da imprensa.

### **1.3. A Santa Sé e a sua presença na ONU**

A presença da Santa Sé na Organização das Nações Unidas, representa verdadeiramente o exercício da sua diplomacia multilateral, já que esta, como se referiu, é exercida por meio de conferências e cimeiras de vários Chefes de Estado e de Governo ou de vários ministros aí presentes para tratarem de um caso concreto. A Santa Sé, é o órgão que conduz a política externa do Estado do Vaticano, ingressou na Organização das Nações Unidas em 1957 com o estatuto de observadora. Já em 1964 a Santa Sé foi catapultada para observador permanente com direito de participar em discussões da Assembleia-Geral da ONU, depois de enfrentar muitas dificuldades para entrada nesta Assembleia vocacionada para manutenção da paz.

A presença de Sua Santidade Paulo VI, é vista como o ponto mais alto da Santa Sé neste organismo, sobretudo o exercício da diplomacia multilateral. Em 1965, O Papa dirigiu pela primeira vez um discurso aos membros da Assembleia-Geral da ONU. Evidenciou o Romano Pontífice, o objetivo da presença da Santa Sé junto à mais importante Organização Internacional, defendendo que a sua presença não se limitava a representar unicamente os católicos, mas também cristãos de outras denominações. Neste discurso, Paulo VI apresentou a Igreja, como perita em humanidade e recolheu a prerrogativa unânime dos povos que clamavam pela paz ante o seguinte chamado: “jamais a guerra, é a paz, que deve guiar o destino dos povos e de toda a humanidade”.

Também fizeram parte do discurso de Paulo VI como a dignidade humana, a luta contra a pobreza e a exortação a não auspiciar um controle artificial dos nascimentos<sup>21</sup>.

Em 1964, a Santa Sé foi convidada pelo Secretário-Geral da ONU a participar de todas as reuniões da Assembleia geral com o estatuto de observador permanente. Esta participação da Santa Sé nas reuniões da Assembleia-Geral das Nações Unidas nem sempre foi bem vista por muitos, que veio a ser colocada em discussão em 1995 por parte de uma organização americana, agindo em nome de vários países, pretendendo assim expulsar a Santa Sé da ONU. (Carletti, 2012, pp.61-62). Mas essas correntes que procuraram impedir que a Santa Sé permanecesse na ONU, não obtiveram sucessos, e defendiam a ideia de que não era correto ser simplesmente a Igreja Católica a entrar nas Nações Unidas como Observador.

Depois de Paulo VI os outros três Papas que constituem o centro desta dissertação, também tiveram ocasião de se pronunciarem na Assembleia-Geral das Nações Unidas. João Paulo II tomando o caminho do seu predecessor, fez lembrar a importância da Declaração Universal dos Direitos do Homem e apelou a todos para que a paz seja sempre defendida. O Papa não deixou de criticar a subordinação do homem aos meios de produção, isto é, valorizando o materialismo e deixando o homem em segundo plano.

“Uma análise crítica da nossa civilização contemporânea põe em evidência que ela, sobretudo durante este último século, contribuiu, como nunca anteriormente, para o desenvolvimento dos bens materiais, mas que gerou também, na teoria e mais ainda na prática, uma série de atitudes, nas quais, em grau mais ou menos relevante, se acha diminuída a sensibilidade quanto à dimensão espiritual da existência humana, por causa de certas premissas em virtude das quais o sentido da vida humana passou a ser relacionado prevalente com os condicionamentos materiais e económicos, ou seja, com as exigências da produção, do mercado, da acumulação de riquezas, ou da burocratização com que se procura regular os correspondentes processos. E isso não será fruto também de se ter subordinado”<sup>22</sup>.

Esta é a característica das intervenções diplomáticas da Santa Sé, voltadas para a defesa da dignidade humana como se pode ver, mostrando com um pronunciamento claro, que o homem deve constituir o centro das preocupações deste desenvolvimento sob risco de se apegar aos bens materiais e deixar de lado aquele que deve ser tido como o centro das atenções, isto é, o homem. A linha tomada nesta intervenção multilateral na

---

<sup>21</sup> Se encontra no link: [http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1965/documents/hf\\_p-vi\\_sp19651004\\_united-nations.html](http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1965/documents/hf_p-vi_sp19651004_united-nations.html)

<sup>22</sup> Discurso de João Paulo II na Sede das Nações Unidas em 1979.



Sede das Nações Unidas, recolocar o homem no seu verdadeiro lugar, muitas vezes espezinhado pelas economias industrializadas, que não são poucas vezes que deixaram o homem, sobretudo aquele desprotegido no vale de lágrimas, já que para eles o ter precede o ser, e o homem é valorizado pelo que tem.

Ainda nos seus pronunciamentos fez questão de fazer referência aos direitos humanos, recordando como eles estão importante e nos ajudam a olhar para o mundo e para a vida de cada pessoa e grupo, sempre com o respeito pela vida, já que são esses bens que muitas das vezes são motivos de conflitos no mundo, tudo porque eles são escassos e a quem queira os possuir de uma maneira exuberante nem que for preciso partir para uma guerra, como muitas vezes se vê em que nações em conflitos, mas sem justificação.

Os outros Papas não fugiram à regra, defenderam na mesma, esta grande questão dos direitos humanos, mais concretamente o respeito da dignidade humana. Bento XVI salientou que “os direitos humanos são cada vez mais apresentados como a linguagem comum e o substrato ético das relações internacionais”<sup>23</sup>. O Papa Francisco em 2014, na Assembleia-Geral das Nações Unidas, a exemplo de seus predecessores, pronunciou um discurso que foi tido como corajoso, afluindo as questões da paz do mundo, habitação, alimentação e trabalho digno. Apelou fortemente aos sistemas financeiros para ajudarem países pobres sem os submeter a uma situação de devedores, que os deixa sempre pobres e humilhados, já que “a exclusão económica e social é uma negação total da fraternidade humana e um atentado gravíssimo aos direitos humanos e ao ambiente” (Papa Francisco, 2016, pág.40). Como não podia deixar de se referir, falou da questão do clima que deve ser a preocupação de todos, já que se trata de defender a casa comum, dizendo “agora é o momento de empreender ações corajosas e estratégicas tendentes a implementar uma cultura do cuidado” (Laudato Si, 2015, nº3). A questão defendida, prende-se com a vida e os danos causados na natureza que são sentidos até por aqueles que nada produzem, tão pouco consomem tais bens, o que certamente constitui injustiça da parte daqueles que são os mais poluidores, colocando em risco toda a humanidade.

A atuação da Santa Sé na ONU, não se confina simplesmente em pronunciamentos Papais, mas também, na atuação dos diplomatas que aí trabalham. Assim, no que respeita à atuação do Cardeal Renato Martino em 1994 na Conferência

---

<sup>23</sup> Disponível: <https://pt.zenit.org/.../discurso-de-Bento-XVI-na-assembly-geral-das-naoes-unidas>.

Internacional sobre a População e Desenvolvimento, onde a controvérsia girava em torno do aborto, em virtude do aumento demográfico. Nesta conferência, muitos teóricos defenderam a ideia de que poderiam vir a escassear os alimentos e, como solução para se combater a pobreza e incentivando muitos governos a adotarem políticas abortivas e daí controlar a natalidade. Diante deste debate tão polémico, foi perentório em defender a vida e mostrar como a ideia do aborto era contrastante ao princípio divino, já que a defesa da vida se impõe desde o momento da concepção. Por isso toda “ideologia individualista não deixa de fazer caminho a ponto de, nas discussões sobre a população mundial, vermos que a afirmação dos mais fortes contra os mais débeis, assumir o especto dos que existem contra os que ainda não existem” (Cunha, 1995, p. 88). Não se pode esquecer, que está em causa o papel da igreja de sair sempre em defesa dos sem voz, nem vez para que fiquem salvaguardados os seus direitos, porque, senão ficam sem advogado.

Convém lembrar que, em muitas discussões sobre o crescimento demográfico, como o do Cairo e outros, a diplomacia da Santa Sé sempre saiu em defesa das minorias, que também são merecedores da vida. Uma outra atuação da diplomacia da Santa Sé, foi levada a cabo por Monsenhor Silvano M. Tomasi, em Genebra a 31 de maio de 2013, na qual procurou deixar claro a posição da igreja, com relação às sociedades transnacionais voltadas simplesmente para o lucro e deixando de lado os aspetos humanísticos. O pronunciamento foi na linha da defesa e proteção da dignidade humana, chegando mesmo de dizer que “a Santa Sé aproveita esta oportunidade para recordar a responsabilidade das sociedades transnacionais e das outras empresas comerciais de respeitar os direitos humanos e o bem comum de todos”<sup>24</sup>. Faz todo sentido, esta defesa, está voltada para proteger o consumidor, sobretudo o último beneficiário, já que nem sempre ele tem conhecimentos para poder verificar aquela informação básica sobre a caducidade do produto, tão pouco reclamar em caso de defeito do produto.

Neste sentido, como se pode observar, desde Paulo VI que os pronunciamentos dos Pontífices e dos diplomatas da Santa Sé, junto das Nações Unidas privilegiam a defesa da dignidade humana e o estabelecimento da paz no mundo, de tal sorte que seja possível a preservação da vida sobre a humanidade. Assim, todas políticas contra a vida ou projetos que podem levar as nações à guerra foram sempre rejeitados pela Santa Sé,

---

<sup>24</sup> Disponível: <http://www.vatican.va/roman-curia/secretariat-stat/2013/documents/rcsegest.20130531>. acesso a 21 de janeiro de 2016, as 22. 14.

já que é uma instituição de paz e preocupasse em semear a paz no mundo, unindo sempre as nações em conflito, sempre por via da mediação ou da negociação.

Portanto, como se pode ver, desde o primeiro Papa Paulo VI a chegar a Assembleia das Nações Unidas até ao Papa Francisco, todos seguiram o mesmo caminho de apelarem a aquelas questões que violam os direitos humanos, tal como a guerra geradora de muitas desgraças, bem como questões do clima defendidas pelo Papa Francisco, porque a vida da humanidade depende da maneira como for conservada a casa comum.

#### **1.4. Instrumentos diplomáticos da Santa Sé**

A diplomacia da Santa Sé para a expansão da sua política externa ou para o seu exercício, se reveste de alguns instrumentos que o tornam possível. Assim, temos a arbitragem, mediação e concordatas, que servem para legitimar o seu exercício num determinado país, ou, para intervir num conflito como aquele que procura conciliar por meio de propostas, sem impor solução.

##### **1.4.1. Arbitragem e mediação**

A arbitragem consta sempre de duas modalidades, isto é, a necessária e a voluntária. Aqui vamos abordar a arbitragem voluntária que é “a resolução de litígios entre duas ou mais partes, efetuada por uma ou mais pessoas que detêm poderes para esse efeito, reconhecidos por lei, mas atribuídos por convenção das partes” (Barroca, 2011, p.33). Esta arbitragem é a chamada “ad hoc”, quer dizer, não institucional, mas criada para resolver um determinado assunto, onde as partes se vinculam a submeter o litígio existente ao tribunal arbitral. Por isso, constitui fonte desta arbitragem o acordo das partes. A mediação por sua vez “implica a ingerência ativa de um terceiro, o qual formula uma recomendação ou proposta de solução” (Fernandes, 1977, p.338). Não se trata aqui de impor uma solução, mas aproveitar a boa vontade das partes em quererem ultrapassar a querela e propor neste sentido um caminho de solução, que muitas vezes é aceite ou não, mas que o importante é não parecer ou estar a tomar partido de um, o que pode causar certamente o insucesso. A diplomacia da Santa Sé tem revelado uma grande experiência nesta temática em ajudar povos e Estados soberanos em ultrapassar contendas. “Alguns Papas aconselharam ou fomentaram o recurso à arbitragem, como

jurisdição com competência para dirimir litígios, para além dos tribunais eclesiásticos” (Fernandes, 1977, p.62).

Ao longo da história temos muitos processos de arbitragem e mediação submetidos à Santa Sé, como é o caso da arbitragem realizadas pela Santa Sé em âmbito internacional, como se pode ler:

“Arbitragem entre Alemanha e a Espanha sobre as Ilhas Carolinas, em 1885; a intervenção na controvérsia entre Inglaterra e Portugal, sobre as fronteiras do Congo, em 1890; a arbitragem entre Perú e Equador, sobre fronteiras, em 1893; a mediação proposta pela Inglaterra e Venezuela, sobre as fronteiras da Guayana, em 1894” (Carletti, 2012, Op. Cit, pp. 65-66).

No pontificado de João Paulo II, teve lugar a intervenção realizada pela Santa Sé, através de mediação na disputa Chileno-Argentino sobre o Canal de Beagle, de 1978 a 1984, que ficou conhecido como “Tratado de Paz”.

Em 2009, Bento XVI ao receber as duas delegações da Argentina e do Chile na celebração dos 25 anos do tratado de paz da disputa Chileno-Argentino, fez questão de lembrar no seu discurso que estes tratados servem para reforçar os laços de fraternidade entre os dois países e viverem em paz. Assim, nesta mesma linha, de aproximar os povos e resolver contendas entre os Estados soberanos, assistimos recentemente à mediação conduzida pelo Papa Francisco no reatar de relações entre Estados Unidos de América e Cuba, que se abordará com mais pormenor.

#### **1.4.2. Concordatas**

As concordatas fazem parte de uma longa experiência da Igreja como meio de estreitar relações com Estados soberanos. Por isso, ao falar de concordata é fazer referência a uma convenção ou acordo entre dois Estados, para legitimar os interesses da igreja naquele Estado e assim ter uma comunicação aberta com a igreja local. Pio XII, num discurso proferido a 06 de dezembro de 1953, perante um congresso de justiça afirmava: “as concordatas são para a igreja uma expressão de colaboração entre a Igreja e o Estado. As concordatas devem assegurar à igreja uma condição estável de direito e de fato da parte do Estado com o qual são celebrados e garantir-lhe a plena independência no cumprimento da sua missão divina”.<sup>25</sup> Ainda hoje, essas concordatas são de tamanha importância, porque se relança uma conquista da igreja naquele Estado

---

<sup>25</sup> Disponível em: <[http://www.ucp.pt/site/resources/documents/ISDC/o\\_q\\_e\\_concordata.htm](http://www.ucp.pt/site/resources/documents/ISDC/o_q_e_concordata.htm)>. Acesso. 20.06.2016.20.30.

e firmar desta forma o contato que a Santa Sé deve ter com os seus representantes como se vê:

“As concordatas buscam garantir a liberdade de comunicação entre Santa Sé e Igreja local nos Estados, a liberdade de organização interna da Igreja sem que o Estado interfira nos assuntos internos da instituição religiosa; a liberdade das nomeações eclesiásticas; liberdade de culto, de associação, de criação de escolas, etc. Tais concordatas foram fundamentais para garantir a liberdade na Igreja principalmente nos países que se encontravam sob o regime comunista, ou em países islâmicos” (Carletti, 2012, p. 68).

As concordatas, são um grande instrumento diplomático entre dois Estados soberanos, isto é, o Estado político e religioso, com a missão de conseguir espaço de atuação dentro do Estado com quem se celebra o acordo. Um dos acordos recentes, foi com a República Federativa do Brasil e a Santa Sé, que decorreu no dia 13 de novembro de 2008, legitimando assim toda atividade da Igreja no Brasil.

Estes são os instrumentos pacíficos da diplomacia que a Santa Sé privilegia, já que é um Estado de paz que não faz recurso a outros instrumentos coercivos ou violentos, como é o caso de guerra, porque é um Estado sem exército e não faz parte do seu projeto, usar espionagem, guerra e propaganda. Estes instrumentos são também diplomáticos e aqui tem sentido a posição do professor Tomé, mas são chamados de ilícitos e a Santa Sé não se serve deles, pelo fato de contatar com outros Estados por via do diálogo.

## **Capítulo. II: A Diplomacia da Santa Sé: Uma análise dos três pontificados**

Ao se analisar a ação diplomática dos três Pontificados, o centro do estudo serão as resoluções realizadas pela diplomacia da Santa Sé nestes pontificados, bem como os pronunciamentos a favor da paz e bem-estar dos povos, já que é este o papel da diplomacia como nos diz Magalhães “o objectivo da diplomacia é o de manter e desenvolver as relações entre os Estados e de resolver pacificamente os conflitos ou diferendos que entre eles possam surgir” (Magalhães, 2005, p. 118). Assim, olharemos, não só para as questões em que esta diplomacia somou vitórias, ou em situações em que resolver conflitos, mas também questões que constituíram sombra ou fracassos na diplomacia da Santa Sé como é o caso da guerra no Iraque muito criticada pelo Papa João Paulo II, mas que não conseguiu evitar.

### **2.1. João Paulo II - o Papa da Europa de Leste**

Karol Wojtyła, nasceu a 18 de maio de 1920 em Wodowice, na Polónia Meridional, onde viveu até 1938, quando se inscreveu na Faculdade de Filosofia da Universidade Jaguelónica e, se transferiu para Cracóvia. Karol é conhecido também como jovem trabalhador por ter estado nas minas de pedra como operário e depois numa fábrica química.

Em outubro de 1942, entrou no seminário clandestino de Cracóvia e a 1 de novembro de 1946 foi ordenado Sacerdote. Foi sacerdote, relativamente por pouco tempo, sendo que, ao fim de 12 anos, era nomeado Bispo Auxiliar de Cracóvia, por sua Santidade, o Papa Pio XII. Recebeu a Ordenação Episcopal a 28 de setembro de 1958. Escolheu como lema episcopal a expressão mariana “TOTUS TUUS” de São Luís Maria Grignon de Montfort.

Começou a exercer o seu ministério episcopal como auxiliar e depois, a partir de 13 de janeiro de 1964, como arcebispo de Cracóvia, e teve o privilégio de participar em todas as sessões do Concílio do Vaticano II, exercendo grande influência com as suas intervenções, despertando assim a atenção dos padres sinodais. No dia 26 de junho de 1967 foi criado cardeal por Paulo VI.

Em 1978 participou no conclave e na tarde de 16 de outubro depois de oito escrutínios, foi eleito Papa. Assim se torna no primeiro Papa Esloveno da história,

rompendo assim com o costume de 455 anos<sup>26</sup>. Depois da sua eleição, afirmou-se logo pela sua capacidade comunicativa e pelo estilo pastoral fora dos esquemas. A ténpera e o vigor de uma idade relativamente jovem permitiram que empreendesse uma atividade intensíssima, ritmada sobretudo pelo multiplicar das visitas e das viagens.

O início do seu pontificado foi marcadamente pelo apoio à “Igreja do Silêncio”. A insistência sobre os temas dos direitos do homem e da liberdade religiosa, tornou-se assim uma constante do seu magistério. Tanto que hoje é largamente reconhecido o contributo da sua ação para as vicissitudes que determinaram a queda do Muro de Berlim em 1989 e o sucessivo colapso dos regimes “filo-soviéticos”. Neste contexto, provavelmente se faz a ligação com o seu atentado do qual foi vítima em 13 de maio de 1981, por obra de um turco.

Também foi assídua a sua atividade a favor da paz, que se entrelaça com a busca do diálogo com as grandes religiões, em particular com o judaísmo e com o islamismo e com o novo império impresso no caminho ecuménico.

Em 1983 promulgou o novo “Codex Juris Canonici” e depois providenciou a reforma da Cúria Romana com a Constituição Apostólica “Pastor Bonus” de 1988. Favoreceu também, a dimensão da colegialidade episcopal no governo da Igreja, sobretudo através da convocação de quinze sínodos dos bispos. João Paulo II teve um pontificado bastante longo, sendo assim o segundo na história depois de Pio IX (1846-1878).

Com o passar dos anos, a atenção focalizou-se sobretudo na celebração do grande jubiléu de 2000. Depois das celebrações, começou o tempo, em que a sua saúde se começou a agravar e depois de uma longa e angustiante agonia morreu na noite de 2 de abril de 2005<sup>27</sup>.

### **2.1.1. João Paulo II e o Tratado de Paz.**

O Tratado de Paz, foi o acordo conseguido na disputa entre a Argentina e o Chile, que estiveram envolvidas por muito tempo num conflito de fronteiras das “Ilhas Picton, Lennox e Nueva, localizadas entre o Canal de Beagle e o Cabo Horn na ponta da Terra del Fuego. Esta divergência é antiga, remonta do tempo que os dois estavam a

---

<sup>26</sup> O primeiro Papa estrangeiro foi Adriano VI, de origem Flamenga (1522-1523).

<sup>27</sup> Biografia disponível em: <[http://www.vatican.va/special/canonizzazione-27042014/documents/biografia\\_gpII\\_canonizzazione\\_po.html](http://www.vatican.va/special/canonizzazione-27042014/documents/biografia_gpII_canonizzazione_po.html)>. acesso em 31 de junho de 2016, 21.30.

definir as suas fronteiras, que estavam a pique de guerra pelo canal de Beagle” (Lebec, 1999, p.228).

Não é a primeira vez que, a querela chilo-argentina é submetida a uma arbitragem. A história já registou muitas tentativas de se pôr fim a este conflito, mas nunca se chegou a um acordo, foi preciso que chegasse João Paulo II vindo do Leste para mediar este processo de paz. O Chefe de Estado do Vaticano surpreendeu a humanidade pela maneira como conduziu o processo, porque parecia um diplomata de carreira, mas ele não pertenceu a escola dos núncios.

Antes desta intervenção do Papa João Paulo II, ocorreram outras tentativas que acabaram por falhar porque as partes envolvidas no conflito não quiseram se submeter a tais propostas. Com a chegada de João Paulo II ao Papado, encontraram-se novas vias diplomáticas para pôr fim ao conflito. Assim, Ele procurou ajudar os dois governos na resolução da crise que se tinha instalado entre Argentina e Chile por meio da arbitragem voluntária, ou arbitragem “ad hoc” criada só para a resolução do conflito e assim foi primeiro o Cardeal Samoré que foi apelar o diálogo entre as partes envolvidas no conflito. Desta forma, “no dia 8 de janeiro de 1979, os chanceleres da Argentina e Chile assinaram o Documento de Montevideu, por meio do qual, empenhavam-se em aceitar a mediação do Vaticano” (Carletti, 2012, p.179).

Este acordo alcançado, foi um passo significativo para o caminho da paz, porque é esta mediação, que trará a paz para um conflito que durava mais de um século. A proposta, vinda da mediação de João Paulo II, não fugiu daquela proposta feita pela rainha Elizabeth II, através da qual, o governo argentino reconheceria a soberania chilena sobre as três ilhas, a Argentina recusou, mas, que em 1984, com o retorno da democracia um plebiscito<sup>28</sup> aprovou com 80% dos votos a proposta da Santa Sé.

Este é um sucesso diplomático que marcou o início do pontificado de João Paulo II e veio a ser também um dos assuntos abordados no dia 1 de Dezembro daquele ano, quando se deu a visita “ad limina” dos bispos argentinos, onde realça o empenho das ambas igrejas em procurar encontrar uma solução de paz e de amizade<sup>29</sup>, fazendo com que, cada um respeitasse as decisões arbitrais saída da mediação do Papa, confirmando certamente com este acordo, aquela ideia de que a “diplomacia é um instrumento para

---

<sup>28</sup> Plebiscito (do latim plebiscitu- decreto da plebe) é um voto ou decreto passado em comício, originariamente obrigatório apenas para plebeus. Hoje em dia, o plebiscito é convocado antes da criação da norma e são os cidadãos, por meio do voto, que vão aprovar ou não a questão que lhes for submetida.

<sup>29</sup> Este discurso de João Paulo II está disponível em: <[http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/speeches/1984/december/documents/hf\\_jp-ii\\_spe\\_19841201\\_argentini-ad-limina\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1984/december/documents/hf_jp-ii_spe_19841201_argentini-ad-limina_it.html)>. acesso em: 04 de julho de 2016.



pôr em contato os governos de dois ou mais Estados” (Magalhães, 2005, p. 84). Este frente a frente mediado pela Santa Sé foi determinante para a paz entre os dois povos.

Ao lado deste conflito que nos referimos, a diplomacia do Sumo Pontífice, foi exatamente sentida na chamada guerra das Malvinas<sup>30</sup>, ou conflito armado entre Argentina e Reino Unido, o que levou João Paulo II a visitar os dois países em conflito, e sabe-se que o Pontífice programando assim a sua visita “não queria dar a impressão de estar aprovado um dos beligerantes” (Lebec, 1999, p. 228). O apelo do Papa centrou-se na questão da paz, mas o fez de uma maneira muito dura chegando mesmo a dizer “a dimensão e o horror da guerra moderna a torna totalmente inaceitável como meio de equacionar pendências entre nações” (idem.).

Em virtude desta, e de outras atuações que marcaram a intervenção diplomática de João Paulo II, é tido como um pacificador. Este título tem a sua razão de ser, basta que se olhe para as intervenções já referidas e não só, mas, sobretudo nos encontros inter-religiosos, como aconteceu no dia 27 de outubro de 1986 em Assis, onde estiveram mais de 120 representantes de diferentes religiões e denominações cristãs. Trabalhou arduamente pelo empenho ecuménico como se pode ler na sua encíclica “*Ut Unum Sint*” Foi este objetivo que o levou frequentemente a dialogar com outros líderes religiosos, porque já tinha percebido que no mundo a liberdade religiosa era fundamental para se alcançar a paz. Em janeiro de 2002, quando novamente se reuniu em Assis para a oração ecuménica, aproveitou a ocasião, para condenar os atentados de 11 de setembro, afirmando que a religião não deve ser motivo de conflito no séc. XX. Toda esta atuação, se percebe, lendo a sua biografia, porque desde sempre trabalhou por se construir relações fraternas entre os homens e o desejo de um mundo de paz era fervoroso n`Ele.

João Paulo II trabalhou também noutros campos, em que se notabilizou para a mudança da humanidade, lutando contra certas ideologias que não permitiam o exercício adequado dos direitos do homem, como é o caso do comunismo, porque oprime o ser humano, sobretudo não permitir o exercício do direito a liberdade de expressão bem como o exercício do direito a liberdade religiosa. Agora, no ponto seguinte, analisa-se a relação que ele teve com o comunismo e quais são as razões que o levaram a lutar contra este sistema e que valor, isso teve na comunidade internacional.

---

<sup>30</sup> A guerra das Malvinas consistiu na luta pela soberania das ilhas.

### **2.1.2. Karol Wojtyla e o seu contributo para o fim do comunismo.**

O ambiente em que Karol cresceu e se formou influenciou a sua personalidade, tudo porque sentiu na pele os efeitos do sistema comunista, que o levaram a se empenhar para derrubar tal sistema e livrar o País dos seus efeitos. Jovem estudante de filosofia, descobriu muito cedo, que devia enveredar por uma diplomacia secreta que passaria por influenciar a juventude com o ensino, empenhando-se assim em conferências embora muitas vezes de uma maneira clandestina.

O seu empenho diplomático pelo combate ao comunismo, começou muito antes de chegar ao papado, tudo porque a situação da igreja na Polónia era conturbada, “de um lado, o governo comunista tentava atrair o clero, num movimento de colaboração que recebeu o nome de pax, por meio do qual, as autoridades governamentais, visavam manter, controle sobre a Igreja Católica” (Carletti, 2012, p.156). A outra motivação que levou a Igreja a combater o comunismo, deve-se ao fato de que o comunismo, “menospreza os direitos da pessoa humana, a sua dignidade, a sua liberdade: entrega-a sem protensão ao estado comunista numa submissão absoluta, em nome de um totalitarismo desumano que chega a fazer do homem um escravo da produção” (Guerry, 1960, p.193). A diplomacia levada a cabo por Karol na Polónia foi secreta, isto porque, relatos dizem que, desde o seu tempo na sua terra natal, como jovem e depois como arcebispo, nunca pronunciou abertamente palavras contra o sistema comunista, como bem se referiu, sempre o fez por meio de instrução, despertando as consciências que mais tarde virão a impor mudança.

O empenho diplomático visível para esta luta contra o sistema comunista, começa com a sua primeira viagem a Polónia, onde, com a invocação ao Espírito Santo, no fim da celebração, que renova a face da terra, deu força ao movimento sindical Solidariedade, que nesta altura fazia frente ao governo reclamando a liberdade de expressão.

Neste empenho do Sumo Pontífice, na luta contra o comunismo na Europa Oriental e na queda do Muro de Berlim<sup>31</sup>, contou com a aliança americana, isto é,

---

<sup>31</sup> O Muro de Berlim (em alemão *Berliner Mauer*) foi uma barreira física construída pela República Democrática Alemã (Alemanha Oriental - socialista) durante a Guerra Fria, que cercava toda a Berlim Ocidental (capitalista), separando-a da Alemanha Oriental (socialista), incluindo Berlim Oriental. Este muro, além de dividir a cidade de Berlim ao meio, simbolizava a divisão do mundo em dois blocos ou partes: República Federal da Alemanha (RFA), que era constituído pelos países capitalistas encabeçados pelos Estados Unidos; e a República Democrática Alemã (RDA), constituído pelos países socialistas sob jugo do regime soviético. Construído na madrugada de 13 de Agosto de 1961, dele faziam parte 66,5 km

quando “em 1982, durante a visita do presidente americano Reagan o Papa polonês, refletia a comum intenção de derrotar o mesmo inimigo, a URSS, e contribuir para abertura da cortina de ferro” (Carletti, 2012 p. 164). Levaram um trabalho comum até 1989, quando a queda dos governos comunistas ditou o fim.

Esta visão diplomática do Romano Pontífice, em encontrar aliados para uma causa comum foi determinante, embora como defende Carletti, e estando de acordo com ela, que os interesses eram os mesmos, mas os objetivos não foram os mesmos, visto que, do lado americano, a atenção e o interesse eram alargar a sua hegemonia política e afirmar o seu poder como potência, enquanto a Santa Sé estava preocupada em defender os valores da dignidade humana e das liberdades fundamentais às quais cada ser humano tinha direito. Apesar destas situações, aliás em diplomacia o interesse nacional está acima de todos outros interesses e por isso não existem amigos permanentes, muitos reconheceram o mérito da diplomacia da Santa Sé, sobretudo o carácter estratégico do Papa João Paulo II. “O último Presidente da URSS, Mikhail Gorbachev, teve o cuidado de apontar o Papa como mentor de todas transformações verificadas na Europa do Leste, em virtude do seu empenho” (idem). Não se pode questionar a visão diplomática deste Papa, sobretudo a sua preocupação por ver as pessoas numa liberdade efetiva. Desta maneira, tem todo sentido quando se diz que: “a figura do Papa João Paulo II, tem servido de exemplo de diplomacia na resolução de questões mundiais graves, sem empenho do uso da força e calcada no diálogo franco com os governantes de estados em crise” (Mazzuoli, 2008, op.cit. p.371).

A “luta” de João Paulo II, contra o comunismo surtiu efeito no sentido de que a Polónia, começou a se abrir as grandes economias e assim impulsionar o desenvolvimento no respeito das liberdades e participações políticas de todos, isto é, realizando-se as primeiras eleições multipartidárias em 1989 e, com isso se influenciou os países vizinhos.

A queda do comunismo foi vista pela diplomacia da Santa Sé e não só, como um dos grandes ganhos para a humanidade em virtude de se acabar com a opressão em que muitas nações eram submetidas e abertura de uma nova era, sobretudo com a chegada do capitalismo. A abertura da Polónia ao mundo trouxe a perda de valores o que levou João Paulo II a ficar indignado com a vida do povo tendo observado muitas situações de imoralidade e divisão do povo.

---

de gradeamento metálico, 302 torres de observação, 127 redes metálicas electrificadas com alarme e 255 pistas de corrida para ferozes cães de guarda.

“Ao invés da unidade, encontrou seu povo dividido. Ao invés dos valores cristãos que deviam reinar no espírito da nova nação, encontrou o novo Parlamento defendendo uma lei em favor do aborto. Sua profunda decepção era expressa pela dureza de seus discursos nos quais repreendia os poloneses por terem passado de uma escravidão, a do comunismo, a outra, a do consumismo, definido como uma liberdade que rende escravos” (Carletti, 2012, p. 176).

Esta “escravidão” é caracterizada pela perda de valores de solidariedade e fraternidade, reinando a indiferença de todos se empenhassem para o bem comum. Apesar disso, não se pode negar que com a queda do comunismo, abriu-se o espaço de circulação de produtos comerciais que veio facilitar assim o desenvolvimento dos povos, que Paulo VI no fim da sua encíclica veio chamar “o desenvolvimento é o novo nome da paz” (*Populorum Progressio*, n.º.87).

Por conseguinte, o engajamento diplomático de João Paulo II, não ficou consignado simplesmente em contribuir para a queda do comunismo e desta forma defender os valores de liberdade. Trabalhou igualmente na tentativa de se poder estabelecer o diálogo com a Igreja chinesa, como se verá de seguida, pelo facto de que o seu governo sempre sustentou a ideia de que, a Igreja na China tinha de ter líderes autóctones, a submissão ao Papa representava uma ingerência à soberania nacional.

### **2.1.3. As relações com a China.**

As relações diplomáticas entre a Santa Sé e a China sempre conheceram momentos de rotura, segundo Lebec (1999, p.258) “o Vaticano ignora o mais possível este cisma, como meio de diminuir a sua importância”. Como já se fez referência, o problema real que se vive entre a China e Vaticano, prende-se com a autonomia que o governo chinês quer para a Igreja local e assim poder controlar toda atividade eclesial, uma igreja patriótica o que rompe com os princípios de universalidade, contraditando assim o Credo. O centro da controvérsia é a desobediência ao Papa, no sentido de que existe um clero que não está em comunhão com a igreja universal e até os bispos são designados pelo governo, o que rompe com princípios eclesiológicos. Essa questão veio complicar de tal maneira as relações entre os dois Estados, ao ponto de que o último diplomata da Santa Sé a residir em Pequim foi o Núncio António Riberi em 1951.

João Paulo II, nos primeiros anos do seu pontificado mostrou o desejo de trabalhar para se criar unidade com a Igreja chinesa, trabalhando para a reaproximação e

o diálogo como se pode ver no “Angelus” do dia 19 de julho de 1979<sup>32</sup>. Esta vontade levou muitas vezes o Papa a procurar meios de ultrapassar este empasse e assim se poder estabelecer a comunhão com a igreja chinesa e consequentemente relações diplomáticas que culminariam na celebração de acordos e assim se poder legitimar a atividade eclesial na China. Esta mesma vontade de sempre trabalhar para a pacificação, impeliu o Papa a enviar o Cardeal Casaroli para um encontro com o bispo de Cantão Deng Yimin, tudo na tentativa de se encontrar uma via de ultrapassar a querela, até porque muitos vaticinavam que seria o fim dos problemas entre a Santa Sé e a China, mas que nada resultou, em virtude do medo que se instalou nestas pessoas de o Papa vir a interferir na vida interna e assim causar ingerência em assuntos da China. Este problema continuou e, com o passar do tempo, o Vaticano viu-se diante de uma encruzilhada, isto é, de um lado estava a igreja clandestina fiel ao Papa e do outro lado a igreja patriótica com quem a Santa Sé estava preocupada a negociar e assim tentar ultrapassar o problema.

Tudo revela que o problema não é tanto do regime que mantém a sua rigidez nas relações com a Santa Sé, mas que também, o clero fiel ao governo em função dos benefícios que recebem anulando assim, a fidelidade não só ao Papa, mas sobretudo a Jesus que é modelo para o sacerdócio. Enquanto existir esta vontade de se acomodar aos bens temporais, então vai levar tempo para que se chegue a unificar uma igreja dividida, igreja que invoca o mesmo Senhor.

“O clero aprovado pelo governo pedia que a igreja de Roma retomasse as relações com o governo chinês, para uma definitiva normalização da vida religiosa. De outro lado, o grupo subterrâneo pedia que o Vaticano não reconhecesse a legitimidade do clero que agia com a aprovação do governo e não esquecesse os sofrimentos deles. (Carletti, 2007, p.205).

Certamente esta é uma ideia insustentável porque existindo abertura da parte da igreja reconhecida pelo Estado, e por sinal beneficiada, tem de se partir daí para se começarem as negociações e para o clero martirizado, se assim se pode dizer, devia acolher com bom agrado, sempre no caminho de reencontro e da pacificação. Certamente não se trata de esquecer o sofrimento deles, mas serviria para se explorar o espaço para se relançar o diálogo e transformar a sociedade. Isso não aconteceu, não tanto por falta de vontade da igreja clandestina, mas também, e sobretudo, porque o governo não tinha boa simpatia pelo Papa, com o medo de que o que fizera na sua terra

---

<sup>32</sup> [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/angelus/1979/documento/hf\\_jp-ii\\_ang\\_19790819\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/angelus/1979/documento/hf_jp-ii_ang_19790819_it.html). Acesso 18.07.2016. às 20.12.

natal viesse acontecer também com a China. Todas as tentativas de reaproximação de João Paulo II com o governo chinês não chegaram a se efetivar, apesar de não se negar alguns gestos, como é o acontecimento de maio de 1995 onde “a Maior multidão jamais reunida na história, alguns padres patriotas puderam vir da China. Recitaram a profissão de fé católica exigida para concelebrar com o Papa” (Lebec, 1999, p.259). Este gesto embora significativo não terá continuidade e assim, o Papa terminará o seu pontificado sem conseguir resolver este problema que perdura até hoje. Assim, João Paulo II não conseguiu visitar a China e a Rússia por se temer a interferência em assuntos internos. Por exemplo, para China todas as tentativas de uma viagem apostólica foram sempre negadas, fruto de ser considerado como alguém criador de instabilidade, fruto do que acontecera na Polónia, onde o Papa inspirou os movimentos revolucionários e ainda como professor sempre se empenhou em instruir a juventude como caminho de se conseguir a libertação.

Neste sentido, revelou-se fracassada a diplomacia de João Paulo II em tentar restabelecer as relações com China, deixando assim a tarefa para o seu sucessor, já que o Papa evidenciará no seu primeiro discurso a atenção de poder negociar o cisma que existe entre a igreja chinesa ancorada ao regime e o Vaticano que quer a comunhão entre as outras Igrejas e assim respeitar a autoridade do Papa como chefe.

Uma das razões que se julga ter sido o fator do insucesso da diplomacia de João Paulo II na China, é o facto, deste Pontífice estar centrado em questões doutrinárias em matéria de igreja e da autoridade do Papa, que para eles representava ingerência em assuntos internos. A matéria dos direitos humanos, muitas vezes abordada pelo Papa, sobretudo a liberdade que é intrínseca à natureza do ser humano sem primeiro explorar aquilo que serviria de interesse para os dois e com o tempo abordar outras questões. É bem verdade que com a China durante o pontificado de Papa João Paulo II, não se registou grandes avanços diplomáticos o que já é diferente o seu engajamento na Polónia para acabar com o comunismo. Este sucesso obtido, veio certamente dificultar as relações que tentou estreitar com a China, porque foi visto como um perigo para a política interna.

Para a Rússia a realidade apesar de ser similar, mas é muito diferente, porque o problema não é tanto com o governo, mas é com a Igreja Ortodoxa que sempre e até hoje, vetou as tentativas das viagens do Papa.

## **2.2. Bento XVI - o Papa Alemão.**

Nasceu em Marktl am Inn, Diocese de Passau (Alemanha), no dia 16 de abril de 1927 e foi batizado no mesmo dia, isto é, no sábado santo.

Passou a sua infância e adolescência em Traunstein, uma pequena localidade perto da fronteira com a Áustria, a trinta quilómetros de Salzburg. Foi neste ambiente, por ele próprio definido mozartiano, que recebeu a sua formação cristã, humana e cultural.

Recebeu a ordenação sacerdotal em 29 de junho de 1951. Um ano depois, começou a sua atividade de professor na Escola Superior de Freising. No ano de 1953, doutorou-se em Teologia. Depois de desempenhar o cargo de professor de Teologia Dogmática e Fundamental na Escola Superior de Filosofia e Teologia de Freising, continuou a docência em Bonn, de 1959 a 1963, em Munster, de 1963 a 1966; e em Tubinga, de 1966 a 1969. A partir desse ano, passou a ser Catedrático de Dogmática e História do Dogma na Universidade de Ratisbona, onde ocupou também o cargo de Vice-Reitor da Universidade.

De 1962 a 1965 prestou um notável contributo ao concílio Vaticano II como perito, viera como consultor teológico do Cardeal Joseph Frings, Arcebispo de Colónia.

A sua intensa atividade científica levou-o a desempenhar importantes cargos ao serviço da Conferência Episcopal Alemã e na Comissão Teológica Internacional. Em 25 de Março de 1977, o papa Paulo VI nomeou-o Arcebispo de Munchen e Freising. No dia 28 de maio seguinte, recebeu a sagração episcopal. Foi o primeiro sacerdote diocesano, depois de oitenta anos, que assumiu o governo pastoral de grande Arquidiocese Bávara.

Na Cúria Romana, foi Membro do Conselho da Secretaria de Estado para as Relações com os Estados; das Congregações para as Igrejas Orientais, para o culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos, para os Bispos, para a Evangelização dos Povos, para a Educação Católica, para o Clero, e para as Causas dos Santos; dos Conselhos Pontifícios para a Promoção da Unidade dos Cristãos, e para a Cultura; do Tribunal Supremo da Signatura Apostólica; e das Comissões Pontifícias para a América Latina, Para a interpretação Autêntica do Código de Direito Canónico, e para a revisão do Código de Direito Canónico Oriental.

Recebeu numerosos doutoramentos “Honoris Causa” pelo College of St. Thomas em St. Paulo (Minnesota, Estados Unidos), em 1984; pela Universidade

Católica de Eichstatt, em 1987; pela Universidade de Lima, em 1986; pela Universidade Católica de Lublin, em 1988; pela Universidade de Navarra (Pamplona, Espanha), em 1999; pela Faculdade de Teologia da Universidade de Wroclaw (Polónia) no ano de 2000.

Em 2005 com a morte de João Paulo II chega ao governo da Igreja como Sumo Pontífice e escolhe nome de Bento XVI. Renunciou em 28 de fevereiro de 2013, justificando-se em sua declaração de renúncia que as suas forças, devido à idade avançada, já não lhe permitiam exercer adequadamente o pontificado<sup>33</sup>.

### **2.2.1. A diplomacia de Bento XVI.**

A diplomacia da Santa Sé, no pontificado de Bento XVI teve alguns fracassos e críticas, fruto do carácter deste Papa, porque nesta altura a humanidade estava habituada a um Papa carismático, que se dirigia as pessoas sempre com um bom humor. Por outro lado, Bento XVI chega numa altura em que os problemas ou os escândalos da pedofilia e da homossexualidade, chegam ao de cima, embora se acredite que esses problemas, tenham sido já antigos, mas tudo recai para a imagem da diplomacia deste Papa e a sua imagem bem como a sua influência a nível internacional é eclipsada e o seu lado de grande estratega e de um Papa sábio e santo, como é considerado, não é visto, tão pouco a ideia que tinha de vir a ser continuador da política do seu predecessor o que não aconteceu, tanto mais que nomeou para Secretaria de Estado o cardeal Tarcísio Bertone, que não vinha da escola diplomática o que ajudou no seu fracasso. Por outra muita gente tinha preconceito de Bento XVI, que veio aumentar, sobretudo com a sua renúncia, tudo porque o mundo não estava habituado a estas decisões, mas reconhecemos o grande sinal de humildade e sobretudo não deixar que a igreja continuasse a ser mal vista e a perder grandes oportunidades, sobretudo de ser visto como influenciador da moral internacional, realidade que estava ofuscada de certa forma, neste pontificado, com os abusos de pedofilia e homossexualidade como já foi referido.

A outra questão, muito relevante em diplomacia, que não faz parte do perfil de Bento XVI é exatamente a imagem que deve ser apresentada pelo ator internacional, criando assim uma boa impressão. O mundo estava habituado a um diplomata que no

---

<sup>33</sup> [w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/biography/documents/hf\\_ben](http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/biography/documents/hf_ben). Acesso a 21 de setembro de 2016.



dizer de Lebec, “se dedicou a conquistar as opiniões públicas, mais frequentemente por trás de um microfone diante das multidões do que no seu escritório” (Lebec, 1999, p. 264). O sucessor veio fazer o contrário, fruto do seu trabalho ao longo destes anos todos, ligado ao estudo teológico, o que veio a prejudicar consideravelmente a sua atuação internacional.

Bento XVI, começa a sua atuação escolhendo questões antigas e problemáticas, assim, a primeira vez que se dirigiu ao Corpo Diplomático acreditado junto da Santa Sé, logo a seguir à sua eleição, focalizou-se naquelas nações com as quais a Santa Sé não tinha estabelecido relações diplomáticas<sup>34</sup>. O que o Papa tenta fazer é tomar o caminho deixado pelo seu predecessor no diálogo com a China e a Rússia, nações com as quais a Santa Sé não conseguiu estabelecer relações diplomáticas.

### **2.2.2. Bento XVI, China e Rússia.**

O compromisso assumido de trabalhar para o diálogo com o Governo Chinês, teve um ponto de partida, muito significativo, visto que pela primeira vez o Governo Chinês enviou felicitações aquando da eleição de Bento XVI. (Carletti, 2012, p.189). Nos primeiros meses do seu pontificado, centrou-se em assuntos teológicos, o que é bem evidenciado pela sua primeira Encíclica “*Deus caritas est*”, que o ajudou a conseguir algo nas relações com a China. Assim, conseguiu o acordo de que os bispos passariam a ser nomeados com aprovação da Santa Sé, embora mais tarde, o período foi sempre alternado, porque houveram bispos que foram nomeados sob orientação do governo e outros sob orientação da Santa Sé. Apesar desta alternância, não se pode negar que tenha sido um ganho e grande passo nas negociações sobre um cisma que dura séculos.

Com a Federação Russa, as coisas são bem diferentes, aí a Diplomacia da Santa Sé conseguiu dar um passo significativo, porque Bento XVI chegou a estabelecer relações diplomáticas em dezembro de 2009, embora se tenham limitado simplesmente na troca de representantes, mas é um grande passo, faltando apenas um diálogo ecuménico, já que a Igreja Ortodoxa na Rússia tem um grande peso, foi ela que criou entraves aquando da tentativa de João Paulo II querer visitar aquele país. Por isso, não

---

<sup>34</sup> Bento XVI. Discurso ao corpo diplomático acreditado junto da Santa Sé, 12 de maio de 2005. Disponível: [http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/speeches/2005/may/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20050512\\_diplomatic-corps\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2005/may/documents/hf_ben-xvi_spe_20050512_diplomatic-corps_po.html). acesso 19.07.2016.

se pode negar o grande trabalho da diplomacia, mas ainda resta um grande caminho por se fazer para que as coisas se normalizem, mesmo no âmbito eclesial, de tal maneira que, os cristãos católicos existentes naquele País tenham e sintam a presença do Pastor Universal já que o sonho maior que a Igreja alimenta é certamente se conseguir que o Sumo Pontífice possa visitar os cristãos que se encontram naquele país e consequentemente normalizar as relações de amizade.

Para com a China vive-se uma “cisma”, pode dizer-se diante desta situação a questão que muitos colocam é se de fato, a Igreja vai continuar a ficar calada diante desta realidade. Pensa-se que o silêncio da Igreja, em não agir violentamente, nem abafar o assunto nos meios de comunicação social, nem tão pouco trazer este assunto para ser questão de debate, sempre que se tenta estabelecer relações diplomáticas com a China, julga-se que é uma atitude sábia, aquela que a diplomacia da Santa Sé toma. Primeiro, olhando pela característica desta diplomacia que é secreta, assim se percebe, procurar arrumar o assunto primeiramente e quando chegar aos órgãos de informação é para se celebrarem acordos. Esta maneira de agir dos diplomatas da Santa Sé, disse Lebec que tem muito a ver com o “múnus sacerdotal”, que eles desempenham, sobretudo o sacramento da reconciliação. O outro assunto que se julga ser mais relevante prende-se com a proteção daquele clero fiel a Roma, porque qualquer ação da Igreja de Roma que mostrasse intervenção direta, isso aumentaria a perseguição desses padres e para preservá-los, assim age a diplomacia da Santa Sé. Por outro lado, Bento XVI, trabalhou bastante para comunhão das duas igrejas existentes na China, deixando a esperança de um dia se estabelecer a união na igreja da China e desta maneira a comunhão com o Vigário de Cristo, como expressou na carta que dirigiu aos bispos, sacerdotes, consagrados e aos fiéis.

“Tendo em consideração, primeiro, algumas evoluções positivas da situação da Igreja na China, as Maiores oportunidades e facilidades nas comunicações e, por último, os pedidos que diversos bispos e sacerdotes nos dirigiram, com esta Carta revogo todos os privilégios que foram sido concedidos para fazer frente a particulares exigências pastorais, surgidas em tempos verdadeiramente difíceis”<sup>35</sup>.

A ideia que Bento XVI defende é da união entre a igreja clandestina e a igreja oficial, trabalhando assim para uma comunhão, que certamente pode durar anos, mas que a semente foi lançada e continua a ser lançada hoje pela Congregação para

---

<sup>35</sup> Carta de Bento XVI à igreja católica na China, 27 de maio de 2007. disponível em: <[http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/letters/2007/documents/hf\\_ben-xvi\\_let\\_20070527\\_china\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/letters/2007/documents/hf_ben-xvi_let_20070527_china_po.html)>. acesso em: 26.07.2016

Evangelização dos Povos, que praticamente mantém o seu empenho pelo povo chinês. A Santa Sé no trato com outros Estados sempre se reveste de paciência e não desiste de solicitar sempre espaço de diálogo, porque China representa uma grande esperança, em virtude do número de cristãos católicos estar a crescer e a sua abertura hoje ao mundo é notória, o que pode contribuir para uma abertura ao nível das relações com a Santa Sé, porque a imagem que oferecer nas relações com a Santa Sé, pode ter influência nas relações com outros Estados, sobretudo a maneira como as pessoas vão olhar aquele país, não simplesmente como potência económica, mas também como um ator que respeita o exercício da liberdade religiosa e por sinal, faz parte de um dos postulados dos direitos humanos.

### **2.2.3. As aulas de Ratisbona.**

Se a diplomacia da Santa Sé viveu situações delicadas no diálogo com outras religiões monoteístas, é bem certo que o discurso de 12 de setembro de 2006, na Universidade de Ratisbona terá contribuído significativamente. Tudo começa, como já é sabido, ao citar o texto de Manuel II Paleólogo que afirmava: “Mostra-me o que Maomé trouxe de novo, e nisto encontrarás somente coisas más e desumanas”<sup>36</sup>. Este discurso foi considerado um fracasso na vertente diplomática, já que foi atribuída ao Papa Bento XVI e esteve na origem dos protestos. Faz sentido, criticar esta posição, pelo fato de que compromete todo diálogo promovido por João Paulo II nas relações de paz inter-religiosas. Por outro lado, colocou em perigo as minorias cristãs que vivem em países muçulmanos com um perigo iminente de morte, por causa da onda de violência que se gerou partindo daí.

Depois deste incidente, a diplomacia da Santa Sé não ficou descansada, “a Secretaria de Estado promoveu esclarecimentos permanentes para suavizar as polémicas” (Gaeta, 2013, p.99). O trabalho levado a cabo pela Secretaria de Estado da Santa Sé, foi produtivo, embora como defende o autor citado, esta atitude de Bento XVI serviu para dar estímulos no diálogo com o Islão. O próprio Papa foi obrigado a fazer viagem para a Turquia, Jordânia, Israel e Líbano tudo para restabelecer as relações

---

<sup>36</sup> Discurso de Sua Santidade o Papa Bento XVI a 12 de setembro de 2006, na Universidade de Ratisbona. Bento XVI pretendeu usar esta passagem que se encontra na obra *Conversações com um muçulmano*, Sétimo colóquio, de Theodore Khoury, para explicar a oposição entre violência e razão.

rompidas. Se por um lado se critica o Papa, por se considerar grande falha na diplomacia, por outro, se admira a coragem diplomática e a visão estratégica deste Papa, sobretudo a maneira como vai se relacionar com os líderes religiosos monoteístas depois deste acontecimento. Refira-se ainda, que o encontro com a comunidade muçulmana nos Camarões, onde apela o respeito e o espírito de tolerância entre as religiões, trabalhando assim por se edificar um mundo de paz e de fraternidade.

Acredita-se ainda, partindo da realidade de que o diplomata deve saber fingir a personalidade na sua atuação externa, quando está em causa um objetivo a atingir. Este Papa não tinha esta capacidade e certamente isso contou muito, sobretudo numa altura que o mundo vinha de um grande carismático João Paulo II. Por esta razão, acreditamos que esta realidade jogou um papel fundamental para muitas questões em que a igreja foi malvista, não é que ele fosse uma pessoa má, mas, a imagem em diplomacia, joga um papel fundamental. No que se refere, à realidade da imagem, junta-se a capacidade que um diplomata deve ter em certas circunstâncias, o diplomata deve ser criativo, nem que for preciso mascarar uma personalidade, tudo em atenção aos objetivos traçados. Mas isso não fazia parte de Bento XVI, Ele não tinha muito jeito de influenciar pelos micros, ou conquistar a popularidade pelas audiências públicas como acontecia com o seu predecessor o Papa João Paulo II, tão pouco fingir uma personalidade que a pessoa não tem, já que em atividade diplomática, há circunstâncias que seja necessário adotar tal comportamento para alcançar objetivos pretendidos.

Ao lado destas situações todas, não se pode esquecer que o Papa Bento XVI se reveste de uma personalidade forte, homem de coragem e determinação que é fundamental em diplomacia, como ele fez em renunciar ao cargo, deixando a ideia de que apesar do pontífice ser este monarca eletivo, isto é, eleito em conclave, afinal pode renunciar este governo, quando tiver razões justificadas e sempre para o bem da igreja.

#### **2.2.4. Bento XVI e a defesa de um Estado unitário e de boa governação em África**

Em março de 2009, Bento XVI visitou África, mais concretamente os Camarões e Angola pela primeira vez e, o seu discurso surpreende todo aquele que não tem conhecimento de como são elaboradas as mensagens do Papa, visto que ele aborda assuntos ligados a um Estado unitário, que constitui um problema de quase todo o continente, marcado pelas divisões dos povos e guerras étnicas, retardando assim a paz

e desenvolvimento dos povos. Procurou atacar problemas que afetam a unidade, bem como, a própria reconciliação como vertente fundamental para paz social.

“Queridos amigos angolanos, o vosso território é rico; a vossa nação é forte. Usai, porém, estes vossos créditos para favorecer a paz e o entendimento entre os povos, numa base de lealdade e igualdade que promova na África aquele futuro pacífico e solidário a que todos aspiram e têm direito. Para isso, vos peço: Não vos rendais à lei do mais forte! Porque Deus concedeu aos seres humanos voar, sobre as suas tendências naturais, com as asas da razão e da fé. Se vos deixardes levar por elas, não será difícil reconhecer no outro um irmão que nasceu com os mesmos direitos humanos fundamentais”<sup>37</sup>.

Esta foi a primeira intervenção do Romano Pontífice e aborda a questão do entendimento entre os povos, que invoca a unidade dos povos. É certo que em muitos países de África viveu guerras coloniais que separou família e cementou a divisão entre os filhos da mesma pátria. A esta questão junta-se as realidades étnicas, já que o continente tem muitas etnias, que não seria nenhum mal, caso as diferenças fossem encaradas como riqueza, mas com a guerra civil, que se viveu em muitos países, que foram guerras verdadeiramente tribais, como por exemplo em Angola, Ruanda etc, constituindo neste caso a grande ameaça ao princípio da unidade territorial. Por esta razão, se começou a viver um sistema de governação exclusiva e injusta, pelo fato de que, não se olha para todos, mas sim reina um certo caráter de nepotismo e a ideologia supera o interesse que as pessoas deviam ter pela Nação. Assim, o sistema de governação exclusiva, fez nascer a corrupção que é um obstáculo para a boa governação e consequentemente a paz, já que sem o desenvolvimento e bem-estar não se pode falar de paz.

O apelo do Papa em se reconhecer no outro, um irmão que nasceu com os mesmos direitos humanos e fundamentais, não é um favor, é um dever moralmente irrecusável, primeiro, porque têm como cidadãos deste país, a legitimidade de usufruírem das riquezas da terra. Por outro, só assim terá sentido a construção de Estado unitário, onde todos cidadãos são reconhecidos e possam aspirar a realização dos seus projetos. Por isso, o apelo do Santo Padre, situa-se no papel da Igreja como “Mãe e Mestre”, exercendo o seu “múnus” de ensinar.

---

<sup>37</sup> Discurso de Bento XVI no aeroporto 4 de fevereiro no dia da chegada a Angola, vindo de Camarões. Disponível: <[www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2009/march/documents/hf\\_ben-xvi\\_sp\\_20090320\\_chegada-angola.html](http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2009/march/documents/hf_ben-xvi_sp_20090320_chegada-angola.html)>. acesso 19.07.2016.

Bento XVI, como chefe de Estado do Vaticano, defendeu, outrossim, igualmente a questão da igualdade que faz com que todos cooperem para o mesmo bem e ninguém seja discriminado. É verdade que a atuação do Pontífice parece de alguém que vive a realidade, porque não fala de situações inexistentes, mas tudo se percebe, já que os Núncios, isto é, os embaixadores exercem o dever de informar não só a situação da igreja como também do Estado. Assim, o Papa, procurou tocar nos problemas africanos que retardam o desenvolvimento de muitos países, violando-se assim os direitos humanos, sobretudo o direito a dignidade a que muitos são privados. A visão papal, parte da riqueza que a terra oferece sem que todos sejam merecedores, fruto dos males da corrupção como se pode ver na intervenção do Bispo de Roma.

“Meus amigos, armados de um coração íntegro, magnânimo e compassivo, podereis transformar este continente, libertando o vosso povo do flagelo da avidez, da violência e da desordem e guiando-o pela senda daqueles princípios que são indispensáveis em qualquer democracia civil moderna: o respeito e promoção dos direitos humanos, um governo transparente, uma magistratura independente, uma comunicação social livre, uma administração pública honesta, uma rede de escolas e de hospitais que funcionem de modo adequado, e a firme determinação, radicada na conversão dos corações, de acabar de uma vez por todas com a corrupção”<sup>38</sup>.

O Papa centra a sua atenção num desenvolvimento que deve ser levado em conjunto, tudo porque as políticas de integração regional permitem um crescimento em conjunto na vertente de partilhar os recursos que são produzidos, já que ninguém é autossuficiente. A ideia subjacente é do comércio livre entre a região da SADEC

Foi grande a visão estratégica do Papa em ter insistido nesta temática, apelando um desenvolvimento conjunto de África e assim criando melhores condições para o povo. Existem diversas iniciativas de cooperação entre os países, mas existem problemas para serem resolvidos para se tornar possível esta realidade da cooperação, porque muitos temem o caso da imigração ilegal e os conflitos regionais, sobretudo na zona dos grandes lagos. A ideia fundamental é da abertura das fronteiras, negada por muitos em virtude dos receios que já apontamos. Entende-se que, a solução não seria negar a abertura das fronteiras comerciais, mas sim proteger sectores de produção em que o país está a crescer e cooperar naqueles domínios em que está sem iniciativas, para mais tarde reforçar o sistema judicial para conter a imigração e assim os países poderem crescer com os outros, como adverte o Papa Bento XVI.

---

<sup>38</sup> Discurso de Bento XVI as autoridades políticas e civis e com o corpo diplomático junto ao governo de Angola. Disponível: <[www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2009/march/documents/hf\\_ben-xvi\\_sp\\_20090320\\_autorita-civili.html](http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2009/march/documents/hf_ben-xvi_sp_20090320_autorita-civili.html)>. acesso 19.07.2016.

“O desenvolvimento económico e social da África requer a coordenação do Governo nacional com as iniciativas regionais e com as decisões internacionais. Uma tal coordenação supõe que as nações africanas não sejam vistas apenas como destinatárias dos planos e soluções elaborados por outros. Os próprios africanos, trabalhando juntos para o bem das suas comunidades, devem ser os agentes primários do seu desenvolvimento. A tal propósito, existe um número crescente de eficazes iniciativas que merecem ser sustentadas. Contam-se entre elas a New Partnership for Africa's Development (NEPAD) e o Pacto para a segurança, a estabilidade e o desenvolvimento na Região dos Grandes Lagos, juntamente com o Kimberley Process, a Publish What You Pay Coalition e a Extractive Industries Transparency Initiative, que promovem a transparência, o exercício comercial honesto e o bom governo”.<sup>39</sup>

Portanto, em toda a sua atuação, a Maior preocupação de Bento XVI, foi simplesmente a de procurar uma boa governação, que promova a unidade, respeitando assim a soberania dos povos e consequentemente garantir o bem-estar das populações e reforçando as relações de cooperação com outros povos, de tal maneira, que o empenho do continente africano seja partilhado por todos e os governantes tomem iniciativas que vão permitir que a África cresça sem precisar tanto da dependência externa, isto quer dizer, apostar em políticas sustentáveis de tal forma que se garanta a sustentabilidade dos povos sem comprometer as gerações vindouras.

### **2.3. Francisco - o Papa dos pobres.**

Jorge Mário Bergoglio é o primeiro Papa americano e jesuíta. É uma figura de destaque no continente inteiro e um pastor simples e muito amado na sua diocese. Conheceu o mundo de lés-a-lés, viajando também de metro e de autocarro, durante os quinze anos do seu ministério episcopal. Segundo Ele: “o meu povo é pobre e eu sou um deles”. Esta situação, influenciou na escolha de morar num apartamento e de preparar o jantar sozinho.

Nasceu em Buenos Aires no dia 17 de dezembro de 1936, filho de emigrantes. A 13 de Dezembro de 1969 foi ordenado sacerdote. De 1970 a 1971 deu continuidade à sua preparação em Alcalá de Henares, na Espanha, e a 22 de abril de 1973 fez a profissão perpétua nos jesuítas.

No dia 31 de julho de 1973 foi eleito provincial dos jesuítas da Argentina, cargo que desempenhou durante seis anos. Depois, retomou o trabalho no campo universitário

---

<sup>39</sup> Idem.

e, de 1980 a 1986 foi novamente reitor do colégio de São José. No mês de maio deste mesmo ano, partiu para Alemanha, onde concluiu a tese de doutoramento.

A 20 de Maio de 1992 João Paulo II nomeou-o Bispo Titular de Auca e Auxiliar de Buenos-Aires. No dia 27 de junho recebeu na catedral a ordenação episcopal. Com o falecimento do Cardeal Quarracino, sucedeu-lhe a 28 de fevereiro de 1997, foi promovido Arcebispo Coadjutor de Buenos-Aires.

A 21 de Fevereiro de 2001, João Paulo II criou-o Cardeal, atribuindo-lhe o título de São Roberto Bellarmino. Convidou os fiéis a não viajarem para Roma para festejar a púrpura, mas a destinar aos pobres o dinheiro da viagem.

O Cardeal Bergoglio foi eleito Papa no dia 13 de março de 2013, no segundo dia do conclave, substituindo assim o Papa Bento XVI que resignou, em razão da sua idade. O Cardeal eleito Papa tomou o nome de Francisco.<sup>40</sup>

### **2.3.1 Papa Francisco, o diplomata da mediação. O caso de Cuba e EUA.**

Papa Francisco representa a imagem da diplomacia da Santa Sé na atualidade e aparece como grande diplomata que eleva o prestígio da Santa Sé ao conseguir que Cuba e EUA reatassem o diálogo e assim tornassem possível a troca de produtos comerciais e a circulação dos povos, bem como, o estabelecimento das embaixadas que representam as relações existente entre os dois governos. A grande novidade, como já se referiu, é de apostar para uma diplomacia de proximidade, se assim se pode dizer, que consiste em não ficar simplesmente nas palavras, mas sim descer ao concreto, isto é, falar e fazer como se vê pela maneira como conduz o diálogo entre esses dois países.

A causa do corte das relações tinha a ver com o fato de Fidel Castro, em 1959, ter estabelecido um governo socialista na ilha, não de uma maneira pacífica, como é óbvio, mas por via de uma revolução, derrubando assim, Fulgêncio Batista. Até aqui, não existia nada que pudesse estragar as relações entre os dois Países, mas “Fidel ao procurar tirar Cuba da alçada de América e assim estreitar relações com o Bloco

---

<sup>40</sup> Biografia disponível em: [https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/biography/documents/papa-francesco-biografia-bergoglio.html/](https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/biography/documents/papa-francesco-biografia-bergoglio.html) .Acesso aos 12.07.2016. as 19.12.



Soviético, chamada URSS naquele tempo, e anunciar publicamente que Cuba pertence ao bloco socialista” (Maurice, 2012, p. 91). Como consequência da política adotada por Fidel, foram expropriadas terras e empresas de investidores americanos, cortando assim todos acordos que o antigo presidente tinha estabelecido com os Estados Unidos de América.

As tensões agudizaram-se quando em “1962 os satélites norte-americanos detetaram, uma base de mísseis nucleares da União Soviética e terminou com a retirada de mísseis nucleares de Cuba em troca da retirada de mísseis norte americanos na Turquia” (Maurice, 2012, p. 91). As relações foram-se agravando e, apesar disso, Cuba conseguiu ainda sobreviver de uma maneira tranquila, tudo por causa da sua ligação com o Bloco de Leste, mas que, depois a sua situação comercial complicou-se, porque chega a altura em que o desmantelamento da União Soviética, ou seja o fim do Bloco de Leste, que veio tornar vida difícil para a Ilha e assim uma certa privação do povo com o resto do mundo em virtude do sistema comunismo que cortava a liberdade do seu povo. Sabe-se que este embargo visava prejudicar Cuba em todos domínios, sobretudo o setor público, em especial, o da saúde. Como se não bastasse, no tempo do presidente Bill Clinton, foi ampliado este embargo com a proibição de todas as empresas que mantinham as relações com Cuba.

Este clima de conflito entre os dois países, sempre preocupou a diplomacia da Santa Sé, ao ponto de, em 1998 João Paulo II na sua visita a Cuba, em janeiro desse ano, defendeu a ideia de Cuba respeitar os direitos humanos e a liberdade religiosa bem como, devolver a esperança ao povo cubano, já que um Estado moderno não pode fazer do ateísmo uma religião. Aproveitou igualmente, para pedir nos seus discursos, que o embargo chegasse ao fim. Os apelos de João Paulo II, apesar de serem considerados como transformadores a nível eclesial, no campo diplomático não tiveram tanto impacto, deixando a situação como antes, sem se conseguir nenhuma abertura para o diálogo tanto desejado entre os dois países.

Bento XVI chegou a realizar a visita apostólica à ilha e seguindo o caminho do seu predecessor apelou para uma vivência de liberdade e o respeito pela dignidade humana.

“A hora atual exige de modo urgente que se eliminem na convivência humana, nacional e internacional, posições inamovíveis e perspectivas unilaterais, que tendem a tornar mais árduo o entendimento e ineficaz o esforço de colaboração. Eventuais discrepâncias e dificuldades hão-de solucionar-se procurando incansavelmente aquilo

que une a todos, com diálogo paciente e sincero, compreensão mútua e uma leal vontade de escuta que acolha metas portadoras de novas esperanças”<sup>41</sup>.

O Papa apelava ao diálogo fazendo transparecer a atual situação que Cuba vivia, mas sabe-se que, nem com isso foi possível relançar as relações no domínio diplomático entre os dois países, continuando assim a chamada Guerra Fria entre o Bloco de Leste e EUA. Também Bento XVI apesar de ser mais discreto, a sua diplomacia não conseguiu avançar nem deixar nenhum sinal para a resolução do impasse, apesar de ter havido grande esforço da sua parte.

O Papa Francisco, com a sua sabedoria diplomática e de uma maneira secreta, longe dos meios de comunicação social, surpreendeu o mundo quando se anunciou que os dois líderes tinham concordado em reatar o diálogo para se ultrapassar o grande impasse que levou anos. O Papa Francisco ficou mais forte, na questão de Cuba e EUA, em relação aos pontífices anteriores, adotando uma estratégia, já usada por João Paulo II quando a Argentina se envolveu em conflito armado com a Grã-Bretanha em relação à soberania das ilhas Malvinas. Assim, o Pontífice, em setembro de 2015, visitou os dois países, para se evitar especulações, tão pouco manipulações políticas, de ser conotado como próximo deste ou daquele. Em Cuba onde começou, o Papa apontou a paz como grande necessidade que o mundo precisa e, estava otimista de que o diálogo entre os dois países traria soluções para se ultrapassar o impasse que se vivia.

“Desde há vários meses, temos sido testemunhas dum acontecimento que nos enche de esperança: o processo de normalização das relações entre dois povos, após anos de afastamento. É um processo, é um sinal da vitória da cultura do encontro, do diálogo, do «sistema da valorização universal (...) sobre o sistema, morto para sempre, de dinastia e de grupos». Encorajo os responsáveis políticos a prosseguir por este caminho e a desenvolver todas as suas potencialidades, como prova do alto serviço que são chamados a prestar em favor da paz e do bem-estar dos seus povos e de toda a América, e como exemplo de reconciliação para o mundo inteiro. O mundo precisa de reconciliação, nesta atmosfera de III Guerra Mundial por etapas que estamos a viver”<sup>42</sup>.

A estratégia usada pelo Papa resultou “no encontro que o Sumo Pontífice teve com Barack Obama a 25 de março de 2014, durante o qual terá sido discutido um

---

<sup>41</sup> Discurso de Bento XVI na Cuba em 2012 na cerimónia de despedida. <[http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2012/march/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20120328\\_congedo-cuba.html](http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2012/march/documents/hf_ben-xvi_spe_20120328_congedo-cuba.html)

<sup>42</sup> Discurso do Papa Francisco em Havana em setembro de 2015, antes de partir para EUA. Disponível: [www.http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/september/documents/papa-francesco\\_20150919\\_cuba-benvenuto.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/september/documents/papa-francesco_20150919_cuba-benvenuto.html) acesso a 21.08.2016, as 21.03.

compromisso que levou ao acordo anunciado em dezembro do mesmo ano, entre os EUA e Cuba” (Rego, 2015, p.7). O Papa Francisco procurou inteligentemente dialogar com os dois presidentes, que não demoraram em emitir declarações de satisfação e, comprometerem-se em resolverem o conflito que dura décadas. Obama chegou ao ponto de dizer que se tratava de encerrar uma abordagem que durante muitos anos falhou em defender nossos interesses, mas agora se vai tratar de normalizar as relações. É muito simples falar em normalizar, contudo, questão do fim do embargo tem de passar pelo Senado, já que não depende simplesmente do aparelho diplomático.

Se por um lado, as declarações de Obama pareciam muito mais animadoras, já as de Raúl Castro, não tanto, porque o olhar de todos cubanos estava voltado sobre a questão principal, como disse o Presidente, que é o bloqueio económico, comercial e financeiro. Este bloqueio provoca enormes prejuízos humanos, económico, ao povo cubano.

O diálogo retomado entre dois países, apesar de ser um ganho, a diplomacia da Santa Sé é uma mais-valia para os dois países. Da parte dos países, vemos que hoje se constroem relações de amizade, por via de aceitação ou reposição das embaixadas e abriu-se à livre circulação dos cidadãos e se troca os produtos sem nenhuma restrição, o que de facto, facilita a vida económica sobretudo para a Ilha que sofreu tanto com estas sanções económicas. A intervenção do Papa Francisco foi crucial e saiu a ganhar a diplomacia da Santa Sé, que se afirma no Mundo.

A questão que se coloca hoje, neste ganho do Papa Francisco, é perceber o interesse da Igreja no meio deste processo todo. É certo que a igreja existe para construir pontes como indica a palavra pontífice, um dos atributos do Papa, por isso não é errado afirmar que não existe nenhum interesse do Papa, aliás o cardeal Pietro Parolin sustentou esta ideia numa das entrevistas, dizendo que não havia nenhum interesse da parte da Santa Sé. Mas é certo, que esta afirmação tem seu valor na perspetiva eclesial, já no campo diplomático, tem que se dizer claramente que existe um interesse, por quanto constitui prestígio da diplomacia da Santa Sé e ganho que se vai refletir universalmente, mas com destaque nestes dois países. Do lado de Cuba, por ser um país com regime comunista, a igreja sofreu perseguição não só aí, mas também nos outros países, com o mesmo regime e a intervenção do Papa Francisco é um ganho para relançar a igreja e criar mais confiança da parte dos seus membros e não só. Do lado da América, sabemos que a igreja foi assolada com os escândalos de pedofilia o que fez perder de certa forma o seu prestígio. Neste momento, com Papa Francisco, a Igreja

preocupa-se em dar uma nova esperança às pessoas e devolver a diplomacia da Santa Sé e o prestígio que desde sempre representou nos círculos internacionais.

Temos ainda a dizer, nesta vertente da diplomacia da Santa Sé, que o pontificado do Papa Francisco, tem-se revelado determinante no processo de paz em estabelecer acordos e convenções com certos países, o que foi caracterizado pelo Papa como um “sinal importante da atenção com que a comunidade internacional segue a atividade diplomática da Santa Sé”<sup>43</sup>. Deve-se fazer referência ao acordo assinado entre a Santa Sé e a República Democrática de Timor-Leste. O Acordo chamado de “Concordata”, que consta de um preâmbulo e de 26 artigos, tem como pano de fundo as boas relações entre a Santa Sé e Timor-Leste e o papel histórico e atual desenvolvido pela Igreja Católica, na vida da nação, ao serviço do desenvolvimento da pessoa humana. Com base na Concordata, define-se o estatuto jurídico da Igreja católica no País que celebra acordo com a Santa Sé e são legitimados todos os seus exercícios, quer seja em ação eclesial como em ações sociais<sup>44</sup>. Isto significa dizer, que depois da Santa Sé celebrar a Concordata com um determinado Estado, todas as suas atividades naquele País são legais, não são questionados por nenhuma autoridade governamental.

Podia-se falar de mais acordos, contudo, julga-se que os abordados, ajudam a ter a ideia do empenho da diplomacia da Santa Sé em estabelecer paz no mundo, o que de facto levou o Papa a afirmar, depois do memorando de entendimento entre a Secretaria de Estado da Santa Sé e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Kuwait, “que a convivência pacífica é possível quando entre membros de religiões diferentes é possível quando se reconhece a liberdade religiosa e se assegura uma real possibilidade de colaborar para edificação do bem comum, no respeito mútuo da identidade cultural de cada um”<sup>45</sup>. Estes eventos interventivos da Secretaria de Estado, servem para verificar as ações que o Papa Francisco está a conduzir na arena internacional.

### **2.3.2 Papa Francisco e o drama dos refugiados.**

Antes de entrar na abordagem do tema que se propõe desenvolver, torna-se oportuno apresentar alguns conceitos. O refugiado “é toda pessoa que, em razão de

---

<sup>43</sup> Papa Francisco no discurso de 11 de janeiro ao corpo diplomático junto da Santa Sé. Disponível: [www.hrp.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2016/january/documents/papa-francisco\\_2016011\\_corpo-diplomatico.html](http://www.hrp.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2016/january/documents/papa-francisco_2016011_corpo-diplomatico.html) acesso aos 21.08.2016, as 22.03.

<sup>44</sup> Disponível: [www.govvota.blogspot.pt/2015/08/dili-santa-se-e-timor-leste-assinam.html](http://govvota.blogspot.pt/2015/08/dili-santa-se-e-timor-leste-assinam.html). Acesso em 2 de outubro de 2016.

<sup>45</sup> Papa Francisco no discurso de 11 de janeiro ao corpo diplomático junto da Santa Sé. Disponível: [www.hrp.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2016/january/documents/papa-francisco\\_2016011\\_corpo-diplomatico.html](http://www.hrp.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2016/january/documents/papa-francisco_2016011_corpo-diplomatico.html). Acesso dia 2. 10. 2016. As 12.40

fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política, encontra-se fora de seu país de origem e que, por causa dos ditos temores, não pode ou não quer regressar ao mesmo, ou devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refugio em outros países”<sup>46</sup>. Já a moderna Enciclopédia Universal quando fala de refugiado, diz que “é uma pessoa que abandonou o país onde residia, por motivo de guerra ou de perseguição política” (AAVV. 1987, p.23, col.3). Há quem apresente um conceito que faz a mistura entre o refugiado e o emigrante como se pode ver “qualquer pessoa forçada a deixar a sua casa e o seu país debaixo de condições de tortura ou pressão é simultaneamente um refugiado e alguém que necessita de novas oportunidades económicas” (Hegarty & Leonard, 1999, p.482).

Olhando para estes conceitos, considera-se o primeiro e o segundo como aqueles que descrevem a situação real de um refugiado, tudo porque existe aqui um elemento coercivo, quer dizer, o sujeito é obrigado a deixar o seu país, algo que se opera fora da vontade. O terceiro conceito, apesar de apresentar na primeira parte este elemento de perseguição, mas no segundo momento se mistura com aquilo que entendemos ser o conceito de emigrante, visto que, um, deixa forçosamente a sua terra e não tem nenhuma possibilidade de escolher o seu destino. O emigrante é alguém que deixa o país por causa das condições económicas, este, escolhe o seu destino, porque pretende encontrar melhores condições, isto é, onde possa satisfazer as suas necessidades. O autor citado, justifica, dizendo que “as duas situações estão interligadas, e não é possível estar numa delas e não na outra” (Hegarty & Leonard, 1999, p.482).

Esta afirmação mistura diferentes questões, não se podendo considerar esta mistura como válida, já que os dois sujeitos não podem ser tratados da mesma maneira, visto que, um está desprotegido completamente, enquanto o outro, não foi forçado por questões políticas tão pouco perseguido, mas goza de proteção de seu país, só que precisa de mudar de lugar e garantir o seu bem-estar, num lugar onde as condições económicas sejam melhores que o seu país.

Assim, o conceito que prevalece, porque corresponde à realidade, é o primeiro e o segundo já que tratam de alguém que é forçado a deixar o seu país independentemente da sua vontade. Aqui o elemento volitivo não determina, mas se trata de uma questão de sobrevivência.

---

<sup>46</sup> Pt.wikipedia.org/wiki/refugiado. Acesso aos 12.08.2016.

A Igreja, ao se preocupar com os refugiados, fá-lo sempre agarrada aos seus elementos norteadores da Doutrina Social da Igreja que são: dignidade da pessoa humana, igualdade fundamental dos homens, subsidiariedade e o da solidariedade ou amizade cívica. Dizer que este último, “foi João Paulo II que o acrescentou face aos novos problemas com que o Mundo se viu confrontado no final do seu pontificado” (Pinto, 2007, p.93). Nesta ordem de ideias, a intervenção do Papa no drama dos refugiados, sobretudo com a sua ida a Lesbos, é um compromisso assumido na luta pela vida, liberdade e segurança, já que são pessoas merecedoras de dignidade humana, como está estabelecido no direito internacional, obrigando todos os países que são signatários das convenções que protegem direitos sociais e políticos a tomarem medidas para respeitar os direitos sociais e económicos e culturais, dos que habitam no seu território sem discriminação.

Na deslocação ao Parlamento Europeu, o Papa Francisco, defendeu a ideia de uma Europa que deve olhar pelo seu passado e valorizar a sua riqueza cristã, sobretudo os princípios norteadores que estiveram na origem do surgimento desta grande comunidade, como o valor da paz. Por isso, há toda a necessidade de se apostar em políticas justas e contribuir para a pacificação dos outros países, evitando assim as guerras que são causas do fenómeno migratório.

“A falta de um apoio mútuo no seio da União Europeia arrisca-se a incentivar soluções particularistas para o problema, que não têm em conta a dignidade humana dos migrantes, promovendo o trabalho servil e contínuas tensões sociais. A Europa será capaz de enfrentar as problemáticas relacionadas com a imigração, se souber propor com clareza a sua identidade cultural e implementar legislações adequadas capazes de tutelar os direitos dos cidadãos europeus e, ao mesmo tempo, garantir o acolhimento dos imigrantes; se souber adoptar políticas justas, corajosas e concretas que ajudem os seus países de origem no desenvolvimento sociopolítico e na superação dos conflitos internos – a principal causa deste fenómeno – em vez das políticas interesseiras que aumentam e nutrem tais conflitos”<sup>47</sup>

Ainda na mesma ordem de ideias, souo o apelo de uma Europa que deve olhar para o homem e fazê-lo o centro das preocupações e não olhar simplesmente para o materialismo colocando de lado o ser humano, já que toda uma política que não visa buscar o bem-estar do ser humano é injusta. A questão que o Pontífice coloca é da

---

<sup>47</sup> Discurso do Papa Francisco no Parlamento europeu. Disponível: [http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/november/documents/papa-francesco\\_20141125\\_strasburgo-parlamento-europeo.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/november/documents/papa-francesco_20141125_strasburgo-parlamento-europeo.html) acesso aos 28.08.2016, às 17.12.

solidariedade que leva à valorização do outro e, permite que se construa uma Europa mais humanista.

“Queridos Eurodeputados, chegou a hora de construir juntos a Europa que gira, não em torno da economia, mas da sacralidade da pessoa humana, dos valores inalienáveis; a Europa que abraça com coragem o seu passado e olha com confiança o seu futuro, para viver plenamente e com esperança o seu presente”.<sup>48</sup>

O Papa fez o mesmo apelo à Europa de Leste, aquando da Jornada Mundial da Juventude na Polónia, dizendo mesmo, que o problema migratório é de toda Europa e nenhum país deve se sentir indiferente diante deste drama. A preocupação Maior apresentada pelo Papa é certamente a proteção da dignidade humana, como declarou no dia da sua eleição “o importante não é o que vestimos ou aquilo que somos, mas sim o que fizermos pelos outros” (Idem).

O que se pretende com o refugiado é certamente oferecer-lhe um espaço para que reconstrua a sua vida e seja inserido nesta nova comunidade política como defendia o Papa João XXIII: “entre os direitos inerentes à pessoa, figura o de ser acolhido, tornando-se desta forma dever das comunidades em paz ou dos países com certas condições para oferecer à quem deixou a sua terra por força da guerra ou perseguição” (Pacem in Terris, nº36). Assim, não se pode pensar que o ato de acolhimento entra no espaço da caridade, mas sim, é uma obrigação moral de toda sociedade com capacidade para o poder fazer, e assim, tornar possível a paz entre os povos. João XXIII, continua a defender na referida Encíclica, a ideia segundo a qual os governos ou as nações devem acolher os que chegam e criar condições de integração, fazendo parte da vida da comunidade.

Neste sentido, acolher e inserir o refugiado é um dever de todos, como o demonstrou o Papa Francisco ao viajar com o Patriarca Bartolomeu a Lesbos, deixando claro, que se trata simplesmente de dar dignidade a pessoa sem depender da sua etnia ou credo religioso.

### **2.3.3 A guerra no Médio Oriente**

A guerra no Médio Oriente tem sido um dos temas muito badalado nos últimos tempos, com realce na Síria, em virtude das suas consequências nefastas. Difícil é descrever esta guerra. Há quem pense e defenda a ideia de que é uma guerra de todos

---

<sup>48</sup> Discurso do Papa Francisco no Parlamento europeu. Disponível: [http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/november/documents/papa-francesco\\_20141125\\_strasburgo-parlamento-europeo.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/november/documents/papa-francesco_20141125_strasburgo-parlamento-europeo.html) > acesso aos 28.08.2016, às 17.12.

contra todos, pelo fato de envolver governo, rebeldes, radicais islâmicas e potências. Desde março de 2011 que começou a guerra, a diplomacia da Santa Sé tem movido diligências apelando às potências para que se encontre uma solução de pôr fim ao conflito através do diálogo.

Certamente tem razão o Papa, ao falar na possibilidade de uma terceira guerra mundial, porque tudo dá a entender isso, a julgar pela maneira como está sendo conduzida a guerra na Síria com implicações direta ou indiretamente em todo o Médio Oriente, estando os Estados Unidos de América com seus aliados apoiando os rebeldes para que seja derrubado o presidente Bashar Al-Assad, já que sobre ele pesam acusações de estar a violar os direitos humanos. Do outro lado, está a Rússia que se opõe ao Estado Islâmico e apoia assim Bashar Al-Assad. A envolvência das potências, não só complica a resolução do conflito, em atenção aos interesses, que as partes nutrem neste conflito, como se aumenta a confusão, pelas notícias jornalísticas, muitas vezes parecerem que as duas potências estão movidas sob o mesmo ideal de combater o Estado Islâmico.

Diante deste cenário triste, o Papa Francisco aponta a guerra como causa da imigração forçada e defende a Maior envolvência das partes na busca de solução para o bem dos povos que sofrem os horrores da guerra. Lançou-se contra os que fazem a guerra na Síria, apelando para que o bem do país seja respeitado e desta maneira possibilite o regresso de todos que foram forçados a buscar segurança em outros países.

“A todas as partes peço que, olhando para o bem comum, permitam imediatamente a realização da obra de assistência humanitária e, quanto antes, façam calar as armas e se comprometam a negociar, pondo em primeiro lugar o bem da Síria, de todos os seus habitantes, até daqueles que, infelizmente, tiveram de se refugiar algures e que têm o direito de voltar quanto antes para a sua pátria”<sup>49</sup>

É sem dúvida, que são estes conflitos que hoje causam números elevados de refugiados na Europa e, em outras partes, tornando assim a vida das populações cada vez mais difícil. O empenho da Santa Sé, para que haja paz entre os povos, sempre se fez presente, o próprio Papa Francisco, em 09 de agosto de 2014, endereçou uma carta ao Secretário-Geral das Nações Unidas, o senhor Ban Ki-moon, para que a comunidade internacional se empenhasse a trabalhar pela paz no Iraque, porque os inocentes morriam e outros estavam a passar por situações desumanas.

---

<sup>49</sup> Discurso do Papa Francisco aos organismos católicos que trabalham no contexto da crise na Síria.



Na esteira da busca de uma solução para o conflito no Iraque, a Santa Sé, por meio do Observador Permanente junto das Nações Unidas, Mons. Tomasi, tomou uma posição muito clara chegando a afirmar que “Os autores desses crimes contra a humanidade devem ser perseguidos com determinação”<sup>50</sup>. Acrescentou ainda, defendendo a proteção das pessoas no âmbito internacional, já que as pessoas são mortas em muitos lugares e os governos não defendem a dignidade do ser humano. A ideia defendida, segundo a qual, os efeitos desta guerra se iam sentir também em outros países, hoje é uma constatação real, basta ver os atentados em diversas partes e o número dos refugiados, que deixam os seus países na busca de segurança.

Já Bento XVI, em 2012, tinha feito apelo ao diálogo, para se acabar com os conflitos e fez questão de enviar alguns padres sinodais para Síria com o intuito de se inteirarem das situações e persuadirem as partes para o diálogo, salvaguardando assim, o bem do país e das populações. Lamentavelmente, esta tentativa diplomática não se realizou devido aos conflitos que tinham começado, o que se considerou como um espaço perdido de construção de paz entre as partes, como a própria diplomacia pretendia. Mesmo assim, não descansou, na sua mensagem “*Urbi et Orbi*” de 2012, voltou a criticar a guerra na Síria e apelou para uma solução de paz:

“A paz germine para a população Síria, profundamente ferida e dividida por um conflito que não poupa sequer as pessoas inermes e semeia vitimas inocentes. Mais uma vez dirijo um apelo a fim de que cesse o derrame de sangue, se facilitem os socorros aos refugiados e aos deslocados e, através do diálogo, se procure uma solução política para o conflito”<sup>51</sup>

Apesar de continuarem os conflitos, que são causadores de tantos refugiados, o empenho diplomático da Santa Sé é bastante notório, para que de facto se consiga encontrar uma solução neste conflito tão complexo, porque os seus feitos são sentidos hoje, quase em toda parte, sobretudo na Europa. Já no discurso do Papa Francisco na Sede das Nações Unidas, defendia que a causa destes conflitos radica no coração humano, o que ele apelidou de “globalização da indiferença”, “não faltam provas graves das consequências negativas de intervenções políticas e militares não coordenadas entre os membros da comunidade internacional”<sup>52</sup>. O que está em causa, como já se referiu é o jogo de interesses das duas potências envolvidas na guerra. Em todo caso, a

---

<sup>50</sup> Palavras do Mons. Tomasi na ONU in [www.leigos.pt/index.php/reflexoes/235- crise-no-iraque-mons-tomasi](http://www.leigos.pt/index.php/reflexoes/235- crise-no-iraque-mons-tomasi)> Acesso, 05.11.2016, 12.1.

<sup>51</sup> Mensagem do Santo Padre o Papa Bento XVI, em 2012, *Urbi et Orbi*.

<sup>52</sup> Discurso do Papa Francisco na sede das Nações Unidas. Disponível: [http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/september/documents/papa-francesco\\_20150925\\_onu-visita.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/september/documents/papa-francesco_20150925_onu-visita.html)> acesso, 03.11.2016, 13.10.

diplomacia da Santa Sé continua a trabalhar para que, aqueles que abandonam o país sejam protegidos e seja salvaguardada a dignidade humana.

#### **2.3.4. A diplomacia do Papa Francisco para Ásia.**

A atenção para com a igreja na Ásia, sempre constituiu preocupações nos pontificados anteriores ao de Francisco e atualmente continua na mira desta diplomacia que tudo faz para conseguir dialogar com aquele continente que representa uma grande esperança da igreja, a julgar pelo número de cristão que lá existem, com realce a China e Filipinas.

É verdade que o passado não mostra sinais positivos para com a China e não é por isso que se vai abandonar a insistir no diálogo. É verdade, que o estado atual da igreja na China preocupa toda gente em virtude de uma certa perseguição que é caraterizada como preocupante.

“É muito complexa a situação dos cristãos na China, havendo uma clara perseguição a todos os que se mantêm fiéis ao Papa e ao Vaticano, e que fazem parte da chamada igreja clandestina. No entanto, em alguns lugares, a perseguição aos cristãos é assumidamente assunto do Estado e as autoridades não têm embaraço em exercer o poder, recorrendo para isso até à própria legislação que fazem aprovar sem dificuldade. Calcula-se que, só até março deste ano de 2016, mais de 2000 cruzeiros foram destruídas na província de Zhejiang” (Voz da Verdade, 20 de novembro de 2016, p.9).

Esta realidade não vai levar a Santa Sé a desistir do seu sonho, tanto mais que, hoje, no pontificado de Francisco, face ao que tem sido o seu impacto internacional, em questões de mediação, se levanta a possibilidade de vir a retomar o diálogo com a China, sobretudo olhando pelo seu “sonho de chegar a todos” (EG. 36). Aliás, o próprio Pontífice já admitiu a possibilidade de ir à China, caso aconteça esta abertura da parte do Presidente daquele País<sup>53</sup>. É uma questão difícil por duas razões fundamentais. A primeira, prende-se com o facto de a Santa Sé não ter relações diplomáticas com a China e a Igreja fiel a Roma não tem força diante do governo o que torna cada vez mais difícil relançar o diálogo, porque entendemos que qualquer tentativa de proximidade pode ser vista como interferência na vida nacional como aconteceu com João Paulo II pelas tentativas feitas. A segunda, prende-se com o número de fiéis presentes naquele país que são mais de 12 milhões e a comparar com a Polónia no tempo em que se

---

<sup>53</sup> [http://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/22/opinion/1411419520\\_256664.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/22/opinion/1411419520_256664.html)> Acesso, 02.11.2016, às 19.28 h.

lançou a semente para a queda do comunismo, a China tem um número de cristãos mais elevados, mas, o que dificulta é exatamente as duas frentes que existem dentro da mesma igreja, isto é, bispos fiéis ao governo e por ele são designados e aqueles que são fiéis à igreja universal, ficam sem a mesma força mobilizadora. Pensa-se que tentar influenciar os cristãos a derrubar o regime como aconteceu na Polónia, não é a via certa. Por isso, o Papa Francisco acredita numa abertura de diálogo, para se poder estabelecer relações diplomáticas em um futuro que pode ser longo, já que a igreja pela sua experiência, pode levar muito tempo, mas quando se trata da sua missão de anúncio, não desiste.

Pode certamente durar muito tempo, mas há uma grande esperança de se conseguir alguma coisa nas relações da Santa Sé com a China, visto que a estratégia do Papa Francisco é tentar abordar assuntos de dimensão internacional e não se ater tanto às questões polémicas como a igreja na China. O assunto escolhido aquando do convite do Papa Francisco ao Presidente Chinês, “a paz e a segurança no mundo”<sup>54</sup>, mostra a grande veia estratégica e diplomática de Francisco e a sua preocupação com as questões internacionais e daí, com certeza, caso se venha realizar este encontro, poderá chegar a abordar outros assuntos de interesse da Igreja. Assim, o caminho tomado por este Papa é completamente diferente dos seus antecessores, o que nos dá uma certa esperança que durante este pontificado se consiga algo nestas relações que se esperam há longos anos para serem estabelecidas.

A visita que o Papa fez às Filipinas representa a sua preocupação por este continente, já que as Filipinas é o Maior bastião dos católicos no continente com cem milhões de católicos. Reforçar os laços de amizade e fraternidade é o que está em causa, já que, por estes números, se pode esperar com certeza uma grande afluência dos católicos para outras zonas do planeta, sobretudo com abertura hoje das fronteiras.

Reconhece-se a dificuldade que este caminho comporta, mas está em causa o exercício de liberdade religiosa de muitos cristãos e a Santa Sé preocupa-se sempre com os seus membros, garantindo assim o bem-estar diante de outros governos, alias é uma das preocupações pelos quais celebra acordos.

Portanto, depois desta abordagem centrada na intervenção da diplomacia da Santa Sé no processo de mediação de conflitos e reaproximação dos povos, desde o pontificado do Papa João Paulo II até aos nossos dias com o Papa Francisco, faz todo

---

<sup>54</sup> <https://observatoriodaevangelizacao.wordpress.com/2015/08/10/ha-avancos-na-dificil-relacao-entre-o-vaticano-e-a-china-em-tempos-de-francisco/>> Acesso, 02.11.2016, as 20.05.

sentido no ultimo capítulo olhar pela intervenção deste órgão da Igreja vocacionado a conduzir a política externa, mas concretamente no seu empenho pela defesa dos direitos humanos. Assim, constituirá matéria de destaque os pronunciamentos diplomáticos feitos pelos Papas, bem como pelos observadores do Vaticano junto das Nações Unidas, sem esquecer de buscar suporte em algumas Encíclicas, que abordam questões referenciadas nos pronunciamentos diplomáticos.

### **Capítulo III: A Diplomacia da Santa Sé e a luta pelos Direitos Humanos**

A diplomacia da Santa Sé pela sua experiência histórica sempre esteve empenhada pela causa da paz e do bem-estar do ser humano, a inspiração que lhe vem do Seu Mestre Jesus Cristo, quando diz: “Eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância” (Jo. 10.10). Por esta razão, faz todo o sentido que neste capítulo olhemos como a diplomacia da Santa Sé se destacou e como se colocou diante dos outros diplomatas na defesa dos valores sublimes para tornar uma convivência cada vez mais pacífica. Diga-se com toda a veemência que os Papas têm jogado um papel fundamental como foi bem citado pelo Mazzuoli ao se referir ao Papa João Paulo II: “a figura do Papa João Paulo II, tem servido de exemplo de diplomacia na resolução de questões mundiais graves, sem emprego do uso da força e calcada no diálogo franco com os governantes de Estado em crise” (Mazzuoli, op.cit, 2008, p. 371). Assim, vai-se abordar simplesmente matéria ligada aos direitos humanos que constituiu assunto de debate, quer pelos Papas como pelos observadores da Santa Sé.

#### **3.1. João Paulo II em defesa do direito ao trabalho na Encíclica “Laborem Exercens”.**

Não se pode questionar o empenho deste Papa na sua luta pela dignidade do homem e o seu discurso na Assembleia das Nações Unidas confirma o seu desejo de se poder construir um mundo, onde o homem possa viver livremente e usufruir dos seus direitos, como se pode ler:

“A Declaração Universal dos Direitos do Homem e os outros instrumentos jurídicos, tanto a nível internacional como a nível nacional, num movimento que não se pode deixar de desejar seja progressivo e contínuo, procuram criar uma consciência geral da dignidade do homem e "definir ao menos alguns dos direitos inalienáveis do homem. Seja-me permitido enumerar aqui alguns deles, dentre os mais importantes, que são universalmente reconhecidos: o direito à vida, à liberdade e à segurança da pessoa; o direito à alimentação, ao vestuário, à habitação, à saúde, ao descanso e à recreação; o direito à liberdade de expressão, à educação e à cultura; o direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião, individualmente ou em comum, tanto em privado como em público; o direito a escolher o próprio estado de vida, a constituir uma família e a dispor de todas as condições necessárias para a vida familiar; o direito à propriedade e ao trabalho, a condições equitativas de trabalho e a um salário justo; o direito à liberdade de movimento e à migração interna e externa; o direito à nacionalidade e à residência; o di-

reito à participação política e o direito a participar na livre escolha do sistema político do povo de que faz parte”<sup>55</sup>

O trabalho humano, constitui um dos fatores fundamentais para a realização do homem e da sua continuidade sobre a terra, mas que representa um dos espaços de muitos conflitos nas relações laborais, e é um direito fundamental que deve ser respeitado para a preservação da paz bem como para a realização do ser humano. Por isso, partindo do artº. 23º. da DUDH, fica claro que é um direito do ser humano ter um trabalho como meio de subsistência, aliás é uma questão de dignidade, contribuir para o crescimento da sociedade. Mas é certo, que nesta relação laboral, em que alguém submete a força do seu trabalho sob orientação de outrem esperando por uma retribuição. Nesta relação caracterizada pela subordinação, nem sempre se estabelecem relações pacíficas, observando assim certas violações do artigo citado, afetando assim o sujeito do trabalho, isto é, o homem.

Na esteira deste documento, vê-se claramente esta denúncia que ao longo dos anos tem causado tantas injustiças e adiando por tempo indeterminado a realização de muitas famílias, em virtude de muitos salários não corresponderem ao sacrifício empreendido, violando assim o nº3 do artigo referido. Por isso, torna-se imperioso a análise desta questão com profundidade, já que isso representa a segurança do sujeito do trabalho e da sua família. Por esta razão, faz todo o sentido olhar pelo nº 1 do mesmo artigo e perceber que a dignidade da pessoa humana está em causa em toda atividade laboral, no sentido de que, as condições que lhe sejam favoráveis a exercer um trabalho sejam criadas para que não se coloque em risco a vida da pessoa. A violação deste postulado acontece sempre que não se proporcionem meios adequados nem tão pouco se preocupem com a sua realização, mas sim, estar voltado simplesmente para o lucro como ainda hoje acontece em muitos lugares do nosso planeta, como por exemplo nas minas da África do Sul, nas zonas diamantíferas de Angola, como se pode ler no livro do jornalista Rafael Marques com título “diamante de sangue”.

Outra violação dos direitos humanos, denunciado nesta questão social, prende-se com as condições equitativas e satisfatórias. Nem sempre isso acontece, porque aqui a norma apresenta-nos o caráter de se exercer a justiça, quer dizer, por meio da equidade a entidade empregadora deve ter em conta as necessidades de cada um e inteirar-se da

---

<sup>55</sup> Discurso de sua Santidade João Paulo II na Assembleia-Geral das Nações Unidas a 02 de outubro de 1979

vida familiar, como se lê na Encíclica já referida, e no nº.3 deste artigo. O carácter comunitário ou familiar é de tamanha importância, já que o ser humano foi chamado à existência, não de uma maneira isolada, mas está ancorado a uma família. Por esta razão, quando os empregadores ou aqueles que oferecem espaço de trabalho ignorarem o aspeto da família dos seus empregados, isto é, quando na parte remuneratória não se olhar pela família que depende deste trabalho, julga-se que constitui uma violação dos direitos humanos. Lamentavelmente, assiste-se a situações gritantes desta natureza, com mais relevo em países ditatoriais, nos quais, as associações não se fazem sentir, e se existem é de uma maneira fictícia, porque quando se observa violação de direitos por parte da entidade empregadora, sobretudo se for governo nada se pode fazer senão acomodar-se ao silêncio. O que está em jogo é certamente procurar proteger a parte subjetiva do trabalho, já que muitas vezes a preocupação da entidade empregadora é a objetividade do trabalho, como João Paulo II referiu “a dimensão objetiva do trabalho não tome o predomínio sobre a dimensão subjetiva, tirando ao homem ou diminuindo a sua dignidade e os seus direitos inalienáveis” (Laborem Exercens, nº.10).

Laçando o olhar para o nº 2 do artº. 23º. da DUDH, em conexão com a dimensão subjetiva que deve ter tido em conta, vemos assim, como a natureza da investigação realizada, é fundamental para que haja igualdade na remuneração. Ora bem, aqui está em causa a salvaguarda da tutela de um critério de justiça nas relações entre o empregado e a entidade patronal, visto que quando acontecem violações desta natureza e como se verifica em muitos casos, se estala um clima de ódio, não só na relação laboral entre o empregador e o empregado, como também entre os empregados, fazendo surgir os ciúmes. Para secundar esta ideia, cita-se a realidade angolana conhecida por nós, em que pessoas com a mesma qualificação e a fazerem o mesmo trabalho, têm remuneração e tratamento diferentes, permitindo assim, uma desigualdade aberrante, dentro da mesma sociedade e muitas vezes na mesma sociedade comercial.

### **3.1.1 Discriminação na atividade laboral.**

Se toda a pessoa tem direito ao trabalho, como um benefício, que, projeta a sua vida e da sua família, é bem verdade que em muitas situações este direito fica por se cumprir tendo em conta as discriminações que se observam neste âmbito, quer na hora da solicitação ou do ingresso, como durante o exercício laboral. Em muitos lugares existe-se discriminação no ato da seleção para as pessoas aderirem ao emprego

independentemente do critério de seleção adotado, muitas vezes reina o critério do nepotismo ou a corrupção que assim torna claro a discriminação de alguns por não serem conhecidos ou não possuírem condições monetárias, embora tenham condições melhores, muitas vezes, do que aqueles que são selecionados.

Temos ainda a questão de pessoas deficientes, que transportam consigo os mesmos direitos e deveres, mas que esses, em certas situações, são marginalizadas e são-lhes negados estes espaços, esquecendo-se que se trata de um direito como o Papa defendeu na Assembleia das Nações unidas e na “Encíclica *Laborem Exercens*”.

“Uma vez que a pessoa que tem quaisquer «deficiências» é um sujeito dotado de todos os seus direitos, deve facilitar-se-lhe a participação na vida da sociedade em todas as dimensões e a todos os níveis que sejam acessíveis para as suas possibilidades. A pessoa deficiente é um de nós e participa plenamente da mesma humanidade que nós” (João Paulo II, 1981, nº. 22).

A discriminação em causa acontece ainda hoje, em muitas empresas e, é fácil de constatar esta violação pelo facto de que não é normal que encontremos tantas empresas sem nenhum diminuído físico ou com uma certa deficiência. A ausência em muitas empresas, não significa que não tenha aparecido ninguém naquelas condições, muitas das vezes o critério de seleção faz com pessoas desta natureza não se aproximem o que não deixa de ser discriminação. Sendo assim, ficam sujeitas as mesmas violações as instituições públicas responsáveis para conduzirem os processos de inserção das pessoas para os lugares de emprego, como defende o Sumo Pontífice que faz transparecer a ideia da dignidade da pessoa humana, que apesar de se encontrar em tal situação, não ficam diminuídos os seus direitos e deveres, por isso devem ser tutelados pelas instituições, criando assim harmonia social.

Este direito é frequentemente violado também no que se refere às mulheres sobretudo entre aqueles grupos “minorias étnicas, que fazem deles objeto de exploração ou mesmo se lhe nega o trabalho por não possuírem uma influência social. “As mulheres têm sido objeto de discriminação arbitrárias, no que diz respeito ao direito ao trabalho, chegando-se mesmo ao ponto da negação do direito” (Martins, 2006, p.177). É uma realidade gritante como as pessoas quer seja portadora de deficiências e as mulheres são discriminadas em muitas sociedades, chegando-se ao ponto de se lhes negar este direito, sem atenção sobretudo aos deficientes.

“Que seja proporcionado um trabalho às pessoas deficientes, segundo as suas possibilidades, porque o requer a sua dignidade de homens e de sujeitos do trabalho. Cada comunidade há-de procurar munir-se das estruturas adaptadas para se encontrarem



ou para se criarem lugares de trabalho para tais pessoas, quer nas comuns empresas públicas ou privadas” (João Paulo II, 1981, nº. 22).

Quer sejam as empresas privadas ou públicas, há sempre espaço para que as pessoas desta natureza possam ser inseridas e contribuam com o seu saber para o crescimento da sociedade. O que se verifica muitas das vezes, são preconceitos que se criam sobre estas pessoas, com ideias de que não sejam capazes, mas em muitos lugares essas pessoas passam a ser melhores no cumprimento das suas tarefas. Esta questão viola os preceitos dos direitos humanos, sobretudo na questão da discriminação. Entende-se que, esta ideia se orienta para a criação de uma paz social com um pendor inclusivo daqueles que são considerados diminuídos fisicamente, mas que não o são, na sua dignidade que é igual a todos. Nesta mesma linha, parece completo o ensinamento da igreja quando diz:

“Os homens não são todos iguais quanto à capacidade física e forças intelectuais e morais, variadas e diferentes em cada um. Mas deve superar-se e eliminar-se, como contrária à vontade de Deus, qualquer forma social ou cultural de discriminação, quanto aos direitos fundamentais da pessoa, por razão do sexo, raça, cor, condição social, língua ou religião” (GS nº. 29).

O apelo vai pelo respeito pelas diferenças e, fazer com que, em questões laborais, se tenham em conta aquelas pessoas que apresentam fragilidades e lhes dedicar uma atenção especial para que, possam se projetar dentro das suas possibilidades.

### **3.1.2 Os imigrantes e a atividade laboral.**

O direito de deixar o país e para ele voltar, encontra o seu respaldo legal no nº. 2, do artº. 13º. da DUDH, que de certa forma se estende aos imigrantes por necessidade de procurar melhores condições de vida, exercendo assim uma atividade laboral. Este assunto, foi bem desenvolvido na Encíclica, mas que, hoje a questão se torna mais ampla, não só para aqueles que abandonam o país livremente, como para aqueles que são perseguidos pela sua religião ou camisola partidária, já que o processo de inserção na sociedade faz com que aquele que tenha habilidades contribua com o seu saber para a comunidade em que estiver.

A chave do problema, por se resolver, reside nas diferenças que muitas vezes são levantadas neste âmbito, que pesam sobre a origem da pessoa, ao invés de valorizar a

atividade que a pessoa desenvolve. O que se procura evitar é certamente a discriminação entre os trabalhadores. Por esta razão, a posição adotada pela igreja é muito clara:

“No que diz respeito à relação de trabalho com o trabalhador imigrado devem ser válidos os mesmos critérios seguidos para todos os outros trabalhadores da mesma sociedade. O valor do trabalho deve ser medido com a mesma medida e não tendo em linha de conta a diferença de nacionalidade, de religião ou de raça” (L.E. nº. 23).

A outra violação desta natureza, acontece sempre que, para os emigrantes forem reservados trabalhos humildes, por exemplo, a recolha de lixo e outros semelhantes. Desta forma estaremos diante de uma discriminação, já que não se olha pela capacidade da pessoa como critério, mas se busca o seu estatuto. Certamente hoje, acontece em muitos lugares e é uma situação contra os direitos humanos por ferir a dignidade da pessoa humana, tocando assim o valor vida, já que o trabalho humano é uma atividade que permite a realização pessoal e da própria família como se pode ler no artº. 23º., nº1 da DUDH. O que se pretende é a proteção desta parte fraca, que é o emigrante para que não seja desfavorecido na relação laboral. Ainda é preciso ter em conta que o trabalho é um direito e não favor, por esta razão “decorre do reconhecimento de que ninguém pode viver a vida toda na ociosidade, sem se tornar inútil e parasita da sociedade. É o reconhecimento de que, pelo trabalho é que o homem faz a legítima aquisição dos seus meios de subsistência” (Picanço, 1999, p.19). Assim, será possível, como defende este autor, a realização pessoal e familiar se o trabalhador for protegido e reconhecido na sua dignidade de tal maneira que, ele se realize como pessoa. Certamente que existem instrumentos jurídicos, mas isso não basta, porque será necessário que o empregador seja uma pessoa de bem e respeita os direitos fundamentais, realizando assim o seu objetivo ao mesmo tempo que vai permitir que os trabalhadores se realizem individualmente como familiarmente.

### **3.1.3 Liberdade Religiosa.**

A diplomacia da Santa Sé, sempre olhou para questão da liberdade religiosa com uma certa preocupação por constituir, não só hoje, motivo de muitos conflitos entre os povos, privando-lhe de viver em paz e poderem realizar-se como pessoas. O Papa João Paulo II trabalhou arduamente para questões religiosas, sobretudo promovendo encontros ecuménicos, levando as pessoas a superarem as diferenças, já que é fundamental que haja respeito pelas diferenças, como ele defendeu nas Nações Unidas:

“Pelo que diz respeito à liberdade religiosa, que a mim, como Papa, não pode não estar particularmente a peito, também em relação precisamente à salvaguarda da paz, quereria aqui referir, como contribuição ideal para o respeito da dimensão espiritual do homem, alguns princípios contidos na Declaração *Dignitatis Humane*, do II Concílio do Vaticano:

"Todos os homens, por motivo da sua dignidade, uma vez que são pessoas, isto é, seres dotados de razão e de vontade livre e, por isso mesmo, de responsabilidade pessoal, são impelidos por sua própria natureza e obrigados moralmente a procurar a verdade, em primeiro lugar aquela que se refere à religião. Têm também obrigação de aderir à verdade conhecida e de ordenar toda a sua vida segundo as exigências da verdade" (Decl. *Dignitatis Humanae*, I, 2)”<sup>56</sup>

A liberdade religiosa foi sempre vista como uma questão fundamental dos direitos humanos, em virtude de ter grande relação com a liberdade de crença e de consciência como é proclamado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos no seu artº. 18º. “Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos”. O conflito religioso, nos dias de hoje, torna-se numa das grandes questões comprometedoras do exercício deste direito, privando assim numerosas multidões de poderem manifestar livremente o seu credo sob risco de ser morto ou torturado.

João Paulo II, chegou mesmo a defender que “a realização deste direito é um dos testes fundamentais para verificar o progresso autêntico do homem em qualquer regime, em qualquer sociedade, sistema ou meio” (*Redemptor Hominis* nº. 17). O que se destaca é certamente o carácter pragmático deste direito, porque o seu respeito, por parte dos governantes pode permitir que certamente se evitem as guerras e seja possível o diálogo em torno do ideal de construção de paz como sempre foi a preocupação de João Paulo II no diálogo inter-religioso, como defendeu nas Nações Unidas, na sua segunda viagem a 5 de Outubro de 1995 onde recordou “existem, direitos humanos universais, enraizados na natureza da pessoa, nos quais se refletem as exigências objetivas e imprescindíveis de uma lei moral universal. Longe de serem afirmações abstratas, esses direitos dizem-nos algo importante sobre a vida concreta de cada homem e de cada grupo”. Por isso, o reconhecimento destes direitos e a parte racional do homem vai permitir que se olhe

---

<sup>56</sup> <sup>56</sup> Discurso de sua Santidade João Paulo II na Assembleia-Geral das Nações Unidas a 02 de outubro de 1979. Acesso aos 03.01.2017, pelas 14.30.

para o outro como pessoa merecedora destes direitos e qualquer situação contrária ou não perceptível será tratada com base no diálogo, respeitada a liberdade de cada pessoa.

Ainda no número citado da “Redemptor Hominis”, está estampada a ideia de que os Estados devem permitir, isto é, criar condições para que os cidadãos possam exercer livremente a sua religião, que é certamente uma maneira de cada um buscar a verdade que pretender, sem que seja coagido. Por esta via, vai-se naturalmente promover o exercício de outros direitos, sobretudo o respeito da dignidade humana, como afirma Vieira “o reconhecimento, a nível mundial, destes direitos tem permitido prevenir conflitos graças à consciência generalizada da dignidade do homem e à definição de, pelo menos, alguns direitos inalienáveis do homem.” (Vieira, 2013, p.112).

Por sua vez, no plano individual onde às vezes acontecem maiores barbaridades de violação do direito de liberdade religiosa, a concretização deste direito passa necessariamente pelo reconhecimento e valorização do outro, sobretudo o respeito pelas escolhas alheias e pauta por uma convivência com aquele que professa um credo diferente. A ser concretizada esta realidade será possível falar de paz e da dignidade do ser humano que é tido como “fundamento natural dos direitos humanos” (Vieira, 2013, p.110).

A luta pela liberdade religiosa, constitui a proteção do direito fundamental e toda a vida de todo ser humano, pelo facto de que, todo ser humano tem esta necessidade de estar ligado a alguém por possuir a dimensão religiosa. Assim, quando não se respeita a escolha do outro, como acontece muitas vezes em tempos atuais, se sacrifica, a vida em nome muitas vezes da religião, isto é, procurando colocar uma determinada religião como superior em relação a outras e se comete uma barbaridade, violando grosseiramente o direito à vida que é “direito fundamental por excelência, é a razão de todos os direitos, que existem em função dela e convergem para segurança, preservação e perpetuação” (Oliveira, 1983, p.15). Faz todo o sentido que cada ser humano escolha a sua religião e esta escolha seja respeitada para que se viva livremente sem nenhuma coação nem tortura, respeitando assim a liberdade tanto de escolha como de movimento, porque hoje em nome da religião há pessoas que não se podem movimentar com o medo de serem agredidos e consequentemente serem mortas. Em muitas situações de violações que acontecem hoje, entende-se que serão solucionadas, caso os governos se empenhem em traçar medidas coercivas para assim se respeitar as liberdades e garantias dos cidadãos.

### **3.2. Bento XVI e o direito à igualdade, segundo os artº. 1º. e 7º. da Declaração Universal dos Direitos do Homem.**

Tomamos como ponto de partida, para falarmos do direito de igualdade defendido pelo pontífice, primeiramente um esclarecimento do conceito, na sua dupla perspetiva, tornando o caminho mais claro. Assim, o direito à igualdade emergiu na Revolução Francesa e deve ser visto sobre as duas perspetivas. A primeira, é a igualdade formal, dirigida ao poder legislativo e executivo, que quer dizer: as leis são criadas pelo órgão legislativo e aplicadas pelo poder executivo, respeitando o espírito e o sentido da norma sem discriminar ninguém segundo a sua raça, credo ou posição social, mas sim, dando a todos o mesmo tratamento. A segunda vertente, está voltada para a igualdade material, quer dizer, que na sociedade temos pessoas com certas fragilidades ou debilidades, isto é, desigualdades sociais e que a essas deve-se oferecer uma atenção especial. Certo de que “existem entre os homens desigualdades que parecem opor-se irrefutavelmente ao princípio da igualdade básica”. (Guerry, 1960, p. 67). Por exemplo numa fila, havendo uma grávida, criança e idosos, esses merecerão uma proteção especial e não serão colocados no patamar de outros. Ainda faz sentido, ter em conta a descrição que Ana Martins faz sobre a temática da igualdade, não tanto na vertente formal, mas sim na igualdade substancial quando diz “o que conta não é o tratamento igual de todos no plano jurídico, mas sim no plano fáctico. Por isso, a igualdade substancial preocupa-se, assim, com a criação das condições sociais necessárias para assegurar que as pessoas sejam tratadas de modo igual” (Martins, 2006, p.65). Quer dizer com isso, que apesar de a lei estabelecer igualdade para todos, é preciso não ficar simplesmente na vertente formal, mas olhar para cada situação concreta das pessoas e oferecer-lhe o apoio devido.

Na defesa dos direitos humanos em África, o Papa explora primeiramente todas essas dimensões, visto que, afetam a própria dignidade da pessoa humana e comprometem o exercício da cidadania, que muitas vezes leva a que as pessoas sejam tratadas segundo o seu estatuto social, dificultando até certo ponto a unidade e coesão nacional. Por isso, não mereceram atenção as desigualdades individuais, isto é, ser mulher ou ser homem, nem aquelas provenientes de funções, tão pouco da posição social, mas aquelas que proveem da desordem da sociedade e da defeituosa da distribuição da riqueza e do reconhecimento dos direitos como afirma o Papa.

“Entretanto, como todos sabem, também aqui se abatem numerosas pressões sobre as famílias: ânsia e humilhação causadas pela pobreza, desemprego, doença, exílio... para mencionar apenas algumas. Particularmente inquietante é o jugo opressivo da discriminação sobre mulheres e jovens meninas, para não falar daquela prática inqualificável que é a violência e exploração sexual que lhes causa tantas humilhações e traumas.”<sup>57</sup>

Certamente, ainda hoje, em muitas sociedades não só africanas, existem grandes violações dos direitos humanos, no que tange a discriminação, fazendo que as mulheres sirvam simplesmente para procriação e trabalho doméstico, violando fortemente o conteúdo do artº. 1º. da DUDH que diz: “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”. Esta realidade é tao gritante que leva muitas sociedades africanas e não só, a estabelecerem escalões segundo aquilo que a pessoa for e tiver. Hoje são notórias as desigualdades não só na sociedade angolana, onde o Pontífice pronuncia este discurso, mas, em muitas outras, onde os conflitos localizados proliferam um pouco por toda a parte, os conhecidos conflitos tribais, onde uma tribo se julgando superior se impõe a outra ou melhor uma franja da sociedade com certa influência económica, explora uma minoria. A título de exemplo, no sul de Angola, concretamente nos Gambos, existem grupos étnicos *herero* e *muílas*, que são frequentemente retirados das suas terras porque um grupo de empresários quer apoderar-se daquelas terras, tudo porque é um povo minoritário e não encontram apoio da parte daqueles que definem as politicas publicas, deixando-lhes na periferia da vida<sup>58</sup>, em condições desumanas, vivendo numa pobreza extrema, sem nenhuma proteção.

Certamente, a preocupação evidenciada pelo papa, orienta-se em se poder trabalhar para a eliminação das diferenças naquilo que põe em risco a vida do ser humano, e ser possível, assim a construção de uma sociedade fraterna, porque todos nascemos livres e iguais como se pode encontrar no artº. 1º. da DUDH, bem como sustenta Goulão ao dizer: “os cidadãos nascem livres e iguais, possam ser livres e iguais, logo dignos, ao longo da sua existência” (Goulão, 2015, p.33). Vale ainda dizer, que a sociedade deve estar organizada de tal maneira que garanta aos cidadãos meios de

---

<sup>57</sup> Discurso de Bento XVI na sua viagem a Angola. Disponível: [http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2009/march/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20090320\\_autorita-civili.html](http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2009/march/documents/hf_ben-xvi_spe_20090320_autorita-civili.html).

<sup>58</sup> Esta expressão pertence ao Papa Francisco, quando fala dos pobres e marginalizados na sua encíclica *Evangelium Gaudium*.

subsistências aceitáveis, já que, não será possível o exercício desses direitos com uma vivência condenada à miséria, à fome, falta de abrigo.

Esta discriminação de que fala o Papa Bento XVI, é uma violação clara à dignidade da pessoa humana, visto que uma vez a pessoa não reconhecida os seus merecimentos, fica inibida de tomar parte ativa na sociedade exercendo assim a sua cidadania. Toda a defesa da dignidade humana encontra seu respaldo não só na Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas também na Bíblia, isto é, no livro do (Génesis, 1, 26); onde Deus, depois da criação termina, criando o homem à sua imagem. Por isso, como defende Pozzoli & Litholdo: “o ser humano é o ponto culminante da criação, tendo importância suprema na economia do universo” (Pozzoli & Litholdo, 2012, p. 219). Nesta ordem de ideias, procura-se deixar bem claro, que não pode existir distinção de pessoas, mas sim respeitar todos, cada um, segundo a sua situação e trabalhar para se eliminar as desigualdades ou melhor, as barreiras de divisão existentes entre pobres e ricos como enfatizou o Papa.

“Não vos rendais à lei do mais forte! Porque Deus concedeu aos seres humanos voar, sobre as suas tendências naturais, com as asas da razão e da fé. Se vos deixardes levar por elas, não será difícil reconhecer no outro um irmão que nasceu com os mesmos direitos humanos fundamentais. Infelizmente, dentro das vossas fronteiras angolanas, há ainda tantos pobres que reclamam o respeito dos seus direitos. Não se pode esquecer a multidão de angolanos que vive abaixo da linha de pobreza absoluta. Não desiludam as suas expectativas”<sup>59</sup>

É lamentável assistir a tais situações que retardam a vivência dos direitos humanos, tudo porque muitos dos Estados africanos e alguns com regimes não democráticos, continuam cada vez mais fechados e não abertos ao exercício da cidadania o que faz com que se olhe muito pouco para as necessidades e interesses dos mais desfavorecidos, criando cada vez mais as desigualdades sociais. Por esta razão, não é errado afirmar que os direitos desses povos consagrados até nas leis fundamentais, não passam de letra morta, ficando em papéis sem nenhuma ação e ninguém os ajuda a exercê-lo, já que o aparelho do Estado, que responde pela administração da justiça serve interesses, desviando-se da sua finalidade, esquecendo o povo que o elegeu, isto é, nos sistemas democráticos.

De recordar que João Paulo II já denunciou estas violações no Continente Africano e procurou mostrar que a diferença entre homem e mulher deve ser sinal de complementaridade, no sentido de procurar interajuda e não o homem escravizar a

---

<sup>59</sup> Discurso de Sua Santidade o Papa Bento XVI em Angola às autoridades civis.

mulher. (Eclésia in Africa, nº.121). Continuou dizendo que, por esta razão a igreja condena todos os costumes e práticas que privam as mulheres dos seus direitos e do respeito que lhes é devido.

Ainda na mesma senda, a discriminação em nível do sistema judiciário mereceu atenção por quanto não tem estado impune de críticas de se realizarem julgamentos viciados, violando o princípio de igualdade, como é referido no artigo já citado. No âmbito dos ordenamentos jurídicos, o que se defende é de facto um sistema aberto e claro, em que todos tenham acesso ao mesmo tratamento como vem plasmado no artº. 7º. da DUDH que diz:

“Todos são iguais perante a Lei e, sem discriminação, têm direito a igual proteção da Lei. Todos têm direito à proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação”.

Se existem discriminações ao nível da vida social, no campo da administração da justiça as violações são ainda mais gritantes, sobretudo, quando acontecem casos de violação, a vida pela parte dos homens ligados ao aparelho do Estado. O exercício ou administração da justiça vai refletir aquilo que é a Administração Pública na sua gestão, das questões sociais, bem como, o nível dos direitos humanos se são frágeis ou não, se está perto do cidadão ou não.

Este artigo ao afirmar que todos são iguais perante a Lei, o que está subjacente nesta afirmação é “o denominador comum à cidadania, referencial de igualdade, indispensável à organização comum da sociedade na base de direitos universalmente assumidos” (Aníbal, 1998, p. 57).

Descendo aos pormenores destas violações, o Papa Bento XVI fez questão de apelar aos governantes e atores políticos, para que se trabalhe para um sistema de justiça onde os cidadãos encontrem confiança. A julgar, por tantos acontecimentos que têm ocorrido em Africa e não só, em que existe muitas vezes a produção de provas, tudo para se condenar o inocente.

A razão do apelo a uma sociedade que respeite a legalidade e por ela se orientar, esta certamente na visão de João Paulo II quando diz: “é preciso que em África hajam santos Chefes de Estado, que amem profundamente o seu próprio povo e desejem mais servir que servir-se”. (Eclésia in África, nº.111). O serviço impõe respeito e, leva os cidadãos a participar consciente e ativamente na vida da polis sem temor, nem por conveniência partidária que em muitos casos é geradora de descriminação. Para demonstrar o perigo desta ordem ou de uma sociedade que orienta os seus destinos com



este padrão, João XXIII vem dizer o seguinte: “a autoridade que se baseasse exclusiva ou principalmente na ameaça ou no temor de penas ou na promessa e solicitação de recompensa, não moveria eficazmente os seres humanos à realização do bem comum”. (Pacem In Terris, nº. 19).

Portanto, faz todo o sentido que se defenda a existência de um sistema jurídico sólido, já que toda uma sociedade para viver em harmonia, precisa certamente que se respeitem as instituições e as pessoas cooperem na busca do bem comum. Ainda defendia João Paulo II, que as bases de um bom governo devem estar ancoradas nas leis, que por sua vez, vão defender os direitos dos seus cidadãos. Por isso, concluía dizendo que, “com grande tristeza verifico que várias nações africanas sofrem ainda sobre regimes autoritários e opressivos que negam aos súbditos a liberdade pessoal e os direitos humanos fundamentais, de modo particular a liberdade de associação e de expressão” (Pacem In Terris, nº. 112).

### **3.3. Papa Francisco e o direito à vida em “Laudato Si”.**

À medida que avançou o desenvolvimento industrial, os problemas de poluição ambiental ganharam contornos altos, assim que, os índices de poluição aumentaram significativamente e o homem começou a encarar a questão com uma certa preocupação, já que é a qualidade de vida que é posta em causa, numa só palavra a biodiversidade. Hoje, a nossa realidade mudou completamente “enfrentamos situações de risco, de que o aquecimento global é apenas um exemplo, que nenhuma geração anterior teve de enfrentar” (Giddens, 2007, p.16). Tudo fruto da industrialização que causa poluição todos os dias e atinge as nações menos industrializadas.

A preocupação em proteger a vida é hoje cada vez mais crescida em virtude de muitas políticas que constituem ameaça a este bem supremo e colocam em risco a saúde do ser humano. É importante a defesa da vida, porque sem ela, o homem não seria capaz de exercer outros direitos, como por exemplo direito ao lazer ou a exercer uma profissão. Por isso, vemos que este direito é natural, quer dizer, nasce com o homem e se torna num valor transversal e os legisladores consagram a sua inviolabilidade, por exemplo a Constituição Portuguesa no nº.1, do artº. 24º., e a Angolana no artº. 30º.

O Papa Francisco surge em defesa dos direitos humanos, concretamente o direito à vida, na Encíclica “Laudato Si”, na qual nos apresenta os riscos causados pelo homem na casa comum, isto é, o meio ambiente, apresentando a ideia de que sempre que se

causa dano ao ambiente viola-se o direito à vida. Faz todo o sentido, porque a vida para sua preservação e subsistência depende de que maneira é cuidada a biodiversidade. Assim, a violação dos direitos humanos, concretamente o artº. 3º. da DUDH concretiza-se na água e o ar poluído, bem como, a perda da biodiversidade.

O direito a ter um clima saudável, constitui um direito fundamental e é tutelado por muitas legislações como é o caso da Constituição Angolana, no artº. 36º. A violação desta norma, e do conteúdo do artº. 3º. da DUDH, processa-se quando por meio da industrialização e não só, se polui a água, colocando em risco a vida das populações, sobretudo aqueles mais carenciados do planeta que chegam a perder a vida por consumirem água não tratada. Este, não é um problema global, como disse o Papa Francisco, “a pobreza da água pública verifica-se especialmente em África, onde grande sector da população não tem acesso a água potável segura”. (Laudato Si, nº.28). Estas palavras fazem transparecer a última parte do artº. 3º. da DUDH, que invoca a segurança que esta vida deve ter em todos domínios, sobretudo naqueles fatores que intervêm diretamente na vida. Não é errado afirmar que todo e qualquer fornecimento deste líquido não potável constitui um atentado à saúde e fica em risco a segurança da pessoa humana, já que “na realidade, o acesso à água potável e segura é um direito humano essencial, fundamental das pessoas e, portanto, é condição para o exercício dos outros direitos humanos”. (Laudato Si, n.30).

Este artº.3º. da DUDH, orienta-se para os beneficiários, que são os cidadãos têm uma vida saudável em virtude daquilo que consomem, mas também na segunda parte, dirige-se aos estados que devem dotar medidas necessárias para a protensão do meio ambiente, removendo todos obstáculos para que, as condições das populações sejam salvaguardadas, e aqueles que nada fizerem para evitarem tais danos, “se constituem devedores para com os pobres que não têm acesso a boas condições da água, já que isto significa negar-lhes o direito à vida, vida radicada na sua dignidade inalienáveis”.(Laudato Si, nº.31º.). A questão do clima constitui por isso, o bem-comum, e todos os danos cometidos contra ele, seus efeitos são sentidos em todo o universo, já que os problemas desta natureza não conhecem fronteiras e os que mais pagam são aqueles que não têm meios para se poderem defender. Tem sentido a afirmação, segundo a qual: “o meio ambiente é um bem coletivo, património de toda humanidade e responsabilidade de todos. Quem possui uma parte é apenas para a administrar em benefício de todos”. (Laudato Si, nº.95). Desta maneira, o empenho

deve ser de todos, já que no dizer do Papa, o bem comum, pressupõe o respeito pela pessoa humana enquanto tal, com direitos fundamentais e inalienáveis.

A questão do clima, como bem comum, levanta o problema da desigualdade planetária, quer dizer, que a preocupação de industrializar as nações e aproveitar-se desses resultados sem pensar “naqueles problemas que afetam particularmente os excluídos”, é o grande problema da desigualdade e que direta ou indiretamente afeta o bem vida. A outra questão, tem muito a ver com a ideia de pensar que os problemas contra o meio ambiente seriam resolvidos caso se diminuísse a densidade populacional, o que na linguagem do Papa representa um grande atentado a vida, tudo porque o problema consiste no consumo exacerbado e seletivo.

A questão mais caricata na violação contra o clima é a ignorância ou indiferença de não saber que se viola o próprio direito, já que, não só os terceiros ficam afetados, mas todos sem exceção, daqueles que criam danos ao meio ambiente. Tem sentido a posição de Haring ao dizer, “um dos pecados mortais do homem civilizado consiste não somente na destruição do mundo que o rodeia, mas também na destruição de si mesmo, do sentido da beleza e do respeito pela criação” (Op. Cit. Vieira, 2013, p.188). O que faz chegar a esta realidade é o egoísmo centrado em si mesmo sem chegar a notar que na violação do direito à vida por meio de danos causados no ecossistema, se vai debilitar a própria vida ao mesmo tempo que destrói “o melhor do seu sentido de responsabilidade” (Op. Cit. Vieira, 2013, p.188). Por isso, o dano assim causado, não só é um atentado à vida dos outros, mas também da vida do prevaricador.

### **3.3.1. Direito de Asilo a luz do artº. 14º. da DUDH.**

É conforme ainda com a dignidade da pessoa, o direito de deixar o seu país em questões de perseguição ou de guerra e se estabelecer em outro país, onde possa ser acolhido e garantir-lhe a segurança, tudo para permitir que ele desenvolva a sua vida. Este direito é muitas vezes violado quando não se facilita a entrada ou então são colocados em centros sem condições humanas, onde ficam sujeitos a vários perigos, até mesmo com o risco de perderem a vida, como aconteceu ultimamente na cidade portuária de Calais em França, onde se encontram muitos refugiados que fugiram do Afeganistão, Eritreia, Síria e outros países em conflito, com a esperança de poderem ser inseridos na sociedade. Essas violações acontecem quando “os chefes de algumas

nações restringem em demasiado os limites de uma justa liberdade que permitisse aos cidadãos respirar um clima humano” (Pacem in Terris, n.º.36).

O Papa Francisco, defende o direito de asilo, apelando a uma Europa acolhedora e sem medo para se proteger os valores humanos e mostrou-se solidário ao levar para o Vaticano famílias refugiadas, que é uma atitude de fazer vincar este direito, que o Papa João XXIII a descreveria como “o sentimento de universal de paternidade que o Senhor acendeu no nosso coração leva-nos a sentir profunda amargura ao contemplar o fenómeno que assumiu, amplas proporções e que oculta sempre inúmeros e lancinantes sofrimentos”(Pacem in Terris, n.º.36). Esta iniciativa de levar algumas famílias ao Vaticano, representa o impulso da solidariedade fraterna de atenuar o sofrimento dos povos afetados pela guerra.

Não é supérfluo dizer aqui que quando se fala dos refugiados políticos estamos a tratar de pessoas e para os encontrados recai toda a obrigação de reconhecerem tais direitos que são inerentes a esta pessoa feita “*imago dei*”. Obviamente essas pessoas perderam a sua terra por circunstâncias alheias a sua vontade, mas os direitos inerentes não desaparecem. Neste entretanto, procurou-se propor às instituições internacionais a tarefa de se preocuparem em acolher os refugiados e lutar por se devolver uma outra imagem a situação atual dos que se encontram em centros de refugiados, dando-lhes dignidade e liberdade. A quem defenda maior envolvimento dos países de destino dos refugiados dizendo: “os países da União Europeia precisam agora de alterar a sua atitude, até agora negativa, para com os refugiados. É necessária uma abordagem pró-ativa para aperfeiçoar o apoio público a medidas concebidas para aliviar os sofrimentos que os refugiados encontram tanto no ponto de partida como quando chegam à Europa” (Leonard & Hegarty, 1999, p.487). Não estamos a negar que até aqui nada foi feito, simplesmente criticar o tempo longo em que as pessoas passam nos centros de acolhimento muitos deles com condições sub-humanas que reclamam por uma intervenção urgente de tal maneira que as pessoas, não ficassem expostos a muitos riscos, sobretudo crianças e idosos.

Outra violação identificada deste art.º. 4.º. da DUDH sobre o direito de ser acolhido é certamente o envio de refugiados de volta que dá a entender um negócio, aproveitando-se assim da miséria de quem sofre, como acontece com refugiados que entram pela Grécia e não só, representando assim o desrespeito pelas regras do direito internacional e que compreende a violação do direito à vida, como o desinteresse de acabarem com o problema dos refugiados, que segundo os autores citados, defendem a

implementação de uma política internacional para se acabar com este drama, que mantém as pessoas em condições desumanas. O que acontece hoje nos campos de refugiados, com o tempo longo de espera para serem acolhidos, leva a dar razão ao Cardeal Pietro Parolin, quando numa Conferência proferida na Universidade Católica Portuguesa afirmava “a Europa não consegue falar a mesma língua no que tange ao tráfico de armamento que alimentam guerras. Uma das consequências hoje é o medo que evolui para a recusa do outro”<sup>60</sup>. Por conseguinte, este clima de medo coloca em questão alguns dos valores da Europa como a dignidade do homem, a igualdade de direitos e numa só palavra a questão dos direitos humanos, como se pode observar hoje. Teimosamente fica-se a pensar que a saída do Reino Unido a Comunidade Europeia é resultado deste medo que vai causar grandes danos as instituições, porque não são poucas as vezes que se fala dos Estados do Espaço Schengen e da União Monetária, que a serem confirmadas estas alterações, claramente será a destruição da Europa, como defendeu o Cardeal Parolin, ao afirmar “que não pode existir união política, sem união económica”. Por isso, pretende-se uma Europa solidária que se empenhe no respeito aos direitos humanos, sempre na perspectiva de refundar a Europa solidária.

### **3.3.2. A preocupação pela dignidade da pessoa.**

A questão da dignidade humana, encontra a sua sustentação em raízes cristãs e a palavra chegou até nós pelo latim. “Dignitas”, que quer dizer virtude, honra e consideração. Na perspectiva filosófica, sem entrarmos em pormenores, foi muito desenvolvida por Emanuel Kant, na sua fundamentação metafísica, tudo para espelhar aquela qualidade intrínseca ao homem, pela qual se torna merecedor de respeito e estima, quer seja da parte do Estado e da comunidade. Esta dignidade assegura ainda os direitos fundamentais e que são sempre reclamados “erga homines”, como vem bem expresso no artº. 2º. da DUDH, “todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamadas na presente declaração, sem distinção alguma.....”. Nesta ordem de ideias, são reprováveis todos os atos que sejam desumanos, pelo facto de “todos terem nascido livres e iguais em dignidade”, (artº.1º. da DUDH).

A questão da dignidade, como sustenta Goulão, não existe uma norma específica que trate da dignidade na Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas “todo

---

<sup>60</sup> Cf. Conferência do Cardeal Pietro Parolin no dia 12 de outubro na Universidade Católica Portuguesa, sobre a identidade da Europa.

articulado da Declaração se orienta no sentido de salvaguardar a dignidade do ser humano”, (Goulão, 2015, p.34). Por isso, faz sentido, afirmar que conceder asilo aos refugiados é dar dignidade a essas pessoas que carregam o peso de terem saído forçados da sua terra.

A dignidade foi aflorada pelo Papa, que o levou a percorrer o acampamento de refugiados em Lesbos para constatar as condições em que estavam aqueles homens e mulheres. A dignidade de que todo ser humano é sujeito, faz com que as sociedades e comunidades se empenhem na busca de condições dignas que possibilitem a vivência saudável e desta forma se evitar diferenças alarmantes. O que se procura é de facto garantir a estes homens e mulheres oportunidades que os possibilite sonhar e projetar a sua vida ferida pela guerra, que os deixou sem condições de habitabilidade ao mesmo tempo lutar para se eliminarem situações de injustiça que muitas vezes acontecem nestes centros.

Por um lado, a preocupação em elevar a dignidade do ser humano, por outro, o apelo a toda comunidade internacional no sentido de se empenharem nesta causa acolhendo e dando condições humanas permitindo a sua integração na comunidade. Isso revela que o interesse Maior é proteger a dignidade humana, evitando desta maneira ou fazendo apelo a atual crise do mundo em que o Pontífice chamou de “globalização da indiferença”, onde reina a política do excluído e a indiferença total como diz o Papa, que “a cultura do bem-estar, que nos leva a pensar em nós mesmos, torna-nos insensíveis aos gritos dos outros, faz-nos viver como nada, são pura ilusão do fútil, do provisório” (Papa Francisco, 2016, p. 90). Segundo a Doutrina Social da Igreja, a sociedade está ao serviço da pessoa humana para respeitar a sua dignidade, permitir-lhe atingir o seu fim e conseguir o seu completo desenvolvimento humano.

Portanto, o apelo de tamanha importância que se faz é efetivamente de chamar a comunidade internacional em se empenhar na luta em criar condições para os refugiados e assim poderem sentir-se acolhido, dando-lhe dignidade merecida como pessoas feitas a imagem de Deus.

### **3.3.3 Liberdade e solidariedade**

Outros assuntos que foram evidenciados, prendem-se com a questão da liberdade e da solidariedade que são tão fundamentais para a promoção da dignidade do ser humano, evitando assim toda opressão bem como toda política de humilhação.

A liberdade faz parte dos direitos fundamentais e, deve ser tutelada, para que toda a pessoa se sinta livre e realize as suas ansiedades. Esta é uma verdade inquestionável, pelo facto de que está ligado ao ser humano desde a sua nascença. Para com os refugiados, a questão que se levanta como já se referiu, é que não podem escolher um país como destino, pelo facto de que esta prerrogativa cabe ao país que acolhe e no caso concreto a União Europeia, deve ditar as políticas de acolhimento e distribuir os refugiados de tal maneira que nenhum país fique sufocado nem tão pouco fique prejudicado.

Pelo que parece, este lado ficou salvaguardado, mas, o que o Papa mais mostrou com gestos e obra e, de facto, a liberdade religiosa, pelo facto de ter levado para o Vaticano famílias muçulmanas, o que não foi bem visto até pelos membros do clero católico, mas, há uma grande mensagem e empenho pelo diálogo inter-religioso. Mas o caso, não é só de reforçar o respeito pelas escolhas que cada um faz da religião que professa, há também a lição de mostrar que de facto quando se tratar de questões humanas, é imperioso procurar meios para se poder devolver dignidade a estas pessoas sem fazer juízo de valor, já que o que está em causa é a vida da pessoa e não o ser desta ou daquela religião. O Romano Pontífice como o nome indica, procura construir pontes entre os homens, cada um, professando a sua religião, mas essa ponte fica assente em Deus, porque não se podem viver verdadeiras ligações com Deus, ignorando os outros. Por isso disse o Papa Francisco “é importante intensificar o diálogo entre as diversas religiões” (Papa Francisco, 2016, pp. 124-125). Desta forma, se pode passar pelo respeito as diferenças individuais e construindo a paz entre os povos. Esta questão de fazer ponte com os outros ou a questão ecuménica se assim quisermos, esteve bem presente na viagem do Papa com o Patriarca de Constantinopla, o que representou para o mundo a grande vontade de Francisco de contar com outros líderes religiosos e mostrando que a paz deve reinar entre os homens. Verdadeiramente, foi um ato de humildade e de grande preocupação por querer resolver conflitos religiosos que envolvem os povos nos últimos anos. Por esta razão, não é arriscado dizer que com esta

ação, o Papa ajudou o mundo a não ter medo de acolher quem bate à porta porque é um irmão buscando ajuda para manter a sua vida. Por isso, deve existir um sentimento da hospitalidade da parte daqueles que são encontrados.

A solidariedade, entra no quarto princípio da Doutrina Social da Igreja, princípio da solidariedade ou da amizade social, que leva todos a se interessarem pelos que mais sofrem, protegendo assim a vida e fazendo com que a pessoa se sinta bem independentemente de ser deste ou daquele país, visto que, o seu significado de solidariedade é este ato de bondade com alguém ou cooperação mútua. O que o Papa mostrou, não é senão, este sentimento de bondade para com os refugiados e apelo a todos que se engajem para o mesmo fim, concedendo asilo que é a proteção dos refugiados, que invocam sempre os direitos humanos, pelo facto de que têm toda legitimidade de procurarem e beneficiarem de asilo, garantindo assim a liberdade que o país de origem não oferece.

No entanto, mesmo após este apelo feito pelo Sumo Pontífice, nem sempre os refugiados têm encontrado condições ideais, porque nem todos se empenham na busca desta causa e assim proteger as pessoas.

#### **3.3.4. A defesa do consumidor por Monsenhor Tomasi.**

No começo da dissertação, concretamente no primeiro capítulo, referiu-se a preocupação da diplomacia da Santa Sé e foi dito claramente que ela não se preocupa com as questões de natureza bélica, assim como de natureza comercial, mas sempre que se pronunciar é no sentido de defender os direitos humanos violados, ou apelar por uma tomada de decisão construtiva da parte dos Estados que salvguarde o bem social. Assim, o pronunciamento de Monsenhor Tomasi ao defender um comércio internacional voltado a salvguardar a saúde do consumidor como bem vamos citar ao longo desta abordagem, vem confirmar tudo aquilo que se diz a cima.

O diplomata defende a não violação dos direitos humanos e respeito pela dignidade na temática do comércio internacional exercido pelas grandes empresas, onde muitas vezes as regras de proteção do consumidor são violadas, criando assim lesão ao direito a vida, consagrado no artº. 3º. da DUDH, tudo, porque a realidade do consumo



toca os direitos fundamentais e quando as regras são violadas, coloca-se em risco a vida do ser humano.

Veja-se primeiramente, o conceito de consumidor, para percebermos a razão da defesa. Segundo a doutrina que aborda matéria desta natureza do consumo, vai colocar em destaque toda pessoa, mas naquele sentido de usar os bens para seu proveito pessoal, sem pretender exercer uma atividade comercial. Aqui se pode ver que estamos perante um direito fundamental que ele exerce sempre que estiver a fazer o consumo. Isso acontece com muita frequência na atualidade e tem razão Goulão, quando fala do ter, que precede o ser, é aí que se observam muitas violações dos direitos humanos, porque o destinatário nem sempre chega a ter informações suficientes do produto ou quase nada.

A questão discutida pela Santa Sé tem a ver com o fornecedor, que é todo aquele que está voltado para o lucro. Nesta ordem de ideias, a preocupação pelo ter, muitas vezes leva os homens do comércio a fornecer produtos que não estejam em conformidade com as regras comerciais o que pode levar à violação dos direitos humanos. A razão é muito simples, basta olhar pelo nosso mundo que cada vez mais aumenta o nível do consumo, e muitas das vezes, aquilo que temos de comer e vestir nos é sugerido pela publicidade, tudo para conseguir um bom número de consumidores. É aí onde se apresenta a preocupação desta diplomacia da Santa Sé em virtude da fragilidade do consumidor, que muitas vezes não resiste ao poder da publicidade e em alguns momentos, quando os seus direitos são lesados, nem sempre se encontra em condições de exigir a reparação dos danos causados e muitos desses danos não podem ser ressarcidos. Senão, vejamos, nos casos em que uma determinada população consome comida fora do prazo ou medicamentos falsos, que pode até levar certas pessoas a perder a vida ou a ter sequelas graves. A questão é esta: como exigir a reparação do direito à vida? “A Santa Sé aproveita esta oportunidade para recordar a responsabilidade das sociedades transnacionais e das outras empresas comerciais de respeitar os direitos humanos e o bem comum de todos” (Mons. Tomasi, 2013 em Genebra)<sup>61</sup>. A exigência é que o consumidor seja protegido quer no âmbito internacional como no nacional, já que ele sofre a tríplice dimensão da vulnerabilidade, isto é, técnica, psíquica e jurídica<sup>62</sup>.

---

<sup>61</sup>Disponível: <http://www.vatican.va/roman-curia/secretariat-stat/2013/documents/rcsegest.20130531>> acesso a 21 de janeiro de 2016, as 22. 14.

<sup>62</sup> Vulnerabilidade técnica, prende-se com aquela ausência de conhecimentos claros em relação ao produto ou serviço colocado ao mercado. Vulnerabilidade jurídica. O consumidor nem sempre tem conhecimentos jurídicos naquilo que tange ou que concerne aos instrumentos contratuais do negócio a

Para a manutenção dos direitos humanos, aponta-se a boa-fé<sup>63</sup> como salvaguarda dos interesses, visto que, nem todos os consumidores dispõem de instrumentos para poderem reclamar ou escapar a tais violações. O respeito por um comércio humanístico, onde se tem em conta a preocupação dos mais fracos é o que se exige, sem antes estar apenas orientado pelo lucro.

Portanto, com este ponto consegue-se ver como a diplomacia da Santa Sé trabalha para que os direitos humanos sejam respeitados e se efetive a paz no mundo, que passa por respeitar as diferenças e aprender assim a conviver com todos. Assim, consegue-se ter a compreensão daquilo que constitui a preocupação da diplomacia da Santa Sé, que é construir pontes de paz entre as nações por via do diálogo pacífico, dando assim a todo mundo a singularidade da sua diplomacia que aponta sempre o diálogo como caminho para a resolução dos conflitos.

---

celebrar. Quer dizer, que o consumidor desconhece os seus direitos e aceita fácil e acriticamente as informações do fornecedor, mesmo quando estão em causa os seus direitos. Esta falta de conhecimento leva muitas vezes a que o consumidor na observância da lesão dos seus direitos fique sem meios para poder apresentar a sua reclamação. Vulnerabilidade psíquica. Esta prende-se com a maneira ou técnicas muitas vezes escolhidas pelo vendedor fazendo até recursos a publicidades enganosas para desta maneira induzir o consumidor a comprar o que não precisa, o que não quer, e até muitas vezes o que não pode pagar ou de qualidade diferente do que se busca.

<sup>63</sup> Referimo-nos aqui a boa-fé objetiva e subjetiva. Objetiva, que se orienta pela intenção de apresentar uma informação clara do produto colocado em circulação. Já a subjetiva é a intenção psicológica de não querer enganar o consumidor.

## **Conclusão**

Depois da abordagem sobre a Diplomacia da Santa Sé à luz dos Direitos Humanos, desde João Paulo II aos nossos dias, não é errado, à guisa de conclusão, dizer: Sobre a questão colocada na Introdução de saber os meios que a diplomacia da Santa Sé utiliza nas relações com outros Estados, ao longo da pesquisa realizada, percebeu-se que está presente simplesmente meios pacíficos, como é o caso das concordatas, arbitragem e mediação, primando assim pelo diálogo como meio de ultrapassar os conflitos sem fazer recurso à guerra, que é outro meio da diplomacia, que leva o outro Estado a aceitar de uma maneira forçosa ou quando um Estado quer firmar o seu poder.

Por meio desta pesquisa, fica-se a saber, que a diplomacia da Santa Sé tem como preocupação máxima, neste processo de construir pontes, a manutenção da paz sem se orientar por fins lucrativos, mas sim cumprindo uma missão do seu fundador, que é de ir em todas nações anunciar a Boa Nova. Por isso, não é estranho que, na atuação dos Papas nas Nações Unidas, sempre apelaram para o clima de paz entre as nações e a solidariedade entre os povos. Assim, não admira que diante de um conflito ou de uma calamidade natural, o Papa esteja sempre solidário apelando aos demais, sobretudo àqueles que têm responsabilidade com o destino da humanidade que intervenham e não se sintam indiferentes.

No começo partiu-se com o objetivo de estudar, para conhecer a forma, como a diplomacia da Santa Sé funciona e divulgar o resultado desta pesquisa. Para a realização desta dissertação, utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, apesar de não ser fácil por não existirem muitas obras, mas o recurso às Encíclicas, discursos dos Pontífices, matéria da Doutrina Social da Igreja e outras obras que abordam a matéria sobre a diplomacia e assim se poder ter um conhecimento nesta matéria, realizando-se a primeira parte do objetivo traçado.

Ao longo da pesquisa, encontrou-se questões muito relevantes, como é o caso da forma como João Paulo II conduziu o contributo diplomático da Santa Sé, para o fim do regime comunista. O mais admirado é o facto de que nunca tinha pronunciado nenhuma palavra sobre o comunismo em todas as vezes que foi a Polónia como bem se fez referência ao longo da dissertação. Em relação à crítica que se faz a Bento XVI, é verdade que o seu pontificado teve momentos conturbados, mas a nível diplomático

teve ganhos notórios e é considerado como um grande diplomata sábio, simplesmente o fato de não estar habituado aos microfones, como era o caso de seu antecessor, contribuiu para aqueles momentos de insucesso. Mas, em verdade se diga, em pouco tempo muita coisa ficou registada, como é o caso da carta à igreja da China, as felicitações que o próprio governo chinês fez a Bento XVI e a Concordata assinada com o Brasil, são exemplo de grande capacidade estratégica. Sabemos que, em diplomacia, a imagem é muito importante e a questão de fingir a personalidade é tida em conta, e Bento XVI, não conseguia, fruto do sofrimento da segunda guerra mundial, como bem diz no seu discurso em Angola. Em suma, a sua renúncia, representa um grande ato de coragem e de humildade, bem como abertura para igreja de uma nova era. Por isso, foi de uma grande revelação essa atuação.

A diplomacia da Santa Sé começa por uma experiência de legados, quer dizer, representantes do Papa em diversos Concílios, já que, não era possível se fazer presente em todos eles, mas, para se manter a união eclesial, era necessário a representação. Esta experiência, com o andar dos tempos evoluiu para os núncios, que são equiparados hoje aos embaixadores, que não só, estão diante das igrejas locais, como também estabelecem relações com o governo local, assim como representar o Papa nas Organizações Internacionais, assumindo papel de observadores permanentes junto das Nações Unidas. Em todas as atuações a Santa Sé usa sempre instrumentos legais, por uma razão muito simples, que radica na mensagem que leva para a mesa das negociações, que a paz é sempre construída pelo diálogo e não pela guerra, o que certamente faz confirmar a primeira hipótese da dissertação.

A intervenção do Pontífice nesta política internacional foi sempre determinante para o alcance da paz, como foi a de João Paulo II no conflito entre Chile e Argentina em que a mediação exercida por este Papa, fez com que, as duas nações ultrapassassem uma querela que durava anos. Referir aqui, a posição de Bento XVI a quando do início da guerra da Síria, na qual, manteve uma posição de paz e apelou os líderes mundiais, com realce para as grandes potências, para que não prosseguissem com o conflito. Outra intervenção, que não esteve na comunicação social e sobre a qual se manteve algum silêncio, foi certamente a mediação conduzida pelo Papa Francisco entre Cuba e EUA, conflito que durava anos. Tudo isso, para dizer que a intervenção diplomática da Santa Sé está sempre orientada para criar um clima de Paz e esse é o seu empenho. Neste sentido, confirma-se a segunda hipótese, que assenta no facto da diplomacia da Santa

Sé, procurar implantar a paz, sem estar preocupada com bens materiais, mas preocupada em realizar o “sonho missionário de chegar a todos”, segundo o Papa Francisco.

Ainda no último capítulo, vê-se que toda esta atuação, privilegia a dignidade humana e tudo faz para que os homens vivam em harmonia. Por isso, por meio de Encíclicas e discursos, procuraram sempre defender a questão dos direitos humanos, como na Encíclica “*Laborem Exercens*”, de João Paulo II, onde defende a dignidade do trabalho visto à luz do artº. 23º. da DUDH. Assim, o faz Bento XVI, ao defender a igualdade entre os homens, apelando aqui, que não reine discriminação em função da cor, partido político, ou, da religião. Por sua vez, o Papa Francisco, aborda primeiro a realidade do clima que é um problema que afeta todos e até aqueles que nada produzem, porque problemas desta natureza não respeitam as fronteiras. Na mesma onda de defesa dos direitos humanos, foi notória a defesa feita por Monsenhor Tomasi, sobre as questões do consumo. Tem sentido porque o consumidor é sempre uma pessoa vulnerável e o comerciante nacional ou internacional, nem sempre se preocupa com as condições do produto colocado no mercado, mas lhe interessa o lucro. O apelo feito é do uso da boa-fé objetiva e subjetiva. Esteve presente neste capítulo, que a realidade dos refugiados deve despertar a preocupação de tratar todo ser humano com respeito, porque têm direito aos pedidos de asilo e serem integrados na sociedade. Vê-se na abordagem deste último capítulo a confirmação da terceira hipótese, que aponta a preocupação da diplomacia da Santa Sé virada para a defesa dos direitos humanos e permitir que as nações se empenhem em implantar a paz, permitindo que os direitos humanos sejam respeitados, aliás defendia o Papa João Paulo II em 1971 na Assembleia-Geral das Nações Unidas que os direitos humanos só seriam observados, havendo paz entre os povos.

Assim, o final desta pesquisa, não significa que o assunto está concluído, porque se pensa, que ainda existem várias temáticas que não foram abordadas como é o caso do processo da mediação na Venezuela, explorar mais ao fundo a diplomacia da Santa Sé com a Ásia, analisar sobretudo a visão estratégia do Papa Francisco e, compreender porque é que a Santa Sé não desiste da China, apesar do diálogo ser um processo complexo. Assim, pensa-se continuar no doutoramento caso seja possível.

## Bibliografia

- AA.VV. (1996). *Moderna Enciclopédia Universal*. (Nº 12), (S.L): Printer portuguesa.
- ACNUR-Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, *a Situação dos refugiados no mundo em busca de soluções* (1997). Lisboa.
- Ainly, K. & Brown, C. (2012). *Compreender As relações Internacionais*. (1ª ed), Lisboa: Gradiva.
- Barroca, M. P. (2011). *Manual de Arbitragem*. (2ª ed), Coimbra: Almedina.
- Bull, A. (!967). *Política Vaticana en el concilio Vaticano II*. Barcelona: Oikos-tau, s, a.
- Biblia Sagrada* (1993), ed. pastoral, Lisboa: Paulus.
- Bizarro, J.P.S. (2009). *Diplomacia, justiça e Igreja uma análise ético-social dos discursos do Papa Joao Paulo II ao corpo diplomático acreditado junto da Santa Sé*. Tese de Mestrado em Teologia Sistemática Doutrina social da Igreja, Porto.
- Brito, W. (2008). *Direito internacional público*. Coimbra: Almedina.
- Bento XVI, (2007). Carta encíclica *Spe Salvi*. Lisboa: Paulinas.
- \_\_\_\_\_, (2009). Carta Encíclica *Caritas In Veritate*. Lisboa: Paulinas.
- Carletti, A. (2012). *O internacionalismo Vaticano e a Nova Ordem Mundial, A diplomacia Pontifícia da Guerra Fria aos Nossos Dias*. Brasil: ed. Real.
- \_\_\_\_\_, (2005). *Diplomacia e Religião: encontros e desencontros nas relações entre a Santa Sé e a republica da China de 1949 à 2005*. Brasil.
- Coutinho, F. P. (2014). *Enciclopédia das Relações Internacionais*. (1ª ed), Lisboa: Quixote.
- Constituição Pastoral a Igreja no Mundo Actual* (GS) in Concílio Ecuménico Vaticano II, (1987). Braga: ed. A. O,
- Costa, F. S, da (2002). *Diplomacia europeia, instituições, alargamento da União*. Lisboa: Dom Quixote
- Fernandes, A.J. (2004). *Direitos Humanos e Cidadania Europeia, fundamentos e dimensões*. Coimbra: Almedina
- Gaeta, S, (2013). *Papa Francisco a vida e os desafios*. Lisboa: Paulus.
- Giddens, A. (2007). *O mundo na era da globalização*. 8ª.ª Proença.
- Gomes, M. S. C, (2001). *Concordata entre a Santa Sé e a Republica Portuguesa* 1940. Coimbra: Almedina.

- Goulão, J. (2015). *O Futuro dos Direitos Humanos*. (1ª ed) Lisboa: Veja
- Gouveia, J.B. (2010). *Manual de direito internacional público*. (3ª ed), Coimbra: Almedina.
- Guerrey, (1960). *A doutrina Social da Igreja*. (1ª ed.), Lisboa: Sampedro.
- João Paulo II. (1989). *Exortação Apostólica Pós-Sinodal, Ecclesia in África*. Braga: ed. A.O.
- Leão XIII. (1891). *Exortação Apostólica Rerum Novarum*. Roma.
- Leonard, S. & Hegarty, A. (1999). *Direitos do homem, uma abordagem para século XXI*. Lisboa: instituto Piaget.
- Moreira, A. (2012). *Teoria das Relações Internacionais*. (8ª ed), Coimbra: Almedina.
- Martins, A, M, G. (2006). *Direito Internacional dos direitos humanos*. Coimbra: Almedina.
- \_\_\_\_\_, (2010). *A igualdade e a não discriminação dos nacionais de estados terceiros legalmente residentes na União Europeia*. Coimbra: Almedina.
- Martins, A. (1994). *Novos direitos do cidadão*. Lisboa: ed. Dom Quixote.
- Martinez. S. (2010). *História da diplomacia de Portugal*. Coimbra: (3ª ed), Almedina.
- Magalhães, C.J, (2005). *A diplomacia pura*. (1ª ed) Lisboa: Bizâncio,
- \_\_\_\_\_, (2005). *Manual Diplomático, direito diplomático, pratica diplomática*. (3ª ed), Lisboa: Bizâncio.
- Mazzuoli. V. de O, (2008). *Curso de Direito Internacional Público*. (3ª ed) Lisboa: revista dos tribunais.
- Mendes, N. C & Coutinho. F, P. (2014). *Enciclopédia das Relações Internacionais*. (1ª ed), Alfragide- Portugal: Gradiva.
- Oliveira, A, de (1983). *Democracia e direitos humanos*, Brasil: Instituto cultural Santo Tomás de Aquino
- Pinto, J.F (2007). *Adriano Moreira, Uma Intervenção Humanista*. Coimbra: Almedina.
- Picanço, A, T. (1999). *Arbítrio e liberdade, direitos do homem*. Praia de Icaraí: Folha Carioca.
- Papa João XXIII, (1990). *Pacem In Terris*. Lisboa: Paulistas.
- Papa Francisco, (2013), *A Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. Lisboa: Paulus.

\_\_\_\_\_, (2016). *Proteger a Criação, reflexões sobre o estado do mundo*. Braga: Nascente.

\_\_\_\_\_, (2015). *Exortação Apostólica Laudato Si*. Roma:

Quadros, A, G, M. (2015). *Manual de Direito Internacional Público*. (3ª ed), Coimbra: Almedina.

Reis-Sá, J. & Cymerman, H. (2014). *Francisco de Roma a Jerusalém*. Lisboa: Guerra & paz.

Rego, A. & Cunha, M. P. (2015), *Papa Francisco, As Lições de Liderança*. Lisboa:( 1ª ed). Silabo

Santos, V. M, dos (2012). *Elementos de Análise de Política Externa*. Lisboa: Instituto superior de ciências sociais e politicas.

Tomé, A, A. (2012). *Relações Internacionais, Geopolítica e Geoestratégia*. Lisboa: Universidade lusófona.

Vaisse, M. (2012). *As Relações Internacionais desde 1945*. Lisboa: ed. 70.

Vieira, D, L. (2013). *Doutrina Social da Igreja, introdução à ética social*. Lisboa: Paulus.

Verdete, C. (2009), *História da Igreja, o século XX e o início do III milénio*. Lisboa: Paulus.

### **Legislação**

Almeida, A, M. (Org). (2014) *Constituição da Republica Portuguesa*. (1ª ed) Coimbra: Almedina.

*Constituição da Republica de Angola*. (2010). Luanda: ed. Imprensa Nacional.

Marques, J. A. (1984). *Código de Direito Canónico, de tradução portuguesa*, Braga: ed. Theologica.

### **Jornais**

Fernandes, N, R, (20 de novembro de 2016), *Voz da Verdade*, ed. nº4235. Patriarcado de Lisboa: Lisboa, p. 9.

### **Webgrafia**



Bento XVI, (2005), *Discurso do Santo Padre ao corpo diplomático acreditado junto da Santa Sé*. Disponível em:

[http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/speeches/2005/may/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20050512\\_diplomatic-corps\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2005/may/documents/hf_ben-xvi_spe_20050512_diplomatic-corps_po.html). Acesso 19.07.2016, as 21.34.

\_\_\_\_\_, *Carta à igreja católica na China*, 27 de maio de 2007.

disponível em:<[http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/letters/2007/documents/hf\\_ben-xvi\\_let\\_20070527\\_china\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/letters/2007/documents/hf_ben-xvi_let_20070527_china_po.html)>. acesso em: 26.07.2016

\_\_\_\_\_, *Discurso do Santo Padre no aeroporto 4 de fevereiro no dia da chegada a Angola*, vindo de Camarões. Disponível:<[http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2009/march/documents/hf\\_ben-xvi\\_sp\\_20090320\\_chegada-angola.html](http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2009/march/documents/hf_ben-xvi_sp_20090320_chegada-angola.html)>.acesso 19.07.2016.

\_\_\_\_\_, *Discurso do Santo Padre as autoridades políticas e civis e com o corpo diplomático junto ao governo de Angola*. Disponível:<[http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2009/march/documents/hf\\_ben-xvi\\_sp\\_20090320\\_autorita-civili.html](http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2009/march/documents/hf_ben-xvi_sp_20090320_autorita-civili.html)>.acesso 19.07.2016

\_\_\_\_\_, *Discurso do Santo Padre na Cuba em 2012 na cerimonia de despedida*. [http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2012/march/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20120328\\_congedo-cuba.html](http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2012/march/documents/hf_ben-xvi_spe_20120328_congedo-cuba.html)

João Paulo II. Dados biográficos disponível em:  
[http://www.vatican.va/special/canonizazione-27042014/documents/biografia\\_sp\\_ii\\_canonizazion\\_po.thml](http://www.vatican.va/special/canonizazione-27042014/documents/biografia_sp_ii_canonizazion_po.thml) . Acesso a 31 de junho de 2016, as 21.12.

\_\_\_\_\_, *Discurso do Santo Padre ao corpo diplomático acreditado junto da Santa Sé a 10 de janeiro de 2000*. Disponível em:  
<[http://www.w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/2000/jan-marc/documents/he\\_jp-ii\\_spe\\_20000110\\_diplomatic-corps.html](http://www.w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/2000/jan-marc/documents/he_jp-ii_spe_20000110_diplomatic-corps.html)>. acesso a 12 de janeiro de 2016, as 20.30.

\_\_\_\_\_, *Discurso do Santo Padre aos bispos da Argentina em visita ad limina*, disponível em: <  
[http://www.w2.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/speeches/1984/december/hf\\_jp-ii\\_spe\\_19841201\\_argentina-ad-limina\\_it.html](http://www.w2.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1984/december/hf_jp-ii_spe_19841201_argentina-ad-limina_it.html)>. Acesso em 04 de julho de 2016, 21.20.

\_\_\_\_\_, *Oração do Angelus do dia 19 de agosto de 1979*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/angelus/1979/documento/hf\\_jp-ii\\_ang\\_19790819\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/angelus/1979/documento/hf_jp-ii_ang_19790819_it.html). Acesso aos 18. 07.2016, as 20.12.

\_\_\_\_\_, *Laborem Excerns*, disponível: [w2.vatican.va/.../hf\\_jp-ii\\_enc\\_14091981\\_laborem-exercens.html](http://w2.vatican.va/.../hf_jp-ii_enc_14091981_laborem-exercens.html)

\_\_\_\_\_, (1988), *Pastor Bonus*, disponível: [http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/es/apost\\_constitutions/documents/hf\\_jp-ii\\_apc\\_19880628\\_pastor-bonus-general-norms.html](http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/es/apost_constitutions/documents/hf_jp-ii_apc_19880628_pastor-bonus-general-norms.html)> acesso a 12.09.2016, as 23.12.

Papa Francisco, *Discurso do Santo Padre em Havana em setembro de 2015*, antes de partir para EUA. Disponível: [www.http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/september/documents/pa-pa-francesco\\_20150919\\_cuba-benvenuto.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/september/documents/pa-pa-francesco_20150919_cuba-benvenuto.html)> acesso a 21.08.2016, as 21.03.

\_\_\_\_\_, *Discurso do Santo Padre de 11 de janeiro ao corpo diplomático junto da Santa Sé*. Disponível: [www.hpp.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2016/january/documents/papa-francisco\\_20160111\\_corpo-diplomatico.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2016/january/documents/papa-francisco_20160111_corpo-diplomatico.html)> acesso aos 21.08.2016, as 22.03.

\_\_\_\_\_, *Discurso do Santo Padre no Parlamento europeu*. Disponível:

[http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/november/documents/papa-francesco\\_20141125\\_strasburgo-parlamento-europeo.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/november/documents/papa-francesco_20141125_strasburgo-parlamento-europeo.html)> acesso aos 28.08.2016, as 17.12.

\_\_\_\_\_, *Biografia* disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/biography/documents/papa-francesco-biografia-bergoglio.html>/. Acesso aos 12.07.2016. as 19.12.

Paulo VI, *Discurso do Santo Padre a Sede das Nações Unidas a 04 de outubro de 1965*. Disponível em: [http://www.v2.vatican.va/content/paulo-vi/pt/speeches/1965/documents/hf\\_p-vi\\_sp19651004\\_unitd-nations.html](http://www.v2.vatican.va/content/paulo-vi/pt/speeches/1965/documents/hf_p-vi_sp19651004_unitd-nations.html). Acesso a 8.02.2016. as 11.31.

*Nova Lei Fundamental do Estado da Cidade do Vaticano*. Disponível em [http://www.vatican\\_city\\_state/legislation-fondamentale-scv\\_po.html](http://www.vatican_city_state/legislation-fondamentale-scv_po.html) .Acesso a 22.04.2016, as 22.00.

Lajolo, G, (2005) *La diplomazia concordatária della Santa Sede nel xx secolo: tipologia dei concordati*. 10.02.2006. *intervento al convegno promosso dall'ambasciata di polonia presso la santa sede; roma pontificia, universita gregoriana*, disponível em:

<[http://www.maurizioturco.it.bddb/2006\\_02\\_16\\_la\\_diplomazia-co.html](http://www.maurizioturco.it.bddb/2006_02_16_la_diplomazia-co.html). acesso a 23.05.2016. 16.03.

*Revista humanística de teologia*, disponível em: [www.google](http://www.google.com). Revista humanística teologia, repositório.ucp.pt/.../população%20%desenvolvimento%observações%20éticas. Acesso as 21 de janeiro de 2016, as 21,11.

Tomasi, Ms, *Discurso do monsenhor em Genebra a 31 de maio de 2013*. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman-curia/secretariat-stat/2013/documents/rcsegest.20130531> . Acesso a 21 de janeiro de 2016, as 22.14.